

MULHERES QUE FAZEM HISTÓRIA

pesquisas desenvolvidas por historiadoras do IFRS



Letícia Schneider Ferreira
Daniela de Campos
Organizadoras



Pedro & João
editores



INSTITUTO
FEDERAL
Rio Grande
do Sul

**Mulheres que fazem História:
pesquisas desenvolvidas por
historiadoras do IFRS**



Título	Conselho Editorial do IFRS
<i>Mulheres que fazem História: pesquisas desenvolvidas por historiadoras do IFRS</i>	Aline Terra Silveira Núbia Marta Laux Sílvia de Castro Bertagnolli Greice da Silva Lorenzetti Andreis Minéia Frezza Daniela Nicoletti Fávero Maria Cristina Caminha de Castilhos França Deloize Lorenzet Erik Schuler Iury de Almeida Accordi Marcus André Kurtz Almança Juliana Marcia Rogalski Cintia Mussi Alvim Stocchero Paulo Roberto Janissek Carine Bueira Loureiro Rafael Alfonso Brinkhues Daiane Romanzini Denise Mallmann Vallerius João Vitor Gobis Verges Marcio Luis Vieira Roberta Schmatz Marcelo Vianna Gustavo Simões Teixeira Edison Silva Lima
Organizadoras <i>Daniela de Campos Letícia Schneider Ferreira</i>	
<i>1ª edição 2025</i>	

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas ad hoc.

**Daniela de Campos
Letícia Schneider Ferreira
(Organizadoras)**

**Mulheres que fazem História:
pesquisas desenvolvidas por
historiadoras do IFRS**



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Daniela de Campos; Letícia Schneider Ferreira [Orgs.]

Mulheres que fazem História: pesquisas desenvolvidas por historiadoras do IFRS. São Carlos: Pedro & João Editores e Bento Gonçalves: IFRS, 2025. 235p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5950-147-2 [Digital – IFRS]

978-65-265-2312-4 [Impresso – Pedro & João Editores]

978-65-265-2313-1 [Digital – Pedro & João Editores]

DOI: 10.35819/IFRS978-65-5950-147-2 [IFRS]

10.51795/9786526523131 [Pedro & João Editores]

1. Mulheres - História. 2. Historiografia. 3. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Aline Terra Silveira – CRB 10/1933 e Hélio Márcio Pajeú – CRB 8/8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedrojoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP



Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul - PROPPI
Rua General Osório, 348 – Bairro Centro –
Bento Gonçalves/RS CEP: 95700-086
2025

Sumário

Prefácio	7
Olhai as pesquisas nos <i>campi</i> Mônica Karawejczyk	
Apresentação	11
“Trocar a ciência em miúdos”: reflexões acerca do uso histórico dos termos vulgarização, divulgação e popularização da ciência Adriana Romero Lopes Maria Stephanou	17
Nunca más un México sin nosotros: o Exército Zapatista de Libertação Nacional da guerra aberta à negociação Amanda Corrêa de Lavra Pinto	39
A inserção feminina nos primeiros anos do curso técnico em Viticultura e Enologia em Bento Gonçalves/RS (1959-1969): presença na ausência? Caroline Cataneo	63
A ficção de Ungulani Ba Ka Khosa e a História de Moçambique em <i>As mulheres do imperador</i> Daniela de Campos Giorgia Brisotto Júlia Kunz Luiza Perini Caprini	81
Mulheridades subversivas: resistência de corpos subjugados em Porto Velho/Rondônia Lauri Miranda Silva	97

O feminino em tempos de terrorismo de Estado: a representação da violência contra as mulheres nas HQ <i>Fantasma de Pinochet e A Herança do Coronel</i> Letícia Schneider Ferreira	117
Acervos Digitais e História da Educação, da Educação Profissional e de Trabalho e Educação: pesquisa a partir de fontes virtuais Maria Augusta Martiarena	139
Observações sobre pesquisa implicada no campo da Agroecologia Milena Silvester Quadros	155
Famílias operárias: trajetórias de vida de trabalhadores da cidade de Garibaldi (1930-1960) Samanta Trivilin Comiotto	181
O Historiador Local e a escrita da história da imigração a partir da obra de Armindo Lauffer Sandra Donner	201
As coisas do mundo: a produção de presença enquanto categoria patrimonial Tatiane Dumerqui Kuczkowski Eliana Rela	211

Prefácio

Olhai as pesquisas nos *campi*

A representação do mundo,
como o próprio mundo,
é obra dos homens;
eles o descrevem
a partir de seu ponto de vista,
o que confundem com
a verdade absoluta.
Simone de Beauvoir

Em meados do século XX, Simone de Beauvoir alertava para o fato de que as mulheres estavam à margem da escrita da história. Relegadas a serem coadjuvantes, não suas protagonistas e muito menos suas narradoras. E mais, a voz feminina também foi por muito tempo calada nos espaços públicos de ensino e da pesquisa. Hoje, em pleno século XXI, não se pode mais negar que as mulheres conquistaram direitos e um lugar ao sol. Mas ainda resta fazer sua voz e seus desejos serem mais ouvidos e respeitados no espaço público, o que me leva a apontar a importância de obras como esta que você tem em mãos. Obra que destaca o protagonismo feminino em um espaço de ensino e pesquisa, e que destaca alguma das demandas, temáticas, anseios e expectativas das suas produtoras.

Os textos desta coletânea destacam um universo repleto de educação, ensino, pesquisa, engajamento, envolvimento, acolhimento. Tais palavras nos remetem a uma perspectiva de pertencimento, de comprometimento, de mudanças nos paradigmas. E, neste sentido, desde 2008, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul tem contribuído para dar voz e vez para o ensino e para a pesquisa das mulheres. Nos seus mais distantes campi encontramos mulheres ocupando espaços em cargos dos mais

diversos. Elas estão entre o corpo docente e discente, entre o corpo técnico, em cargos administrativos e outros mais, aprendendo, pesquisando e ensinando.

Não podemos esquecer que uma das primeiras reivindicações femininas foi pelo direito à educação. Christine de Pizan já declarava, no século XV, na França: “se fosse costume enviar as mocinhas à escola e ensiná-las metodicamente as ciências, como é feito para os rapazes, elas aprenderiam e compreenderiam as dificuldades de todas as artes e de todas as ciências tão bem quanto eles” (Pizan, 2012, p. 115). Em terras brasileiras, nos anos de 1800, tal questão também reverberava, como se pode observar na obra de Nísia Floresta. Ela, considerada como uma das nossas primeiras feministas, ao se questionar o motivo da diferença entre homens e mulheres, argumentou: “Toda sua diferença, pois, vêm da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstancias da vida” pois, “a única razão porque nos fecham o caminho às ciências é temerem que nós [as mulheres] levemos a maior perfeição que eles” (Floresta, 1989, p.47).

Duas manifestações femininas separadas tanto por um oceano quanto pelos séculos e que evidenciam as dificuldades a que todas as mulheres foram expostas por muito tempo até que algumas de suas demandas fossem levadas a sério. Não custa acentuar que um longo caminho foi trilhado desde as primeiras manifestações e reivindicações femininas por uma educação de qualidade para as mulheres e que, ao longo dos anos, outras tantas demandas por direitos entraram na mira das mulheres. Contudo, o acesso à educação, tem sido sempre lembrado como uma etapa importante e necessária para a conquista de direitos e de um despertar para novas oportunidades e novos futuros.

A obra que você tem em mãos foi elaborada por aquelas que pesquisam, produzem e ensinam no estado mais meridional do Brasil. Com temáticas e aprofundamentos dos mais diversos, as autoras desta coletânea nos brindam com seus questionamentos, suas dúvidas, suas buscas e algumas de suas certezas. O grande

destaque é que todos os textos aqui reunidos foram pensados, pesquisados, incentivados, inspirados, planejados e escritos por mulheres, sendo essa a grande contribuição da obra *Mulheres que fazem História: pesquisas desenvolvidas por historiadoras do IFRS* organizada por Daniela de Campos e Letícia Schneider Ferreira.

Uma obra que prima por dar visibilidade às mulheres que produzem ciência merece destaque no meio acadêmico e conquistar seu lugar junto ao grande público. Afinal estava mais do que na hora de se romper estereótipos, de se conhecer novas perspectivas e de se explorar os caminhos desbravados pelas mulheres, bem como de dar voz e vez para a produção científica feminina. Assim foi com muito prazer que recebi o convite para escrever o prefácio de uma obra tão significativa como a que dá voz à produção das mulheres que fazem parte do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Este livro é um convite para uma viagem. Uma viagem rumo a se descobrir o que as mulheres pesquisam nos campi sulistas. Boa leitura a todos e a todas.

Mônica Karawejczyk
Historiadora
Inverno de 2025.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo** [1949]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens** [1832]. Edição atualizada com introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

PIZAN, Christine. **A cidade das damas** [1405]. Tradução de Luciana Calado. Florianópolis: Mulheres, 2012.

Apresentação

A presente obra tem por intuito dar visibilidade à contribuição da produção científica feita por historiadoras que atuam no Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, procurando demonstrar a relevância da área no estímulo à reflexão e ao pensamento crítico. A ideia surgiu pela percepção de que historicamente, as mulheres sofreram um apagamento estrutural em relação a seu desempenho profissional nas mais diferentes áreas do saber, de tal modo, que por muitos anos, não obtiveram o adequado reconhecimento por suas atividades. Assim, entendemos a relevância de apresentar artigos escritos por mulheres que fazem história, sejam estas servidoras docentes ou técnicas-administrativas, evidenciando o papel de tais profissionais para o avanço do conhecimento histórico, em especial no âmbito institucional.

Os textos que compõem essa coletânea são oriundos de pesquisas realizadas em projetos institucionais e resultados de pesquisas feitas em cursos de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado. Por isso, refletem análises de diversos temas, escopos teóricos e marcos temporais. Ao fim, temos um conjunto de textos que demonstram a riqueza das pesquisas desenvolvidas nos diferentes campi do IFRS, impactando não apenas a produção historiográfica, mas também a História ensinada e contribuindo para a formação de jovens pesquisadoras e pesquisadores (alunas e alunos do IFRS) que integram os grupos de pesquisa.

Assim, o primeiro texto, de autoria de Adriana Romero Lopes e Maria Stephanou nos brinda com uma excelente discussão sobre o esforço ao longo da história em relação à popularização da ciência junto a um público mais amplo, analisando, principalmente, diferentes materiais produzidos no século XIX, como imagens e revistas, tanto no exterior quanto no Brasil. As historiadoras refletem sobre os significados dos termos “popularização”, “divulgação” ou “vulgarização” da ciência, suas intencionalidades

e a ação de diversos agentes em relação ao conteúdo científico a ser acessado por um maior número de pessoas, incentivando o debate sobre o compromisso da/o cientista em democratizar o conhecimento produzido.

Amanda Corrêa de Lavra Pinto com o texto intitulado “*Nunca más un México sin nosotros: o Exército Zapatista de Libertação Nacional da guerra aberta à negociação*” trata do processo insurrecional levado a cabo pelo EZLN em 1994 até a negociação com o governo federal para o término do conflito. Contempla também um mapeamento dos impactos do neoliberalismo no México, o que contribuiu sobremaneira para o levante de caráter indígena, tendo em vista que os indígenas são o grupo social mais afetado por essas políticas.

Na sequência, Caroline Cataneo aborda a presença feminina em cursos técnicos de viticultura e enologia presentes na Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, hoje campus do IFRS, nos primeiros dez anos de seu funcionamento. Ao analisar os dados da década de 1960, Cataneo joga luz sobre um problema que ainda persiste em muitos cursos técnicos ainda hoje: a baixa presença feminina, colaborando assim, para o incremento dos estudos sobre a formação técnica desenvolvida no país.

Seguindo, Daniela de Campos, juntamente com alunas bolsistas dos projetos de pesquisa, também autoras do texto, Giorgia Brisotto, Júlia Kunz e Luiza Perini Caprini, explora o tema dos Estudos Africanos interligando com a literatura de ficção. A análise, neste artigo, recai sobre um texto ficcional do moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa em que aborda fato ocorrido no início do século XX, quando Moçambique vivia o auge do colonialismo português. Com isso, procura demonstrar a relevância da literatura para a compreensão de dadas realidades da história do continente africano.

Lauri Miranda Silva traz uma contribuição extremamente pertinente ao debater a questão de preconceitos misóginos e da LGBTQIA+fobia que se abatem sobre corpos tornados objetos e

abjetos na realidade social. A autora expõe, de modo corajoso e firme, as interseccionalidades que amplificam a violência sobre alguns grupos, e por meio de entrevistas demonstra os efeitos do racismo no cotidiano de corpos racializados, problematizando um tema para o qual todas/es/os devemos ter a máxima atenção. A autora ainda levanta o tema da violência sexual contra meninas a partir de seus estudos junto à Associação Filhas do Boto Nunca Mais, instituição do Estado de Rondônia que procura acolher vítimas e evitar que esta situação tenha continuidade.

O texto seguinte, de autoria de Letícia Schneider Ferreira, aborda um tema sensível e bastante relevante: as ditaduras civis-militares dos países do Cone Sul e suas consequências para os dias atuais. A autora analisa duas Histórias em Quadrinhos que se referem a esta temática: *Os Fantasmas de Pinochet* e *A Herança do Coronel*, as quais retratam elementos vinculados à ditadura chilena e argentina respectivamente. Por meio da identificação das imagens e da narrativa das obras, reflete sobre o Terrorismo de Estado vigente neste período, demonstrando a necessidade de uma política de memória sobre os eventos deste momento histórico.

O capítulo escrito pela historiadora Maria Augusta Martiarena é de indubitável importância para a discussão em relação aos diferentes repositórios de fontes históricas, enfatizando a experiência com acervos digitais para a pesquisa relativa ao tema da História da Educação e da Educação Profissional em municípios do litoral gaúcho. A autora reflete sobre os desafios e as possibilidades oferecidas por tais suportes e discute sobre as Redes Sociais como um espaço de repositório de acervos imagéticos e documentais, apresentando um relato de experiência no desenvolvimento de uma pesquisa que se valeu de tais recursos.

O texto intitulado “Observações sobre pesquisa implicada no campo da Agroecologia”, de Milena Silvester Quadros, se propõe a refletir sobre a prática da pesquisa no IFRS, em específico no trabalho realizado em comunidades periféricas visando a criação “e implantação de cursos e projetos no campo da agroecologia com o

foco na agricultura urbana, soberania alimentar e na justiça socioambiental”.

Samanta Trivilin Comiotto, disserta sobre trabalhadores da cidade de Garibaldi, vinculados à Vinícola Peterlongo, que lá trabalharam nas primeiras décadas do século XX, observando, em muitos casos examinados, a passagem do vínculo do trabalho rural para o fabril. Utilizando como estratégia metodológica o estudo de trajetória de vida dos indivíduos, baseando-se na micro-história, a autora, no texto que compõe esta coletânea, aborda a trajetória de um daqueles trabalhadores, procurando, por meio de um caso específico, entender as relações sociais e laborais da época.

Focalizando a importância dos chamados “intelectuais mediadores” no fomento a uma memória coletiva e a própria valorização da história, Sandra Donner reflete sobre a importância da produção de uma história municipal, demonstrando a contribuição de um “historiador local”, Armino Lauffer, para o conhecimento do processo de imigração alemã para o Rio Grande do Sul. Deste modo, a autora conclama ao reconhecimento da atuação destes indivíduos que, apesar de não terem a formação profissional adequada, foram fundamentais para a preservação de documentos e de informações sobre a história de diferentes localidades e comunidades.

Fechando a coletânea, Tatiane Kuczkowski e Eliane Rela abordam de modo instigante uma densa discussão filosófica sobre a questão da presença e seus efeitos, mobilizando diferentes autores para debater sobre a presença material e os elementos simbólicos por ela provocados, no intuito de propor a discussão sobre o conceito de patrimônio. Assim as autoras se valem do exemplo relativo à gemologia, abordada em um documentário que demonstra o impacto da extração de gemas nos trabalhadores deste ramo, evidenciando que os sentimentos evocados em tal práxis poderiam denotar a perspectiva de patrimônio imaterial.

Enfim, como afirmamos inicialmente, são textos que trazem abordagens diversas, do ponto de vista teórico-metodológico e dos

objetos e sujeitas/os das pesquisas o que revela as várias possibilidades de interpretação da História. São também indicativos da potencialidade da pesquisa histórica que vem sendo desenvolvida pelas profissionais que se dedicam à História (na pesquisa e no ensino) no âmbito do IFRS.

Por último, agradecemos recurso recebido do IFRS, por meio de edital para publicação de produtos bibliográficos que possibilitou a edição desta coletânea.

“Trocar a ciência em miúdos”: reflexões acerca do uso histórico dos termos vulgarização, divulgação e popularização da ciência

Adriana Romero Lopes¹

Maria Stephanou²

O termo vulgarização³ científica, por muitos anos, especialmente no Brasil, foi considerado um termo pejorativo para tratar das questões de acesso ao conhecimento científico. Nesse artigo, propomos discutir os significados e usos históricos dos termos vulgarização, popularização e divulgação científica. O título faz referência a uma expressão utilizada por José Reis (1982)⁴ para caracterizar a vulgarização da ciência que, segundo o autor, consistia na ideia de dispor o conhecimento para todos. A interrogação foi acrescentada de maneira intencional para provocar a pergunta: “Será que se trata apenas de esmiuçar os conceitos ou substituí-los para que a ciência se torne mais acessível a todos?”. Para abordar os termos vulgarização, divulgação e popularização, o artigo concentra-se na utilização da expressão “divulgação científica” no Brasil, ao invés de “vulgarização científica”, como é de uso corrente na Europa. Para tanto, apresenta uma reconstrução

¹ Historiadora. Doutora em Educação pela UFRGS. Técnica em Assuntos Educacionais no IFRS- Campus Bento Gonçalves. E-mail: adriana.lopes@bento.ifrs.edu.br

² Historiadora. Doutora em Educação. Professora Titular aposentada da UFRGS, atualmente Docente Convidada junto ao Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa História, Memória e Educação da UFRGS.

³ O artigo inspira-se em um capítulo que integra a tese intitulada “Ciência ao Alcance de Todos”: Leituras e vulgarização da ciência na revista *Eu Sei Tudo* (Brasil, 1917-1935). UFRGS, 2023.

⁴ José Reis foi professor da Universidade de São Paulo. É considerado um dos pioneiros do jornalismo científico no Brasil (Moreira; Massarani, 2002).

histórica da emergência da noção de vulgarização científica, em especial adotada na França, em especial no século XIX, e que se fez presente também em outros países.

A noção de vulgarização científica na França

Historicamente, a vulgarização científica na França se fez presente sobretudo entre as décadas de 1850 a 1880, embora o uso do termo persista no idioma francês até o presente, desprovido, contudo, da conotação quase pejorativa do seu uso no idioma português. Segundo a historiadora Kaori Kodama (2016), a Revolução Industrial teria impulsionado a vulgarização científica na França, uma vez que a vida material da sociedade passou a ser ditada por inovações técnicas, que passaram a ser apresentadas sob formas eloquentes nas grandes feiras e exposições internacionais, tais como a Exposição Universal da Indústria em Londres, ocorrida em 1851 (Kodama, 2016, p. 44). Para a filósofa e historiadora Bernadette Bensaude-Vincent (1993), as exposições realizadas na França no século XIX foram vistas como grandes negócios de vulgarização da ciência, mesmo que a maioria delas não transmitisse vastos conhecimentos científicos, apesar de suas boas intenções educativas. Entretanto, segundo Bensaude-Vincent, as exposições transmitiam vastas e fortes imagens da ciência, além das técnicas que atribuíam a elas impressões e sensações com o intuito de que fossem difundidas e adentrassem nas diferentes camadas sociais. Além disso, a autora destaca que essas exposições reuniam milhões de visitantes, que convergiam ao mesmo local durante seis ou mais meses, período em que a feira ocorria. Esses visitantes eram compostos por industriais, trabalhadores, especialistas, estudiosos, amadores ou simplesmente pessoas curiosas a respeito das inovações e conhecimentos científicos que estavam sendo desenvolvidos. Essa diversidade de público, acabou por inaugurar, nessas exposições, uma “cultura de massa”, assim definida por Bensaude-Vincent (1993).

A vulgarização científica na França iniciou muito antes do século XIX, século considerado o “século de ouro” da vulgarização científica francesa. Daniel Raichvarg, professor e pesquisador em Ciências da Educação, autor do livro intitulado ‘*Sciences pour tous?*’ (Ciência para Todos?) (2005), examina a história desse movimento e suas diferentes formas de realização na França. O autor ressalta que a vulgarização científica na França não se limitou às exposições. No século XVII, salões e gabinetes de curiosidades já difundiam descobertas científicas para um público amplo, uma vez que buscavam disseminar de forma rápida as novas descobertas científicas. Nos salões e gabinetes, em alguma medida havia o intento de “aculturar” o grande público, para uma progressiva aceitação das descobertas científicas, ainda que essas descobertas não fossem inteiramente um consenso. Os debates, segundo Raichvarg (2005), tinham o objetivo de difundir o conhecimento científico de forma mais pedagógica nos diferentes círculos da sociedade.

Raichvarg destaca que na França, além dos salões e gabinetes e ao mesmo tempo, o público passou a interagir com os conhecimentos e inovações científicas através da leitura de jornais da época, tais como o *Le Mercur de France*, *Le Journal de Paris*, *Almanach des Muses*, e sobretudo em livros de ciências, como o de 1686, de autoria de Bernard Fontenelle⁵, intitulado *Entretien sur la pluralité des mondes* (Entrevistas sobre a pluralidade dos mundos).

No século XVIII, livros práticos e, de modo muito especial, a Enciclopédia de Diderot e D’Alembert, voltaram-se à popularização do conhecimento científico, no intuito de torná-lo acessível aos leigos. A Enciclopédia foi um marco na vulgarização, ao reunir e organizar conhecimentos de forma acessível, promovendo a ideia de que a ciência poderia transformar o mundo. Os livros práticos ou de receitas de experimentos, apresentavam-se acompanhados de explicações do tipo passo a

⁵ Trata-se de um livro – Encontros com a diversidade dos mundos – que Raichvarg (2005) considera como sendo o precursor desse tipo de obra.

passo, o que permitia aos leitores a realização de experiências por eles mesmos, antes realizadas somente nos salões e gabinetes de curiosidades (Raichvarg, 2005). Vale registrar, aqui, que emerge nesse momento uma atenção ao que podemos afirmar tratar-se de pedagógica. Acresce o fato de que os editores, segundo o autor, encomendavam diferentes composições para os textos impressos, e, portanto, ofereciam diferentes edições de uma mesma obra de conteúdos da ciência, o que denota o fato de que a vulgarização científica começava a ser realizada com a intenção de atingir um público amplo e diverso, não apenas eruditos e estudiosos.

No século XIX, a vulgarização científica atingiu seu auge na França, com a abertura da Academia de Ciências à imprensa e com a criação de revistas científicas como *“Le Magasin Pittoresque”* e *“La Science pour tous”*. Essas publicações, destinadas a um público amplo, utilizavam linguagem acessível e muitas ilustrações com o propósito de despertar o interesse pela ciência. O termo "vulgarização" passou a ser amplamente utilizado, associado à ideia de tornar o conhecimento científico comum e acessível a todos. Segundo Kodama (2016), esse termo generalizou-se quando a produção, recepção e circulação da ciência tomou novas formas e justificativas, alcançando a população e sua vida cotidiana. Nas palavras da autora,

A ciência dos vulgarizadores não deveria cansar ou ser enfadonha, sendo necessários recursos como uma prosa fácil e fatos diversos que despertassem o interesse e a curiosidade; narrativas que incluíssem o conhecimento do passado da ciência e dos cientistas; e também belas ilustrações. (Kodama, 2016, p. 47)

A vulgarização científica na França disseminou-se em diferentes âmbitos e junto a um público tão amplo, que alcançou uma tal importância que até a atualidade ainda reverbera. No ano de 2020, a Biblioteca Nacional da França (BNF) publicou em seu site, uma exposição destacando a vulgarização científica nesse país,

intitulada “*Sciences pour tous*” ⁶ (Ciência para Todos). Essa exposição abrangeu aspectos da vulgarização científica anteriores ao ano de 1850 e posteriores ao ano de 1900. Abaixo, destaca-se a força expressiva do layout de abertura da exposição, em que são representados (da esquerda para a direita): a Difusão da Ciência (*Diffusion de la Science*); a Pedagogia Cientista (*Pédagogie Scientifique*); a Natureza em Todas as suas Formas (*Nature: sous toutes ses formes*); a Medicina de Si Mesmo (*Médecine de soi-même*); Viagens para Comuns e Extraordinárias (*Voyages ordinaires et extraordinaires*); Técnicas: entre cotidiano e espetáculo (*Techniques: entre quotidien et spectacle*).

Figura 1: Layout geral da exposição Sciences pour Tous.



Fonte: BNF, 2020.

A exposição apresenta o processo histórico da difusão da ciência em diversos aspectos, representados pelos eixos acima listados e por meio de textos, vídeos e imagens, os quais representam como essa noção foi difundida no período anterior a 1900. O texto inicial da exposição descreve a evolução histórica da abertura do campo científico, inicialmente restrito aos estudiosos até que alcance um público mais amplo. Trata-se, na perspectiva da exposição, de uma democratização do conhecimento, que ocorreu por meio de mudanças importantes do período histórico, como a

⁶ Disponível em : <http://expositions.bnf.fr/sciencespourtous/>. Acesso em: outubro de 2020.

transição do latim para o francês na escrita, o desenvolvimento de salões científicos, a criação de academias e o surgimento de gabinetes de curiosidades, que introduziram a nobreza e, posteriormente, o público geral às ciências. No século XVIII, experimentos e invenções, como os primeiros voos de balão e demonstrações elétricas, ganharam popularidade, atingindo um público mais amplo de forma espetacular.

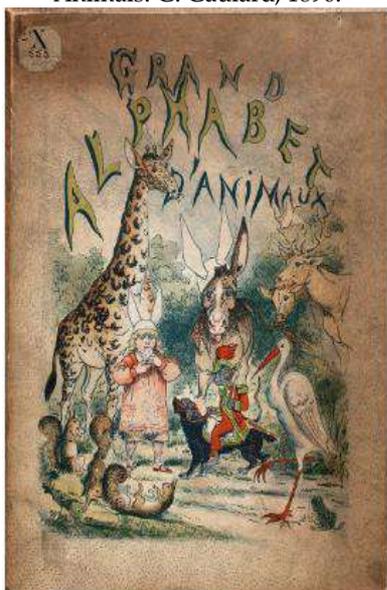
Um tópico da exposição que merece destaque é o intitulado Difusão da Ciência, que destaca o papel de cientistas, jornalistas, romancistas, editores e associações em tornar a ciência acessível a todos. Para isso, expõe os meios diversos que foram utilizados, como os livros ilustrados, a imprensa, os museus, as exposições, cursos e conferências com projeções, todos com o objetivo de tornar a ciência atraente e compreensível para o público geral, que passou a sentir-se cada vez mais interessado pelos conhecimentos das ciências.

Outro tópico da exposição da BNF importante de ser exposto aqui é aquele que trata da Pedagogia Científica, para o qual está sublinhada a importância da vulgarização científica como ferramenta educativa, especialmente no contexto francês do século XIX. O texto de abertura desse tópico enfatiza que o aprendizado não se limitava à sala de aula, mas também ocorria em casa, graças a livros didáticos que tornavam a ciência acessível e divertida, incentivando a experimentação prática. Essa abordagem permitia que crianças e jovens explorassem disciplinas como geometria, ciências físicas e história natural de forma lúdica e engajadora.

Um aspecto marcante da vulgarização científica francesa foi sua integração ao processo de alfabetização. Alfabetos ilustrados com temas científicos, como o “Grande Alfabeto dos Animais” (edição de 1890), utilizavam assuntos do cotidiano e eventos recentes (como a chegada da primeira girafa ao zoológico do *Jardin des Plantes* em 1827) para ensinar as primeiras letras. Esses materiais não só facilitavam o aprendizado da leitura, mas também despertavam a curiosidade científica desde a infância.

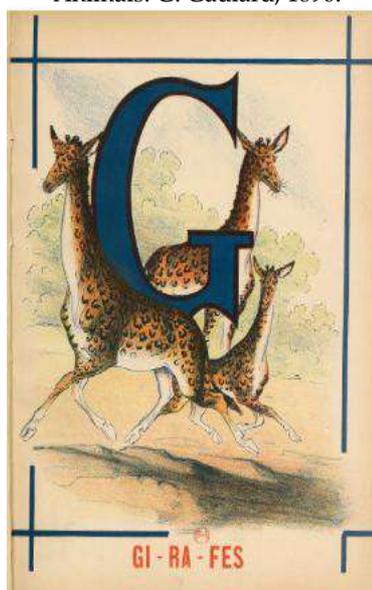
A exposição da BNF reforça, ainda, a ideia de que a vulgarização científica, ao unir educação e entretenimento, desempenhou um papel crucial na formação de uma sociedade mais informada e crítica. As imagens que representam tal aspecto (Figuras 2 e 3) ilustram como a ciência era introduzida de forma criativa e visual, realçando a importância de métodos pedagógicos inovadores para inspirar futuras gerações. Tal prática não apenas democratizava o conhecimento, mas também preparava o terreno para uma cultura científica mais ampla e inclusiva.

Figura 2: Grande Alfabeto dos Animais. G. Gaulard, 1890.



Fonte: BNF, 2020.

Figura 3: Grande Alfabeto dos Animais. G. Gaulard, 1890.



Fonte: BNF, 2020.

Como se pode observar nas figuras acima, os “vulgarizadores” aproveitaram um fato que foi notícia no país, para indicar que sua obra oportunizava a vulgarização de conhecimentos da zoologia junto às crianças, exemplificando assim como esses conhecimentos se disseminaram por meio de diferentes artefatos que articulavam instrução, ensino científico e diversão, noções muito caras à ideia

geral de vulgarização da ciência. Esse exemplo ilustra como esses saberes foram disseminados por meio de diversos recursos que combinavam instrução, ensino científico e entretenimento. Essa integração entre educação e diversão é um aspecto central da noção de vulgarização da ciência, o que reforça sua importância na transmissão de conhecimentos de forma acessível e atraente para o público infantil na trajetória histórica das aproximações entre ciência e sociedade.

A exposição da BNF expressa como a vulgarização científica foi concebida e praticada com o objetivo de promover a ideia de uma "ciência para todos". As referências à exposição destacadas aqui buscam ilustrar a emergência histórica desse conceito e seu desenvolvimento na França por meio de diversas formas de difusão. Através de fotografias, ilustrações, vídeos e textos, é possível compreender melhor as imagens e os conteúdos publicados, posteriormente, em revistas e periódicos brasileiros. Desde o final do século XIX, a noção de vulgarização científica se expandiu e se fez presente também no Brasil, uma vez que essa prática transcendeu fronteiras e influenciou a disseminação do conhecimento científico em diferentes contextos culturais.

Em relação à vulgarização, divulgação, popularização da ciência

A reflexão proposta por Arlette Farge em "Palavras sem história, história sem palavras" (2004) traz à tona uma questão central para a historiografia e para a comunicação da ciência: o significado histórico das palavras e como elas são apropriadas, transformadas e ressignificadas ao longo do tempo. A autora nos convida a pensar criticamente sobre como as palavras carregam consigo camadas de sentido que são construídas social e historicamente, e como o uso dessas palavras no presente pode distorcer ou obscurecer o passado que se pretende estudar.

No contexto da vulgarização, divulgação e popularização da ciência, essa reflexão é particularmente relevante. Esses termos,

embora muitas vezes usados como sinônimos, têm nuances e histórias distintas. A palavra vulgarização, por exemplo, originalmente remete à ideia de tornar algo acessível ao “vulgo”, ou seja, ao público comum. Contudo, ao longo do tempo, a palavra adquiriu uma conotação pejorativa, associada à simplificação excessiva ou à banalização do conhecimento. A divulgação, por sua vez, carrega consigo a ideia de disseminar informações de forma ampla, mas sem necessariamente implicar uma adaptação do conteúdo para o público leigo. Por fim, a palavra popularização emerge de um esforço de tornar o conhecimento científico mais próximo, apropriado e conhecido pelo grande público, o que sugere a necessidade de sua didatização e do engajamento social.

O problema se apresenta quando essas palavras são utilizadas fora de seu contexto histórico ou sem a devida problematização. Como Farge aponta, o historiador (ou, no caso, o comunicador da ciência) tem a responsabilidade de isolar e classificar os fatos, buscando uma coerência que permita a inteligibilidade do passado (ou do conhecimento científico). No entanto, ao utilizar termos como “vulgarização” ou “popularização” sem considerar suas histórias e significados, corre-se o risco de produzir uma narrativa distorcida ou anacrônica.

Essa questão se torna ainda mais complexa quando consideramos que a comunicação da ciência não é apenas uma tradução do conhecimento especializado para uma linguagem acessível, mas também uma construção social que reflete valores, interesses e relações de poder. As palavras escolhidas para descrever um processo não são neutras; elas carregam consigo visões de mundo e ideologias que podem influenciar como o público percebe e se relaciona com a ciência.

Portanto, ao refletir sobre o significado histórico das palavras, Farge nos lembra da importância de problematizar o uso da linguagem na escrita histórica e na comunicação da ciência. Cada palavra tem sua história, e ignorar essa história pode levar a mal-entendidos, simplificações ou até mesmo à perpetuação de

estereótipos e preconceitos. A tarefa do historiador, e também do comunicador da ciência, é, portanto, não apenas contar histórias, mas também refletir sobre as palavras que escolhe para contá-las, garantindo que estejam em diálogo com o passado e com o presente de forma crítica e consciente.

No Brasil, a discussão sobre a ideia de vulgarização dos conhecimentos científicos e seu uso, frequentemente esteve sujeito a controvérsias. A primeira controvérsia refere-se aos conceitos de divulgação científica e de vulgarização científica e de como esses emergiram discursivamente. A pesquisadora Lilian Márcia Simões Zamboni (2001) auxilia a compreender seus usos no tempo presente. Para a autora, a divulgação científica é uma atividade que, em francês, é chamada de *vulgarisation scientifique*, em inglês, de *popularization* ou *science journalism*, e, em espanhol, de periodismo científico (Zamboni, 2001, p. 48). A autora justifica sua escolha pelo termo "divulgação científica" para uso em seus estudos, destacando que essa expressão é a mais empregada pela comunidade científica brasileira na atualidade. Zamboni (2001) afirma que a expressão divulgação científica, de forma genérica, é compreendida como uma prática de disseminação de conhecimentos científicos, direcionada para além do ambiente onde são originalmente produzidos. Trata-se de levar informações geradas e em circulação no contexto de comunidades especializadas e de acesso restrito para um público amplo e diversificado. Para isso, são utilizados diversos recursos, técnicas e estratégias, com o objetivo de tornar acessíveis e compreensíveis as informações científicas e tecnológicas, promovendo sua circulação e entendimento pela sociedade em geral, além de transcender os limites da academia e de especialistas. Zamboni emprega o termo "divulgação" de modo que este possa ser entendido como sinônimo de popularização, ou seja, explícita a perspectiva de difundir conhecimentos para um público mais amplo, não familiarizado com a linguagem e os métodos típicos do campo científico. Dessa forma, ela atribui a esse processo um discurso e um estatuto

específicos. No entanto, é importante destacar que a autora associa essa adoção ao contexto atual, embora reconheça que, historicamente, o surgimento dessa noção foi designado como "vulgarização científica", a partir do contexto histórico francês.

Outros autores, tais como a historiadora Moema Vergara, têm um posicionamento diferente com relação ao termo divulgação científica. Vergara defende que o termo divulgação está ligado ao ato de divulgar a ciência e não de popularizá-la, e que o termo correto a ser utilizado é popularização da ciência, pois é mais abrangente para referir os atos de vulgarização científica. Em suas palavras "[...] divulgação é um termo derivado do latim, *divulgatio*, *divulgare*, que significam "a ação de divulgar seu resultado. Propagação, publicação, revelação"" (Vergara, 2008, p.11). No intuito de demonstrar a historicidade dos usos de palavras em torno a um movimento de divulgação das descobertas científicas, a autora afirma que por volta de 1870, no Brasil, o termo vulgarização já se fazia presente no vocabulário dos brasileiros, devido especialmente aos livros, revistas e ideias francesas que circulavam e influenciavam o Brasil no período (Vergara, 2008). Nisso concorda a historiadora Maria Rachel Fróes da Fonseca (2018), quando indica também que o conceito de vulgarização científica começou a ter uso corrente no Brasil na segunda metade do século XIX. À época, estava associado à ideia de comunicar e difundir a ciência junto ao público leigo.

O termo "*vulgarisation*", como vimos, antes, no caso da França incentivou diversas publicações, entre livros, revistas e jornais, a se dedicarem a tornar a ciência acessível a todos (Fonseca, 2018). Nessa mesma direção, Raichvarg e Jacques (1991) retomam as reflexões do escritor e biólogo Pierre Rostand (1894-1977), que buscou desconstruir qualquer conotação negativa ligada à expressão "vulgarização", e indicou que a palavra *vulgus* remete a povo e não ao sentido de vulgaridade (Raichvarg; Jacques, 1991) (Fonseca, 2018, p. 639). Vale, então, ressaltar essa etimologia que se associa à ideia de ciência ao alcance de todos, já no século XIX.

No século XX, Miguel Osório de Almeida, considerado um dos principais vulgarizadores científicos do Brasil, em um texto publicado no ano de 1931, escrevia sobre os significados da vulgarização. Segundo ele, se bem conduzida, a vulgarização científica teria o objetivo de esclarecer, muito mais do que instruir sobre algum ponto específico da ciência. Proporcionar o contato constante com a ciência, faria com que a população se tornasse mais receptiva e apta a compreendê-la. Nas palavras do autor: “Ela se destina mais a preparar uma mentalidade coletiva, do que realmente a difundir conhecimentos” (Almeida, 2002, p.69). Para Almeida (2002), esclarecer sobre o fato científico, seus usos e benefícios, diferia de explicar de forma minuciosa ou o “passo-a-passo” de cada fato científico.

Convém lembrar que desde os anos 1870 e pelo menos até a década de 1930, identificamos a circulação de diferentes discursos associados à necessidade de instaurar um paradigma moderno no país, de dotar o brasileiro de um espírito de modernidade, romper com o esquema das oligarquias regionais e consagrar a emergência de uma sociedade urbano-industrial (Herschmann; Pereira, 1994). Isso incluía “a implantação de um universo cognitivo modernizante que, em última instância, libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-coloniais” (Herschmann; Pereira, 1994, p. 12). Incumbia aos intelectuais, então, fazer frente à ignorância, às superstições e arcaísmo que ainda predominavam na cultura nacional. Em alguma medida, podemos compreender a aclimação em nosso país de ideias e impressos franceses associados à vulgarização científica como uma via de mão dupla ligando a Europa ao Brasil, como indica a historiadora Tania de Luca (2018). Assim, por meio de escritos e ilustrações, imaginários foram compartilhados no contexto das intensas trocas, circulação e apropriação de ideias e materiais entre os dois lados do Atlântico, notadamente contemplando a noção de vulgarização da ciência, ou ciência acessível a todos.

No percurso histórico das ideias, no último quartel do século XX e primeiras décadas do século XXI, comparecem as discussões sobre divulgação científica. Com relação à sua definição e objetivos, afirma-se seu propósito, que consiste em popularizar conhecimentos científicos e tecnológicos para um público não especializado, conforme exposto por Tatiana Galieta Nascimento (2008). Essa tarefa poderia ser realizada tanto por jornalistas científicos quanto por cientistas. Os pesquisadores Leandro Daniel Porfiro e José Maria Baldino (2016) relacionam a divulgação ao campo da comunicação, enfatizando que seu objetivo é informar e difundir conhecimentos, sem necessariamente garantir a apropriação do conteúdo pelo público, o que demonstra pontos de continuidade à ideia de vulgarização.

O conceito de popularização da ciência também é abordado, como no Dicionário Larousse (2023), que o define como a ação de tornar o conhecimento técnico e científico acessível a não especialistas. Marcelo Gomes Germano e Wojciech Andrzej Kulesza (2007) vão além, afirmando que popularizar a ciência envolve recriar o conhecimento científico para torná-lo compreensível e acessível, promovendo a participação popular e o diálogo com movimentos sociais. A noção de popularização, desse modo, introduz uma dimensão até então não contemplada, aquela da possibilidade de participação do não especialista, do povo, dos movimentos sociais na recriação da ciência, aberta e democrática.

Por fim, os termos "vulgarização", "divulgação" e "popularização" podem ter significados aproximados, embora tenham sido utilizados em contextos históricos e linguísticos distintos, e por vezes com repercussões até mesmo díspares, como aquelas de difundir, mas não de democratizar a produção, o acesso e a validação dos saberes produzidos. Alguns termos caíram em desuso, mas persistem como relevantes para entender o engendramento histórico, de caráter social, político e cognitivo nos contextos em que surgiram e tiveram seu uso assegurado por

diferentes dispositivos: dos gabinetes e exposições aos diferentes gêneros textuais, jornalísticos, imagens e debates em circulação.

Alguns vulgarizadores científicos para pensar

Maria Rachel Fróes da Fonseca (2018), em sua análise, traz à tona uma reflexão crítica sobre a dinâmica de hierarquização do poder que atravessa as relações entre o sujeito cientista e o vulgarizador científico. Ao explorar essa temática, chama a atenção para uma distinção que frequentemente emerge nos estudos da história cultural: a divisão hierárquica entre aqueles que produzem o conhecimento científico e aqueles que se dedicam a sua divulgação. Nessa perspectiva, o cientista é tradicionalmente visto como a figura central, responsável pela geração e elaboração do saber, enquanto o vulgarizador é relegado a um papel secundário, visto que se trata de um sujeito meramente intermediário ou transmissor desse conhecimento.

Contudo, Fonseca (2018) problematiza essa visão simplista e ressalta que, embora os propósitos e funções do cientista e do vulgarizador não sejam, de fato, equivalentes, é preciso problematizar as consequências de tais distinções. Enquanto o cientista se concentrava na criação e no avanço do conhecimento, o vulgarizador desempenhava um papel crucial ao tornar esse conhecimento acessível e compreensível para um público mais amplo. A distinção de objetivos, então, revela que ambas as figuras possuíam papéis complementares e igualmente importantes no processo de disseminação e democratização do saber científico. O vulgarizador científico, historicamente, possuía o propósito de “[...] promover a cultura científica para todos, por meio de uma linguagem amena” (Fonseca, 2018, p. 663), e, portanto, expressar-se diferente daqueles impressos que possuíam o objetivo de difundir as novidades entre seus pares, utilizando linguagem técnica e jargões próprios.

Importa ressaltar que o discurso da vulgarização científica não se dirigiu ao público especializado, mas sim a um público leigo, a quem eram incompreensíveis os termos técnicos, daí a necessidade de produzi-los discursivamente de outro modo para que pudessem ser conhecidos. Além disso, a estrutura do texto de vulgarização científica difere substantivamente do texto de cunho científico. Ou seja, o discurso que busca popularizar as descobertas e os conhecimentos científicos não pode ser equiparado ao discurso científico em si. Isso significa que o primeiro não deve ser visto como uma versão distorcida ou simplificada do segundo, mas sim como uma abordagem distinta, com objetivos e linguagem próprios, assim como dotado de outros dispositivos de didatização que transformam os conhecimentos em matéria de divulgação.

Outro fato a levar em consideração é que “[...] também as restrições de editoração contribuem para modificar as condições de produção do discurso científico e do discurso da divulgação” (Zamboni, 2001, p. 63). Pode-se configurar como restrições desde o interesse do leitor ao que seria publicado, até o interesse da empresa em gerar lucro com a venda de jornais e revistas. Além dessas restrições, comparece a questão específica do suporte, dos gêneros editoriais adotados, dos custos de papel, impressão, ilustração, entre outros.

Como apontamos anteriormente, no Brasil a ideia de vulgarização científica esteve relacionada à disseminação de descobertas e noções da ciência, especialmente junto ao público leigo. Para Kodama (2019), o vulgarizador da ciência seria, então, o resultado do “[...] interesse de certos agentes pela instrução popular e, de outro, das possibilidades mercadológicas abertas pela expansão do público leitor que acontecia nos espaços urbanos como a Corte.” (Kodama, 2019, p.61). Vários profissionais⁷ assumiram o papel de

⁷ Fonseca (2018), para identificá-los, adota como base as categorias de profissões propostas no Censo de 1872, e afirma que se encontravam “no grupo dos “professores e homens de letras”, seguidos pelos “médicos”, “advogados” e “artistas”. Estes intelectuais, com distintos perfis profissionais, procuraram, como

vulgarizadores, desde autodidatas até diplomados com diferentes formações. Segundo Fonseca (2018), de maneira incansável, autores e escritores realizavam a atividade de vulgarização científica em jornais, livros e revistas, além de cursos e conferências. Entre as principais revistas de vulgarização científicas, criadas no século XIX no Brasil estão: “Revista Brasileira - Jornal de *Sciencias*, Letras e Artes” (1857); “Revista do Rio de Janeiro” (1876); o periódico denominado O Vulgarizador: jornal dos conhecimentos úteis (1877-1880), criado por Augusto Emilio Zaluar. Segundo Vergara (2008), para o autor desse periódico a vulgarização científica promoveria o desenvolvimento intelectual do povo brasileiro (Vergara, 2008), alinhado assim à ideia de implantação de um universo cognitivo modernizante, antes apontada.

Outro exemplo de vulgarização científica no Brasil do século XIX é a Revista Popular, que circulou brevemente, de 1859 a 1862, editada pela Livraria e Casa Editorial Garnier, editora de origem francesa. Tinha o intuito de publicar “de tudo para todos” (Venâncio, 2013). Os editores da revista orientavam-se pela noção de conhecimentos úteis, ou seja, que o leitor pudesse associar a teoria à prática (Venâncio, 2013). No século XX, mais precisamente em 1917, foi criada a Revista Eu Sei Tudo⁸, como revista de variedades que possuía uma seção denominada “A ciência ao alcance de todos”. Nessa seção comparece uma subseção que possuía o mesmo objetivo da Revista Popular. Abaixo, a Figura 4 reproduz uma publicação da revista, com a subseção “Como é fácil saber tudo” que torna explícita a intenção de vulgarização no sentido de tornar popular:

mediadores, colocar a ciência ao alcance de todos, por meio de seus periódicos e demais atividades de vulgarização” (Fonseca, 2018, p.646-647).

⁸ Eu Sei Tudo, publicada pela Editora Companhia Americana do Rio de Janeiro, e em circulação no Brasil entre 1917 a 1958, inspirada na revista francesa *Je Sais Tout*, publicava uma seção intitulada *A Ciência ao Alcance de Todos*, na qual promovia a vulgarização da ciência (Lopes, 2023).

vulgarização do saber”¹⁰, Almeida apontava o papel e as dificuldades de vulgarizar o saber no Brasil.

Além de Miguel Osório de Almeida, destacaram-se como principais vulgarizadores científicos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro desde meados do século XX, nomes como “[...] Manoel Amoroso Costa, Henrique Morize, os irmãos Osório de Almeida, Juliano Moreira, Edgar Roquete-Pinto, Roberto Marinho de Azevedo, Lélío Gama e Teodoro Ramos” (Moreira; Massarani, 2001, p.630), os quais participaram de forma intensa de inúmeras atividades que traçaram um caminho, tanto para o desenvolvimento da pesquisa básica, como para a difusão de maneira ampla da ciência no Brasil (Moreira; Massarini, 2001).

Pontos de arremate

Neste artigo, exploramos os significados históricos dos termos "vulgarização", "divulgação" e "popularização" da ciência, destacando como esses conceitos foram produzidos e ressignificados ao longo do tempo, especialmente através de vias de mão dupla entre os contextos francês e brasileiro. A vulgarização científica, inicialmente associada à ideia de tornar o conhecimento acessível ao "vulgo", ganhou contornos específicos na França do século XIX, onde exposições, publicações, gabinetes de curiosidades, e salões científicos desempenharam um papel crucial no acesso aos conhecimentos gerados no âmbito da ciência. No Brasil, essa prática foi influenciada pelo contexto europeu, mas adquiriu características próprias, adaptando-se às necessidades e realidades locais e à ideia de invenção do Brasil moderno.

A discussão sobre os termos aponta que, embora "vulgarização" tenha sido frequentemente associada a uma conotação pejorativa, especialmente no Brasil, seu uso histórico reflete um esforço de tornar a ciência acessível a um público amplo,

¹⁰ Almeida, Miguel Osório de. A vulgarização do saber. Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda., 1931.

seja pelos assim considerados vulgarizadores, seja pelos editores de livros, revistas e jornais, que identificaram nesse âmbito um importante espaço ao mercado editorial. A ideia força principal, então, traduziu-se na fórmula “Ciência para todos”, mormente num período em que a escola ainda não se dedicava à formação científica como eixo curricular explícito e normatizado. A popularização e a divulgação científica, por sua vez, emergem como práticas complementares, cada uma com seus objetivos e métodos específicos, mas mantendo em comum o intuito de aproximar a ciência da sociedade.

Os vulgarizadores científicos, figuras destacadas nesse processo, desempenharam um papel fundamental ao proceder à tradução, em sentido amplo, do conhecimento técnico em linguagem acessível, assim como em promover a cultura científica, ou implantar um universo cognitivo moderno e contribuir para a formação de uma sociedade mais informada e crítica. No Brasil, o nome de Miguel Osório de Almeida, juntamente a outros vulgarizadores, deixou um legado importante, que reverbera até os dias atuais.

Por fim, este artigo reforça a importância de compreender o engendramento histórico das palavras para designar projetos, concepções e práticas que envolvem a comunicação ou difusão da ciência. A vulgarização, a divulgação e a popularização científica não são meras traduções de conhecimentos, mas processos complexos que envolvem escolhas linguísticas, estratégias pedagógicas e uma compreensão profunda do público-alvo. A história desses conceitos possibilita não apenas compreender melhor o passado, mas também aprimorar as práticas atuais de comunicação científica, garantindo que o conhecimento esteja a serviço da sociedade, contribua à democratização do acesso ao conhecimento, que é um bem comum e cumpre torná-lo debatido e acessível a todos.

Referências

ALMEIDA, Miguel Osório de. A vulgarização do saber. In: MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa; BRITO, Fátima (Org.). **Ciência e Público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 65-71.

BENSAUDE-VINCENT, B. Un public pour la science: l'essor de la vulgarization au XIXe siècle. **Réseaux**, vol. 11, n. 58, p.47-66, 1993.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. *Eu Sei Tudo*: **Magazine Mensal Ilustrado (RJ)**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em: 11 jan. 2020.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. "*Sciences pour tous*" (Exposição). Disponível em: <http://expositions.bnf.fr/sciencespour tous/>. Acesso em: outubro de 2020.

FARGE, Arlette. Palavras sem história; História sem palavras. **Revista Maracanan**: Dossiê Relações Internacionais. Ano II, nº 1, ago-dez 2004, pp. 88-100.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. "A ciência popularmente tratada, e não a ciência profissionalmente discutida tal será o nosso sistema de redação": Imprensa e vulgarização das ciências no Brasil na segunda metade do século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 34, n. 66, set/dez 2018, pp. 637-668.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos A. B. (Org.) **A invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KODAMA, Kaori. A vulgarização científica nas obras de Louis Figuiet e suas traduções no Brasil. In: GOMES, Angela Maria de

Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488p.

KODAMA, Kaori. A presença dos vulgarizadores das ciências na imprensa: a *Sciencia para o Povo* (1881) e seu editor, Felix Ferreira. **Revista Tempo**. Niterói- RJ. Vol. 25 n. 1 | Jan/abr. 2019. Pp-46-71.

LOPES, Adriana Romero. “**Ciência ao Alcance de Todos**”: Leituras e vulgarização da ciência na revista *Eu Sei Tudo (Brasil, 1917-1935)*. (Tese) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023, pp. 340.

LUCA, Tania Regina de. **A ilustração (1884-1892)**. Circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MOREIRA, Ildeu de Castro. e MASSARANI, Luisa. A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, v. VII (3): 627-651, nov. 2000-fev. 2001.

NASCIMENTO, Tatiana Galieta. Definições de Divulgação Científica por jornalistas, cientistas e educadores em ciências. Ensaio. **Ciência em Tela**, vol.1 n^o 2. 2008, pp. 1-8.

PINSON, Guillaume. Francófono da informação no século XIX: entre circulações e modelizações. **Non Plus**, Ano 7, n. 15, jan.- jun. 2019. Pp. 68-82.

PORFIRO, Leandro Daniel; BALDINO, José Maria. Perspectivas Teórico-conceituais de Popularização da Ciência: vulgarização, alfabetização e divulgação científica. **RCE**, v.3, 2018. Pp. 1-15.

RAICHVARG, Daniel. **Sciences pour tous**. Paris: Gallimard, 2005.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Ler ciência no Brasil do século XIX: a Revista Popular, 1859-1862. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1153-1162.

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 137-145. Jul. Dez 2008.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Nunca más un México sin nosotros: o Exército Zapatista de Libertação Nacional da guerra aberta à negociação

Amanda Corrêa de Lavra Pinto¹

Introdução

Este artigo aborda o processo desencadeado através do levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no dia 1º de janeiro de 1994, o qual leva este grupo guerrilheiro de composição indígena localizado em Chiapas, México, da guerra aberta à negociação com o governo federal mexicano.

Analizamos o período entre 1º de janeiro e 10 de junho de 1994, datas da divulgação da primeira (*Hoy decimos ¡Basta!*) e da segunda (*Hoy decimos: ¡No nos rendiremos!*) *Declaración de la Selva Lacandona*, através dos documentos de autoria do próprio EZLN. Este recorte se deve ao fato de identificarmos quatro mudanças significativas neste período, as quais serão exploradas posteriormente, a saber: mudança de interlocutor, de solução, de tática e de papel.

Enfocou-se o posicionamento do EZLN durante o período delimitado em relação a dois outros atores: o governo federal e a setores progressistas da sociedade civil mexicana. Apesar da disputa se dar entre o EZLN e o governo federal, os setores progressistas da sociedade civil terão um importante papel de mediação entre os dois lados. No período estudado, o Exército Zapatista elege o governo federal como principal alvo de suas

¹ Especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Técnica em Assuntos Educacionais junto à Gestão de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Restinga. Endereço eletrônico: amanda.correa@restinga.ifrs.edu.br.

investidas. Os setores progressistas da sociedade mexicana, por outra parte, foram interlocutores indiretos extremamente valorizados. No período subsequente, serão esses setores que dialogarão diretamente com os zapatistas, através da Convenção Nacional Democrática.

O EZLN é colocado por muitos como sendo um paradoxo, por conjugar aspectos da modernidade e da pós-modernidade, por ser um grupo armado com esforços de paz, um grupo revolucionário que não propõe uma revolução, “apenas algo muito anterior: a antessala do novo México” (EZLN, 1994d, tradução nossa). Sublinha-se o fato de ser um levante armado, num momento no qual não se acreditava que essa alternativa fosse viável nem provável. Cinco anos após a queda do muro de Berlim, Chiapas surpreende seus analistas, demonstrando que o mundo não ia por onde parecia ir, despertando outros movimentos no México e no resto do mundo para a necessidade, a importância e a vitalidade da resistência.

A revolta zapatista de 1994 trouxe à tona questões para além das fronteiras do estado de Chiapas ou do México. Ela é uma reação ao neoliberalismo que começava a ser aplicado no país. As reformas feitas na lei agrária e o descaso com a população indígena se remetem à roupagem moderna que o governo mexicano queria ter às vésperas da assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC)². O levante chiapaneco mostra outra face do México, camponesa, empobrecida e indígena, e questiona um mundo que lhe vira as costas.

² No Brasil, ficou mais conhecido pelo seu nome em inglês: North America Free Trade Agreement (NAFTA). É um bloco comercial envolvendo Canadá, México e Estados Unidos da América e foi firmado em 1992, entrando em vigor em 1º janeiro de 1994, com a eliminação das barreiras alfandegárias. As restrições comerciais foram imediatamente removidas para alguns setores da economia e, no restante, foi estabelecido um prazo de dez anos para a progressiva eliminação de tarifas.

Um panorama histórico das origens do conflito no México

O neoliberalismo chega ao México antes de adentrar a maior parte da América Latina. Na década de 1970, o México passa por uma desaceleração da economia, salva apenas pelos ganhos petrolíferos, os quais passam a dominar as exportações mexicanas. Na década de 1980, com a queda dos preços do óleo cru, a crise, que apenas tinha sido adiada, se instala definitivamente e o México declara a moratória de sua dívida externa. Com a fuga de capitais externos e a impossibilidade de conseguir créditos, o governo mexicano assina um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), submetendo o país a estreitas condições de ajuste e vigilância. O governo do presidente Miguel de la Madrid (1982-1988) iniciou mudanças na conformação do Estado, com forte enxugamento e ajustes no orçamento. Tal política econômica conservadora e austera, teve um pesado custo para os trabalhadores. A alta inflação e elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade, sem o aumento proporcional dos salários, resultaram numa queda do poder aquisitivo entre 15% e 20% por ano.

Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) assume a presidência e aprofunda as reformas neoliberais, com o objetivo de inserir o México na economia internacional e assegurar seu passaporte para o ingresso no “Primeiro Mundo”. “Socialização de perdas e privatização dos lucros foram os eixos da condução político-econômica” (Rajchenberg, 2006, p. 775).

O centro da política neoliberal é a assinatura do TLC e até o milho e o feijão, base da produção agrícola mexicana, foram incluídos em suas negociações (Galicia Gallareta, 2010, p. 38). Ocorre então uma mudança drástica na economia mexicana. O TLC, celebrado como modelo pela Organização Mundial do Comércio (OMC), “mergulhou o México numa espiral de recuo da produção, de rompimento do tecido produtivo e do tecido social e de crescimento vertiginoso do desemprego e da pobreza” (Chenais, 2000, p. 31).

Uma das características do TLC é que, diferente da União Europeia, “não haveria liberdade para as pessoas, somente para circulação dos capitais e das mercadorias. Os Estados Unidos reforçaram o policiamento da fronteira com o México e muros foram construídos para impedir a livre circulação de pessoas” (Oliveira, 2002, p. 52).

Para tornar o TLC possível, já que um dos setores de destaque nas negociações era a agricultura, o presidente Salinas de Gortari encaminhou um decreto reformando o artigo 27³ da Constituição Federal Mexicana, o qual tratava do direito à terra e do seu regime comunal. Este artigo era alvo de protestos dos EUA, em especial de suas companhias mineradoras e petroleiras, desde a aprovação da Constituição em 1917 (Womack Jr., 1992, p. 124). As terras comunais (ejidos)⁴ eram parte da estrutura comunitária indígena desde o período colonial. A reforma permitia a desvinculação das terras ejidais e sua venda individualizada.

³ A Constituição Mexicana de 1917 estabeleceu no seu artigo 27 que as terras pertenciam à Nação mexicana e só ela pode ceder o direito da propriedade da terra e da exploração do subsolo. Proíbe a propriedade da terra aos estrangeiros, organizações religiosas e beneficentes, sociedades anônimas, empresas industriais, mineiras, comerciais e bancárias. Define uma extensão máxima de terras segundo as diferentes regiões. “Criou também a possibilidade da manutenção da propriedade comunal sob a forma de ejido. A institucionalização do ejido se fez no sentido do estabelecimento de um tipo de cooperativa sob a orientação do Estado” (Corrêa, 1983, p. 105).

⁴ Ejido: “1. Forma institucionalizada de posse da terra que consiste em que o governo oferece como propriedade um terreno a um grupo de pessoas para que o trabalhem e obtenham os benefícios da sua exploração. De acordo com a última modificação na Constituição, o uso destas terras e sua mudança de proprietário devem ser supervisionados e aprovados pelo Estado. 2. Terreno assim concessionado pelo governo, principalmente para a sua exploração agrícola, florestal e pecuária. 3. Sociedade formada por pessoas que trabalham estas terras. 4. Durante a época colonial e até meados do século XIX, porção de terra de uso comunal que estava dedicada ao pastoreio e que se encontrava nas vizinhanças dos povoados rurais. 5. em Guerrero, medida agrária que equivale a 3,24 hectares” (Lara, Luis Fernando. *Diccionario del Español Usual en México*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996 *apud* Figueiredo, 2006, p. 49).

Sua inalienabilidade [das terras comunais] tinha sido consagrada no texto constitucional de 1917, porque se argumentou naquela ocasião que de outra maneira os proprietários, individualmente, ficariam vulneráveis aos embates expropriatórios dos empresários e especuladores agrários. A propriedade coletiva só poderia perdurar se não se fracionasse, mesmo que a posse e a propriedade pudessem ser individuais. Os novos marcos legais proclamavam o fim da propriedade coletiva e abriam a possibilidade da venda parcial das terras. Caíam, de um mesmo golpe, nacionalismo e agrarismo (Rajchenberg, 2006, p. 776).

A reforma constitucional foi aprovada em 1992 pelo Congresso Nacional mexicano, eliminando conquistas históricas dos camponeses datadas da Revolução Mexicana. Segundo Mario Gabriel Galicia Gallareta:

A reforma de 1992 implicou abertamente a chegada de consórcios internacionais como a Cargill, a maior comercializadora de grãos; Monsanto, a empresa com maiores vendas a nível mundial de transgênicos; e Coca-Cola e Nestlé, especialistas em engolir terra, água e gente (Galicia Gallareta, 2010, p. 44, tradução nossa).

O governo de Salinas também fica marcado pelo levante zapatista em Chiapas e pela tentativa de solucionar a questão através da repressão armada. A sucessão presidencial mais uma vez é controversa, já que o candidato à presidência do Partido Revolucionário Institucional (PRI), Luis Donaldo Colosio, o qual se declarava disposto a dialogar com o EZLN, é assassinado em 23 de março de 1994, em circunstâncias até hoje não esclarecidas. O procurador-geral, Francisco Ruiz Massieu, encarregado da investigação sobre o assassinato, também é morto.

Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-2000) é indicado como candidato à presidência pelo PRI, ganha as eleições e assume o governo do país em uma grave crise financeira com repercussões mundiais (o que ficou conhecido como “efeito tequila”) e “da qual os mercados financeiros se recompuseram, mas não a população mexicana” (Chenais, 2000, p. 31). Ele segue a política neoliberal implantada nos sexênios anteriores, voltada à relação comercial

com o TLC. O resultado é a subordinação econômica aos EUA expressa na seguinte cifra: “Ao término do século XX, 90% das exportações mexicanas eram dirigidas para ele, quando em 1982 os Estados Unidos representavam 50% dos intercâmbios comerciais” (Rajchenberg, 2006, p. 775).

O presidente, no entanto, enfrenta dificuldades para concluir as reformas solicitadas pelos organismos financeiros internacionais e pelo capital multinacional, em matéria energética, trabalhista e fiscal. O seu capital político e o do seu partido estavam bastante debilitados pelos efeitos da crise de 1994, pelas investigações não concluídas sobre os assassinatos políticos do salinismo e pela estratégia diante do conflito de Chiapas (Rajchenberg, 2006, p. 777). Desta forma, nas eleições presidenciais do ano 2000, ocorre a primeira derrota eleitoral nacional do PRI e Vicente Fox (2000-2006), do Partido Acción Nacional (PAN), que reúne políticos do espectro da direita no México, assume a presidência do país.

Chiapas e o Exército Zapatista de Libertação Nacional

Dentro deste contexto, nos aproximamos de Chiapas, estado localizado no sudeste do México, com uma população de mais de quatro milhões de habitantes, dos quais mais de um milhão são indígenas (Galicía Gallareta, 2010, p. 11), e um dos estados com maiores índices de pobreza do país. Nele, existem diversas organizações camponesas e indígenas atuantes.

A macrorregião sul serviu historicamente como zona de refúgio e migração daqueles que eram expulsos do resto do país e como área de reserva, fornecendo recursos econômicos e políticos para o centro. A Selva Lacandona, especificamente, é um local onde os indígenas eram assentados desde o governo de Porfirio Díaz (1876-1880 e 1884-1911).

Aí opera o Exército Zapatista de Libertação Nacional, um grupo guerrilheiro de composição indígena de diversas etnias e que começa a se organizar em 1983 a partir das Fuerzas de

Liberación Nacional (FLN), grupo urbano nascido no ano de 1969 em Monterrey, capital do Estado de Nuevo León, no norte do país. Estava organizado no Distrito Federal e em seis estados, entre eles, Chiapas (Womack Jr., 1999, p. 191).

Quando as FLN iniciam sua organização na Selva Lacandona, é através da convergência do grupo urbano com os indígenas chiapanecos que nasce o EZLN. Durante este processo, nos choques ocorridos entre os dois grupos originários, a organização indígena prevalece. O EZLN passa a ser uma das organizações que compõem as FLN. Contudo, enquanto o EZLN se massifica, “as ramificações urbanas das FLN [...] permaneciam sem o enraizamento popular que ocorrera em Chiapas e experimentavam até um certo refluxo diante do declínio internacional das utopias revolucionárias” (Figueiredo, 2006, p. 105).

Segundo o Subcomandante Insurgente Marcos, líder militar e porta-voz do EZLN, em 1984 os indígenas já haviam se tornado maioria na organização. A década de 1980 é um momento de acúmulo de forças e fundação das bases do EZLN. As comunidades que aderem ao EZLN são responsáveis por fornecer suprimentos aos acampamentos. Também há recrutamentos individuais ou de pequenos grupos.

Em 1992, o EZLN lança uma consulta “em cerca de 400 ou 500 comunidades tzotziles, choles, tojolabales e tzeltales dos Altos, Selva e Norte, nas quais eram discutidas as situações nacional e internacional e se havia chegado o momento de começar a guerra. [...] A maioria votou a favor do levante” (Figueiredo, 2006, p. 107).

Como em nenhum outro estado da República, em Chiapas abundam as incitações à rebeldia: miséria, insalubridade, condições de semiescavidão na peonagem, explosão demográfica [...], falta de escolas e professores, crise econômica acentuada pela queda dos preços do café [...]. No que será a zona zapatista, os ativistas dialogam com as comunidades até chegar ao acordo: diante do etnocídio, a única saída é a violência revolucionária (Monsivais, 2002, p. 116-117).

O Comité Clandestino Revolucionário Indígena – Comandancia General (CCRI–CG), comitê central de comando do EZLN, reúne os comitês de cada região e das etnias, seus responsáveis tornaram-se comandantes e, assim, prepara-se a luta armada.

Da guerra aberta à negociação

O movimento foi desencadeado a partir do levante armado de 1º de janeiro de 1994, quando o EZLN emite um comunicado, a *Declaración de la Selva Lacandona* (EZLN, 1994a). Esta é uma declaração de guerra, reafirmada na prática pela tomada militar de diversos municípios de Chiapas. A data foi escolhida por vários motivos operacionais e militares, mas também por marcar o início da vigência do TLC. O Subcomandante Insurgente Marcos liderou o ataque na capital chiapaneca e concedeu uma entrevista coletiva internacional em frente ao Paço Municipal ocupado.

Saint-Pierre (2000, p. 207) define este momento da seguinte maneira: “com a força de um ‘buraco negro’, ameaçando devorar tudo à sua volta, irromperam na modorra política do continente chamando a atenção para uma forma de luta que se acreditava morta e sepultada”.

Inaugura-se o período de guerra aberta, que se estende de 1º a 12 de janeiro de 1994. O governo afirma que demandas sociais não podem ser um pretexto para violentar a ordem jurídica. O exército mexicano reage e travam-se lutas em diversas localidades com intensos bombardeios sobre posições do EZLN. Iniciam-se os pedidos de intelectuais, Igreja e diversos grupos para que se encontre uma solução pacífica. O governo impõe quatro condições para estabelecer um diálogo: cessação das hostilidades; deposição e entrega das armas; devolução de reféns e sequestrados; e identificação dos dirigentes. Setores da sociedade civil pressionam fortemente o governo, pedindo que ordene o cessar-fogo.

No dia 6 de janeiro, o presidente afirma que “não se trata de um levante indígena, mas sim da ação desse grupo violento, armado

contra a tranquilidade das comunidades, a paz pública e as instituições governamentais”. Seriam, na verdade, “profissionais da violência, nacionais e um grupo estrangeiro, alheios aos esforços da sociedade chiapaneca”. Também oferece o perdão aos indígenas “em condições de pobreza que participaram por terem sido enganados, pressionados ou mesmo por desespero, para cessar sua conduta violenta e ilegal” (Salinas de Gortari, 1994, tradução nossa).

É datado deste mesmo dia um comunicado do EZLN listando suas condições para iniciar um diálogo. São elas:

A) Reconhecimento do EZLN como força beligerante. B) Cessar-fogo de ambas as partes em todo o território beligerante. C) Retirada das tropas federais de todas as comunidades com pleno respeito aos direitos humanos da população rural. Retorno das tropas federais aos seus respectivos quartéis em diferentes pontos do país. D) Cessar o bombardeio indiscriminado das populações rurais. E) Com base nas três condições anteriores, formação de uma comissão nacional de intermediação (EZLN, 1994e, tradução nossa).

No dia 10 de janeiro, tudo indica que a atividade militar começa a diminuir. No dia 11, Manuel Camacho (político do PRI, posteriormente nomeado Comissário para a Paz e a Reconciliação em Chiapas) propõe uma trégua imediata, à qual o Congresso segue. No dia 12, uma manifestação na Praça da Constituição, a principal praça da Cidade do México, também conhecida como El Zócalo, reúne milhares de pessoas pedindo o “Alto a la Masacre”. O governo federal mexicano emite um cessar-fogo unilateral.

A guerra aberta só dura 12 dias. Neste momento, o Exército Zapatista de Libertação Nacional concorda com o cessar-fogo e se dispõe a iniciar um processo de negociação. Após 12 de janeiro, segue-se um período de diálogo e consulta às bases do EZLN. A primeira mesa de negociação acontece no dia 21 de fevereiro em San Cristóbal de las Casas, mais de um mês após o cessar-fogo. Uma das principais demandas do EZLN era o retorno do artigo 27 da Constituição Mexicana ao seu espírito original, aprovado em 1917.

Com o assassinato de Luis Donaldo Colosio, candidato à sucessão presidencial pelo PRI, e o posterior lançamento de Ernesto

Zedillo como candidato substituto, o EZLN, temendo uma ofensiva militar, entra em “alerta vermelho” e suspende o diálogo. No dia 10 de abril, comemora-se o aniversário de 75 anos da morte de Emiliano Zapata através de diversas marchas pelo país, sendo a principal delas realizada na Cidade do México, com fortes expressões de apoio ao EZLN. A partir de 20 de abril, inicia-se a desativação do “alerta vermelho”.

No dia 10 de junho, o EZLN emite a *Segunda Declaración de la Selva Lacandona* (EZLN, 1994d). Esta se dirige à sociedade civil mexicana e convoca uma Convenção Nacional Democrática, a qual ocorre de 5 a 9 de agosto de 1994.

Entre o *¡Ya basta!* e o *¡No nos rendiremos!*

A *Declaración de la Selva Lacandona*, elaborada em 1993 e divulgada no dia 1º de janeiro de 1994, é o primeiro comunicado emitido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional e é a partir dela que se dá a conhecer ao mundo. Com o “*¡Ya basta!*”, pede-se a deposição de Carlos Salinas de Gortari, chamando-o de ditador, afirmando que suas tropas irão avançar até a capital do país vencendo o exército federal, conclamando pelo apoio do povo mexicano e anunciando que formarão um novo governo livre e democrático (EZLN, 1994a).

A *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*, com o grito “*¡No nos rendiremos!*”, se dirige à sociedade civil mexicana, a qual o EZLN acredita ter sido responsável pelo cessar-fogo governamental: “a Sociedade Civil assumiu o dever de preservar nossa pátria, ela manifestou seu desacordo com o massacre e obrigou [o governo] a dialogar” (EZLN, 1994d). Nesta segunda declaração, expressam a manutenção do cessar-fogo para permitir que a sociedade civil se organize, conduzindo o trânsito pacífico à democracia. A Convenção Nacional Democrática tem o objetivo de elaborar propostas de um governo de transição e uma nova

Constituição Nacional e “organizar a expressão civil e a defesa da vontade popular” (EZLN, 1994d, tradução nossa).

As transformações pelas quais o EZLN passa neste período podem ser evidenciadas quando analisamos as duas declarações. As diferenças entre uma e outra são assinaladas por alguns autores. Alejandro Manuel Buenrostro y Arellano e Ariovaldo Umbelino de Oliveira resumem a primeira Declaração da seguinte maneira: “Destino: o povo do México, os povos e governos do mundo. Formato: análise de conjuntura, tomada de posição. Mensagem: ‘Unam-se às forças insurgentes’” (Buenrostro y Arellano e Oliveira, 2002, p. 339). E sobre a segunda Declaração: “Mensagem: ‘Sociedade Civil, organiza-te e demonstra-nos que existe outra via, não a armada’. Convoca o movimento civil e propõe para agosto uma Convenção Nacional Democrática (CND) em seu território” (Buenrostro y Arellano e Oliveira, 2002, p. 341-342).

Já César Silva Montes afirma que, na primeira Declaração, o EZLN destaca a tradição de luta do povo mexicano, usa uma linguagem belicosa e “seu apelo à insurreição popular convida o povo mexicano a lutar por trabalho, terra, teto, comida, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” (Silva Montes, 2003, p. 229, tradução nossa). Já na segunda Declaração,

[..] o EZLN subordina sua estratégia de guerra para privilegiar o diálogo com a sociedade civil. A mensagem se amplia aos povos e governos do mundo. Após o apelo à rebelião militar, reconhece a sociedade civil como a instância para alterar ou modificar a forma de governo e participar na mudança democrática como a única alternativa à guerra (Silva Montes, 2003, p. 229, tradução nossa).

Verificando as duas declarações, percebe-se quatro mudanças fundamentais no EZLN. Estas são as mudanças de **interlocutor**, de **solução**, de **tática** e de **papel**.

A mudança de **interlocutor** é a mais destacada. Enquanto na primeira *Declaración de la Selva Lacandona*, os combatentes se dirigem aos “outros Poderes da Nação” para que restaurem “a

legalidade e a estabilidade da Nação, depondo o ditador” (EZLN, 1994a, tradução nossa), na segunda afirmam:

Hoje não apelamos aos falidos poderes da União que não souberam cumprir o seu dever constitucional, permitindo que o Executivo Federal os controlasse. [...] É na SOCIEDADE CIVIL, onde reside nossa soberania, é o povo que pode, a qualquer momento, alterar ou modificar nossa forma de governo, e já a assumiu. É a ele a quem chamamos nesta SEGUNDA DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA (EZLN, 1994d, tradução nossa).

A mudança de **solução** diz respeito à figura do presidente e da Constituição. A solução vista para os problemas mexicanos no primeiro documento era a deposição do presidente e para isto evocam a Constituição Mexicana. De acordo com a *Declaración de la Selva Lacandona*:

Portanto, de acordo com nossa Constituição, dirigimos esta declaração ao exército federal mexicano, pilar básico da ditadura que sofremos, monopolizada pelo partido no poder e encabeçada pelo executivo federal que, atualmente, tem como seu chefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari [...] Nossa luta está pautada no direito constitucional e é defendida pela justiça e pela igualdade (EZLN, 1994a, tradução nossa).

Na declaração de junho, avaliam que “não basta a saída do usurpador do Executivo federal e é necessária uma nova lei para nossa nova pátria, que nascerá das lutas de todos os mexicanos honestos” (EZLN, 1994d, tradução nossa).

A mudança de **tática** advém das mudanças anteriores. Como já exposto anteriormente, a tática de janeiro é a luta armada, avaliada como “uma última mas justa medida”. Também afirmam: “não pararemos de lutar até que sejam atendidas estas demandas básicas do nosso povo, formando um governo livre e democrático em nosso país” (EZLN, 1994a, tradução nossa). Na segunda Declaração, apesar de não descartada, a luta armada fica colocada num segundo plano. Falam à sociedade civil:

Que a esperança se organize, que caminhe agora pelos vales e cidades como fez ontem nas montanhas. Lutem com suas armas, não se preocupem

conosco. Saberemos resistir até o fim. Saberemos esperar... e saberemos voltar se fecharem-se novamente todas as portas para que a dignidade caminhe (EZLN, 1994d, tradução nossa).

Por isso, propõe uma nova tática: a interlocução direta com a sociedade civil, através de uma Convenção Nacional Democrática com o objetivo de elaborar uma nova lei constitucional.

Nesse sentido, há uma mudança de **papel** que o próprio Exército Zapatista de Libertação Nacional se atribui. Na primeira, formar um novo governo, pedindo para si o apoio da sociedade civil. Na segunda, a proposição é invertida. A sociedade civil deve formar um novo governo e o papel do EZLN é o de garantir sua vontade. Nas suas palavras: “O Exército Zapatista de Libertação Nacional já está presente em todo o território nacional e pode oferecer-se ao povo do México como Exército garantidor do cumprimento da vontade popular” (EZLN, 1994d, tradução nossa). Por tudo isso, compreende-se o período que se inicia após a *Segunda Declaración de la Selva Lacandona* como qualitativamente diferente do anterior.

Estas mudanças vão sendo gestadas desde a fundação do EZLN, mas a guerra aberta acelera e define os novos rumos do grupo. Então questiona-se por que o Exército Zapatista de Libertação Nacional, após a tomada de um vasto território de Chiapas em janeiro de 1994, inicia uma negociação com o governo federal mexicano? São diversos os fatores que precisamos levar em conta para responder esta questão. O primeiro destacado é o que aponta Héctor Luis Saint-Pierre:

Obviamente, o objetivo político dos zapatistas não é, ao menos pelo que têm demonstrado até agora, a tomada do poder. Seu objetivo não é aniquilar as estruturas repressivas do Estado nem revolucionar o sistema. Sua pretensão política limita-se a obter algumas reformas dentro do próprio sistema, mas não sua derrubada (Saint-Pierre, 2000, p. 208).

Em seguida, o autor indica que não podemos ser apressados em julgar o EZLN como reformista, pois o diálogo pode ter o

objetivo tático de ganhar tempo para ampliar-se política e militarmente e, após, retomar o objetivo estratégico de decisão pelas armas. Mesmo que concordemos com o caráter reformista do grupo, precisamos ressaltar que assim não o era nas suas origens, pois ele inicia sua história como um braço armado das FLN, um grupo marxista-leninista pretendendo instaurar uma guerra revolucionária a partir de Chiapas. A própria guerra de janeiro de 1994 é uma decisão das FLN, posteriormente submetida a consulta e aprovação das comunidades indígenas.

O objetivo das FLN e do EZLN com a guerra e a *Declaración de la Selva Lacandona* não é só barganhar reformas, mas, seguindo a linha guevarista de guerrilha, empreender a guerra de libertação nacional e, então, a guerra revolucionária, aniquilando o Estado burguês e instaurando a ditadura do proletariado. Porém, desde sua constituição, a partir das FLN, o grupo vai modificando-se em contato com os indígenas. Depois do dia 1º de janeiro de 1994, este processo se acentua.

O segundo motivo para aceitar a negociação parece óbvio, no entanto, é insuficiente para esclarecer este ponto: o EZLN, como insurgência, não tinha forças suficientes para aniquilar totalmente o inimigo, ou seja, retirar as condições de resistência do exército federal mexicano e tomar de assalto a maquinaria do Estado. Porém, devemos recordar o caráter de grupo guerrilheiro do EZLN e, como explica Che Guevara (1991, v. 1, p. 92-94) sobre a guerra de guerrilhas, este é um processo lento de acumulação de forças. Inicialmente ataca-se e foge, incorpora-se homens, conquista-se armamento e, posteriormente, posições. As forças guerrilheiras vão num crescente até terem condições favoráveis para a batalha final. Ou seja, a guerrilha chiapaneca não tinha condições de derrotar o exército mexicano, mas isto não impede o processo de guerra revolucionária.

Não temos dados para afirmar se o exército federal mexicano, em contrapartida, tinha como aniquilar o EZLN. O Subcomandante Marcos afirma que “nem podemos derrotar o Exército federal

agora, nem o Exército federal pode nos derrotar militarmente. O decisivo em uma guerra não é o enfrentamento militar, mas a política que entra em jogo nesse confronto” (EZLN, 1994c, tradução nossa). O cessar-fogo governamental não se deu pela incapacidade do exército em empreender a luta, apesar das tropas regulares não terem treinamento para a guerra na selva. Como o custo político do aniquilamento do EZLN pela via militar para o Estado mexicano era alto demais, o presidente preferiu a trégua. Um dos motivos é a grande cobertura feita pela mídia, tornando o levante tema de destaque nacional e internacional. Porém, a razão mais importante é a dupla pressão exercida pela sociedade civil: por um lado, exige do governo que não ocorra um massacre; por outro, interpela o EZLN para abandonar a luta armada.

E isto ocorre apesar da tentativa do governo em criminalizar as ações, acusando o EZLN de manipular as comunidades indígenas, de ser formado por estrangeiros e, inclusive, de estar ligado ao narcotráfico. Segundo Saint-Pierre (2000, p. 109), o objetivo desta propaganda e da criminalização da ação revolucionária é: “esvaziar o confronto de qualquer conteúdo político que possa aglutinar as massas de um lado da luta ideológica, isto é, nas fileiras revolucionárias”. Porém, além de não surtir efeito desejado, talvez tenha contribuído para reunir milhares de pessoas em marcha na capital federal pedindo o cessar-fogo governamental.

Os setores progressistas da sociedade civil mexicana, que aqui não serão tratados em sua pluralidade de expressões, organizações e soluções apontadas para o conflito, unificam-se em apoio ao projeto do EZLN e na sua não aceitação da via da luta armada. A importância desses setores progressistas é ressaltada diversas vezes pelo Subcomandante Marcos e pelo EZLN. Estes setores têm seu apoio disputado pelo governo federal e pelo Exército Zapatista.

O primeiro vê-se responsabilizado pela situação em que se encontram os indígenas chiapanecos, é pressionado para decretar o cessar-fogo e tenta, ao abrir o diálogo, isolar o EZLN, acreditando

que este não aderirá. Para o governo, continuar a guerra aberta é extremamente desvantajoso, pois fortaleceria politicamente o seu inimigo e, mesmo derrotando-o, isso implicaria diretamente no resultado das eleições presidenciais de 1994.

Já o EZLN, em um documento de 6 de janeiro, apresenta como objetivo do levante:

[...] dar a conhecer ao povo do México e ao resto do mundo as condições miseráveis em que vivem e morrem milhões de mexicanos, especialmente nós, os indígenas. Com estas ações que iniciamos, tornamos conhecidas também nossa decisão de lutar por nossos direitos mais básicos através do único caminho que nos deixaram as autoridades governamentais: a luta armada (EZLN, 1994e, tradução nossa).

Segundo o Subcomandante Marcos, um dos êxitos pretendidos era que outros movimentos, inclusive civis, se juntassem à chamada do EZLN em outras partes do México (EZLN, 1994b). Desde o início, a interlocução com a sociedade civil é vista como uma prioridade. E isto, ao contrário do que se pode imaginar, não é contraditório com o objetivo da luta armada, pois na guerra revolucionária, em especial, com a tática de guerrilha, o apoio da população é fundamental para os revolucionários. Estes, antes de ganhar a guerra, precisam resistir, engrossar suas fileiras e conscientizar as massas.

A reação negativa à atuação do exército federal, as críticas ao presidente Salinas de Gortari e, posteriormente, a intermediação feita no diálogo com o governo colocam a sociedade civil do lado do EZLN. Porém, esta não entende ou não aceita seu método. No intuito de não se isolar como força política, o EZLN, mesmo reforçando já ter tentado as vias pacíficas e a luta armada ser a única opção restante, se dispõe a dialogar com a sociedade. Marcos afirma poderem ser convencidos do contrário, basta a sociedade mostrar outros meios efetivos para o atendimento de suas demandas. Em diversos momentos, esclarecem que a aceitação de um diálogo com o governo não se dá pela crença da possibilidade de negociação, mas porque a sociedade merece essa satisfação.

Sobre o caminho da luta armada, a qual se opõe a sociedade civil, o EZLN declara, de maneira acertada, que ao depor as armas, seriam exterminados facilmente:

[...] as armas não podem agir politicamente na ofensiva, mas materialmente são capazes de atuar na defensiva. Estamos no nosso terreno. Para nos tirarem daqui, eles têm que vir atrás de nós. Esse é o fato que o governo federal deve pensar antes de vir acabar de uma vez por todas conosco. [...] o conflito bélico está latente, não está atuante, mas está aí e pode eclodir a qualquer momento e, por isso, não podemos entregar nossas armas. São nossa defesa. O dia 1º de janeiro foi a nossa maneira de nos fazermos ouvir. Agora são nossa maneira de sobreviver para que não nos aniquilem. Ou que nos aniquilem a um custo muito alto para o país. Não damos às armas um valor que elas não têm. Não veneramos as armas, mas sim ao que elas representam em um momento político ou outro. Acreditamos que neste momento as armas são a nossa garantia de sobrevivência, uma garantia que estamos dispostos a defender com dignidade (EZLN, 1994c, tradução nossa).

Che Guevara faz uma advertência sobre o momento no qual a luta armada tem condições de prosperar. Para ele,

[...] é necessário demonstrar claramente ao povo a impossibilidade de manter a luta pelas reivindicações sociais no âmbito da luta cívica. A paz é quebrada justamente pelas forças opressoras que permanecem no poder contra a lei estabelecida. [...] Quando um governo chega ao poder através de alguma forma de consulta popular, fraudulenta ou não, e pelo menos uma aparência de legalidade constitucional é mantida, o surgimento do foco guerrilheiro é impossível porque as possibilidades de luta cívica não foram esgotadas (Guevara, 1991, v. 1, p. 32, tradução nossa).

No México, apesar das constantes fraudes eleitorais, a sociedade civil demonstrou claramente acreditar ainda existirem vias legais para a luta, colocando-se contra a guerra.

Por último, queremos ressaltar o isolamento do EZLN como motivo para a negociação. Apesar de estabelecer diversas vias de comunicação com variados interlocutores e receber o apoio de setores progressistas da sociedade, estão isolados geograficamente em Chiapas, além de faltar-lhes apoio estratégico e militar para estender a luta para as cidades e outras regiões do país. As FLN,

que deveriam cumprir este papel, parecem ter enfraquecido e impossibilitado este passo.

Em resumo, o Exército Zapatista de Libertação Nacional se encontra no dia 12 de janeiro de 1994 da seguinte maneira: sem condições para aniquilar o exército federal mexicano pela via militar, mas também sem possibilidade de ser derrotado imediatamente; com o apoio da sociedade civil mexicana, que garante a sua sobrevivência politicamente e o fortalece, mas que poderia ser abalado se não aceitasse a trégua; e isolado geográfica e estrategicamente.

Apesar da trégua e o diálogo parecerem uma saída lógica, outros grupos guerrilheiros na América Latina talvez não tivessem feito esta opção. O que determina passar do objetivo estratégico da guerra revolucionária para a abertura de canais de diálogo e de fortalecimento político do grupo é a lenta reconstrução de sua identidade durante os anos de preparação da luta e, de maneira muito acelerada, após o início da guerra aberta.

Se a identidade tem um caráter relacional, para o EZLN esta primeiro se constrói entre um grupo guerrilheiro urbano composto por brancos e comunidades indígenas rurais de variadas etnias com tradições milenares. Após, na disputa entre um projeto de tomada de poder e o fortalecimento político do grupo. Saint-Pierre resume da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, o fim político [da guerra revolucionária] deixa de ser a mudança **de** sistema e apenas propõe algumas alterações **no** sistema; em segundo, e em consequência do primeiro, no nível estratégico é abandonado o objetivo de **aniquilar** as forças das classes dominantes e, em seu lugar, procura-se **forçar** o diálogo com o governo; no nível tático, incorpora-se a utilização de símbolos visando potenciar o efeito do uso de armas e, às vezes, substituí-lo, e a aplicação em larga escala do sistema de comunicação via **internet** como forma de contrarrestar o efeito da relação de força completamente adversa (Saint-Pierre, 2000, p. 207-208, grifos no original).

Na disputa entre o projeto de tomada de poder e o fortalecimento político do grupo, o segundo ganha mais força. A

“guerra de papel”, como define Figueiredo (2006, p. 28), disputa espaço e, em alguns momentos, pretende substituir a violência ou a ameaça de violência. A declaração de guerra deu lugar à construção dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas⁵ e a consolidação do EZLN como movimento social mais amplo: o neozapatismo. Apesar da tensa relação com o governo federal mexicano, o EZLN sobrevive há 31 anos, publicou seis Declarações da Selva Lacandona e, durante sua trajetória, reinventou-se diversas vezes.

Considerações Finais

Luta armada e guerra revolucionária não estavam na ordem do dia quando o EZLN irrompe na cena pública. Muitos afirmavam ser este um capítulo encerrado da história. Era o momento do avanço do neoliberalismo. O México, que entrava orgulhoso no Primeiro Mundo, retornou rapidamente à América Latina da desigualdade social, pobreza, concentração fundiária e, mais ainda, à sua realidade indígena, que o racismo oficial faz questão de esconder.

A guerrilha chiapaneca recoloca estas questões no seu devido lugar. Mas ao reinventar a luta armada, também se reinventa. Ao passar da guerra aberta ao diálogo, aproxima-se da sociedade civil mexicana e internacional e torna a participação e a democracia bandeiras e práticas do grupo. A identidade do grupo guerrilheiro revolucionário é reconstruída e surge o movimento zapatista. Nas palavras de Michel Löwy:

⁵ Os Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas agrupam comunidades e microrregiões nas zonas de influência do EZLN em Chiapas a partir do controle do território. Em julho de 2003, surgem também os Caracoles e as Juntas de Bom Governo. As Juntas de Bom Governo agrupam regiões mais extensas em comparação com os Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas. “Os Caracoles são as sedes das Juntas de Bom Governo, novas instâncias e coordenação regional e lugares de encontro das comunidades zapatistas e da sociedade civil nacional e internacional” (Ornelas, 2005, p. 142).

O recente levante zapatista de Chiapas representa uma nova variante, bastante inesperada, da guerrilha rural: sem aspiração de “tomada do poder”, vê-se uma força a serviço da sociedade mexicana, em luta pela democracia. [...] esse movimento, transformado, ao longo dos anos de 1980, na expressão “orgânica” das comunidades indígenas de Chiapas, privilegiou (depois da insurreição de janeiro de 1994) a ação política e a mobilização, no mínimo, da “sociedade civil” contra o regime autoritário do partido/Estado mexicano. Por sua sensibilidade libertária, sua autoironia, seu repúdio ao poder, seu apelo internacionalista, ecoou além das fronteiras do México (Löwy, 2003, p. 14-15).

Nega-se a tomada do poder por ela mesma, preferindo conquistar espaços de autonomia. Argumentam que tomar o poder por si só não transformaria o sistema, sendo necessário primeiro mudar o poder. Sua atuação então fica limitada à pressão para acelerar algumas reformas e para abrir canais de diálogo com o governo. O Exército Zapatista de Libertação Nacional nos ajuda a imaginar futuros alternativos para o presente, pois recorda que, apesar do peso das determinações, os homens e as mulheres podem, através da concretização de seus projetos, mudar o mundo ou, ao menos, mudar o seu mundo.

Referências

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Cronologia. *In*: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 339-368.

CHENAIS, François. Por trás do discurso da mundialização "inevitável". *In*: CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). **A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p. 20-38.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A revolução mexicana: 1910-1917**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

EZLN. **Declaración de la Selva Lacandona**. 1 jan. 1994a. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/pri-mera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

EZLN. **Entrevista a Subcomandante Marcos**: Nos hemos estado preparando en la montaña desde hace diez años. 4 jan. 1994b. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/04/subcomandante-marcos-nos-hemos-estado-preparando-en-la-montana-desde-hace-diez-anos/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

EZLN. **Entrevista con La Jornada. Subcomandante Marcos**: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento. 4 fev. 1994c. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/04/entrevista-con-la-jornada-subcomandante-marcos-lo-decisivo-en-una-guerra-no-es-el-enfrentamiento-militar-sino-la-politica-que-se-pone-en-juego-en-ese-enfrentamiento/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona**. 10 jun. 1994d. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

EZLN. **Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo**. 6 jan. 1994e. Disponível em: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/06/sobre-el-ezln-y-las-condiciones-para-el-dialogo/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A guerra é o espetáculo**: origens e transformações da estratégia do Exército de Zapatista de Libertação Nacional. São Paulo: RiMa, FAPESP, 2006.

GALICIA GALLARETA, Mario Gabriel. **El EZLN y la lucha por la tierra**. 2010. 161 f. Tesis (Licenciatura em Estudos Latino-americanos) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, México, DF. Disponível em: <http://132.248.9.195/ptb2010/junio/0658952/Index.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GUEVARA, Ernesto Che. **Obras: 1957-1967**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991. 2 v.

LÖWY, Michael. **O Pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MONSIVAIS, Carlos. Década de oitenta - 1992: os preparativos. *In*: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 115-117.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A rebeldia Zapatista no México. *In*: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 51-59.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles. *In*: CECENÑA, Ana Esther (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAJCHENBERG, Enrique. México. *In*: SADER, Emir, *et al* (Org.). **Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. p. 759-779.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SALINAS DE GORTARI, Carlos. Mensaje a la Nación. **Memoria Política de México**, 1994. Disponible en: <https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/7CRumbo/1994MAN.html>. Acceso en: 13 mar. 2025.

SILVA MONTES, César. El EZLN, de la guerra a la paz. **Antología de Cultura y Sociedad Mexicana**, México: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, ago./dez. 2003. p. 228-244.

WOMACK JR., John. La Revolución mexicana, 1910-1920. *In*: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina: México, América Central y el Caribe**, c. 1870-1930. Barcelona: Editorial Crítica, 1992. v. 9. p. 78-145.

WOMACK JR., John. **Rebellion in Chiapas: an historical reader**. Nova Iorque: The New Press, 1999.

A inserção feminina nos primeiros anos do curso técnico em Viticultura e Enologia em Bento Gonçalves/RS (1959-1969): presença na ausência?

Caroline Cataneo¹

Introdução

Este artigo é uma análise histórica do processo de inserção feminina nos primeiros anos de atuação da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves/RS, durante o período de 1959 a 1969. A pesquisa, enquadra-se no campo da História da Educação. A operação historiográfica efetivou-se selecionando, reunindo, transformando e analisando em documentos históricos os objetos selecionados (Certeau, 1982). Para o *corpus* documental foram cotejadas as seguintes fontes: documentos relativos à instituição escolar e legislação federal acerca do ensino profissional agrícola no período. Além disso, operou-se com o gênero enquanto categoria analítica, com o objetivo de refinar o olhar na pesquisa documental.

A serra gaúcha é a principal produtora de uvas e vinhos do Brasil, com uma longa tradição no cultivo de vinhedos. Embora já existissem experiências anteriores no cultivo de videiras - introduzidas no Rio Grande do Sul em 1726 - a vitivinicultura só ganhou relevância econômica com a chegada dos primeiros imigrantes italianos a partir de 1875. É importante salientar que, de acordo com Dal Pizzol e Sousa (2014), não se tem indicação de que os imigrantes trouxeram consigo mudas de videiras. As famílias

¹Doutoranda em Educação (UFRGS). Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFRS). Licenciada em História. Servidora Técnica-administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Endereço eletrônico: caroline.cataneo@ifrs.eu.br

que chegaram posteriormente à região serrana tentaram trazer, porém, a longa viagem e as terras não adaptadas às variedades europeias fizeram com que as mudas plantadas em solo brasileiro não crescessem de maneira adequada.

Durante os primeiros meses em terras brasileiras os imigrantes italianos recebiam uma ajuda do governo para a compra de mantimentos necessários à subsistência. Para isso, precisavam descer a Serra rumo à região do atual município de Feliz/RS, que abrigava uma colônia alemã já bem consolidada. Em uma dessas caminhadas serra abaixo, que durava cerca de um dia, Tommaso Radaelli, um dos primeiros imigrantes a se fixarem na região deparou-se com pérgolas de uva da variedade Isabel em uma videira de propriedade de Jacob Ruschel. O ano era 1876. Jacob Ruschel forneceu os bacelos a Radaelli que, ao plantá-los, “inaugurou o embrião que propagou, divulgou e estimulou a vitivinicultura na serra gaúcha” (Dal Pizzol; Sousa, 2014, p. 67).

Segundo Facalde (2011), um dos marcos da inserção da viticultura e enologia nos currículos de formação profissional no Rio Grande do Sul ocorreu em 1890, com a inclusão da disciplina no curso de Agronomia e Veterinária do Liceu Rio Grandense de Pelotas. Em 1921, foi criada a Estação Experimental de Viticultura e Enologia na serra gaúcha. Posteriormente, em 1941, em Bento Gonçalves, foi estabelecida a Estação Experimental de Enologia, considerada a origem da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves.

As primeiras empresas familiares e cooperativas vinícolas da região datam no início do século XX. De acordo com Falcade (2001), a década de 1920 é marcada pela vinda de enólogos e agrônomos estrangeiros a fim de desenvolver atividades na indústria do vinho da região, já que a formação de enólogos no Brasil só iria ocorrer a partir dos anos 1960. Esses profissionais, responsáveis tanto pela produção das uvas quanto pela elaboração de vinhos e derivados, ajudaram a constituir a região da serra gaúcha tal qual a conhecemos atualmente. Em relação à emergência

de novas profissões, Manfredi (2016) pontua que estas surgem a partir de mudanças advindas nos processos produtivos, da complexidade e nas novas dinâmicas e necessidades da sociedade. Foram a partir dessas mudanças, ocasionadas pela complexificação da produção de vinhos, que emergiu a necessidade da formação de enólogos e a criação de uma escola para tal fim.

A presença feminina na Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves/RS: os primeiros anos (1959-1969)

A luta em prol de uma instituição de formação de enólogos era demanda antiga no setor e foi pleiteada tanto por industriais da região quanto por políticos e entidades de classe ligadas ao mundo do vinho. Após forte disputa com a cidade de Caxias do Sul/RS pelo local que abrigaria a escola, o atual IFRS - Campus Bento Gonçalves, foi criado no ano de 1959, através da Lei nº 3.646, com o nome de Escola de Enologia de Bento Gonçalves, com o objetivo de ofertar o curso técnico em Viticultura e Enologia pertencente ao então 2º ciclo do ensino agrícola. Os seus antecedentes remontam à criação da Estação de Enologia de Bento Gonçalves², inaugurada no ano de 1941 e que pode ser considerada a sua gênese, conforme pode ser observado no documento legal abaixo:

Art. 1º É criada, no Ministério da Agricultura, a Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, subordinada ao Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Art. 2º A Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves terá sede na área territorial da Estação de Enologia de Bento Gonçalves, funcionando ambas as instituições em perfeita articulação, de forma a atender aos interesses do ensino e da pesquisa vitivinícola.

Art. 3º A Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves manterá os seguintes cursos:

² A Estação de Enologia de Bento Gonçalves, que iniciou suas atividades em 1941, foi transformada, no ano de 1969, na Estação Experimental de Bento Gonçalves e em 1972 em Embrapa Uva e Vinho.

- a) curso técnico de viticultura e enologia, de grau médio;
- b) cursos de aperfeiçoamento de um ou mais assuntos de viticultura e enologia, destinados a técnicos de nível médio;
- c) cursos avulsos para viticultores e vinicultores;
- d) cursos de treinamento e estágios para trabalhadores rurais e cantineiros (Brasil, 1959, grifos da autora).

A primeira turma, formada por quinze alunos, iniciou as aulas em março de 1960, ainda nas dependências da Estação de Enologia. Entre os estudantes que prestaram o processo seletivo havia apenas uma mulher: Adelina Maioli, que viria a se tornar a primeira enóloga formada no Brasil. Embora a oferta do curso fosse em coeducação, a presença feminina na instituição seria bastante incipiente, especialmente na primeira década.

Para Martiniak (2011), as matrículas predominantemente masculinas no ensino agrícola deviam-se ao fato de que muitas atividades eram braçais e consideradas inaptas ao sexo feminino. A instituição estava subordinada ao Decreto-Lei 9613/1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que organizou essa modalidade de ensino no país. O mesmo decreto menciona algumas questões a serem observadas quando do ingresso feminino nessas instituições:

TÍTULO V DO ENSINO AGRÍCOLA FEMININO

Art. 51. O direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres.

Art. 52. No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:

- 1. É recomendável que os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.**
- 2. Às mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.**
- 3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.**
4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia rural doméstica.
5. Além dos cursos de e continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que

trabalharem nas lides do lar cursos de continuação de economia rural doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural. (Brasil, 1946, grifos nossos)

Para Louro (1997), os papéis sociais podem ser definidos como normas ou padrões, estabelecidos de forma arbitrária por uma sociedade, que orientam a conduta de seus membros, incluindo sua maneira de se vestir, interagir e se comportar e as expectativas projetadas em homens e mulheres. São, portanto, singularidades históricas, sociais e culturalmente construídas e não algo inato. Partindo desse pressuposto, a Lei revela uma clara segmentação de gênero no ensino agrícola brasileiro, refletindo os papéis sociais esperados de homens e mulheres na época. O Art. 51, ao garantir a igualdade formal de acesso aos cursos, parece progressista, mas é imediatamente contrabalançado pelas prescrições do Art. 52, que institucionalizam uma forma de educação diferenciada e sexista. As recomendações para que as mulheres frequentem escolas exclusivamente femininas, o cuidado com atividades consideradas inadequadas para sua saúde e a ênfase na "natureza da personalidade feminina" e no "papel da mulher na vida do lar" reforçam estereótipos de gênero. Dessa forma, em que pese a pretensa igualdade da Lei, ela segue perpetuando desigualdades estruturais ao segregar e restringir as possibilidades de formação e atuação das mulheres no meio agrícola.

Dessa forma, a partir desse instrumento legal, o Estado já assume que existem diferenças no ingresso entre homens e mulheres nos estabelecimentos de ensino agrícola federais. Embora o ingresso seja permitido, a permanência das jovens mulheres nessas instituições ainda iria demorar a se consolidar de forma efetiva. O regulamento da Escola, seguindo a mesma linha, entende que existem algumas atividades que são consideradas inaptas ao feminino, mas não nomeia quais seriam essas atividades. Considera ainda que seu ingresso somente se daria na forma de externato. O internato era destinado apenas ao público masculino:

Capítulo VI

Do Ensino Feminino

Art. 42 O direito de ingresso nos cursos da Escola é igual para homens e mulheres, sendo **facultada a coeducação**.

Parágrafo único. Enquanto não houver instalações apropriadas e número suficiente de matrículas que justifiquem a manutenção do internato feminino, **os alunos desse sexo só poderão ser matriculados em regime de externato ou semi-internato** (Brasil, 1962, grifos da autora).

O regulamento garante a igualdade de acesso à educação para homens e mulheres, mas impõe restrições às alunas ao condicionar sua permanência à existência de infraestrutura adequada e um número suficiente de matrículas. Essa exigência evidencia uma limitação prática ao direito de ingresso feminino, pois a falta de internato poderia dificultar a continuidade dos estudos para mulheres que não tivessem condições de frequentar a escola como externas ou semi-internas. Assim, embora reconheça a coeducação, o regulamento ainda reflete desigualdades estruturais presentes na época.

Para Louro (1997), diversos elementos como a estrutura institucional, incluindo a organização, os currículos, as instalações, o corpo docente, as normas e os processos de avaliação, atuam, de forma explícita ou implícita, na manutenção e até mesmo na criação das diferenças entre os sujeitos. As diretrizes para o ensino agrícola, bem como o regulamento da escola, corroboram para uma divisão entre o alunado feminino e masculino mesmo que, em tese, se facultasse a coeducação. O texto do documento reflete uma concepção de ensino baseada na diferenciação de gênero, tanto pela restrição ao internato, quanto pelo reforço à ideia de segregação e limitação de oportunidades, classificando certas atividades como inaptas para as alunas. Isso evidencia uma perspectiva segregacionista que restringia a participação plena das mulheres em seus processos formativos.

Magalhães (2004), ao discorrer acerca do internato, defende que as escolas que possuem esse sistema se configuram como uma instância educativa total. Na mesma direção, Conceição (2015a), propõe que o internato é um modelo escolar com práticas

educativas próprias, caracterizado pelo isolamento e pela formação integral por meio de uma estrutura que controla, tempo, espaço e atividade dos internos. Nesse sentido, a impossibilidade de escolha de acessar ou não o internato refletia uma diferenciação tanto no acesso quanto na ocupação total dos espaços escolares pelas alunas.

Os estudos de Guerra e Bomfim (2009) demonstram que as Escolas Agrotécnicas Federais ficaram conhecidas como “lugar de homem” por diversos motivos. Um dos principais deles é a interdição ao internato para o público feminino. Na mesma direção, Conceição (2015b) afirma que o internato é uma marca significativa do ensino agrícola. Analisando a legislação vigente quando do início das atividades da escola depreende-se que, embora existisse a possibilidade de acesso, as condições de permanência eram diferenciadas entre os públicos masculino e feminino. Refletindo sobre as relações de gênero presentes na instituição e no ensino agrícola, percebe-se que este é “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (Scott, 1995, p. 14).

A história de uma instituição educativa corresponde a relações entre as culturas gerais e locais, normas e atitudes grupais, institucionais e organizacionais (Magalhães, 2004). Assim sendo, ela não pode ser desvinculada do contexto social e educacional do período que refletiam, de um lado, os papéis sociais esperados para mulheres e homens e do outro o ainda baixo acesso à escolarização formal no Brasil. Dados do IPEA (1996), apontam que, na década de 1960, a média de estudos era de 2,4 anos para homens e de 1,9 anos para mulheres, ou seja, a escolarização formal do brasileiro em geral era baixa e das mulheres ainda mais. Dessa forma, a escola reflete, além das desigualdades sociais, os preconceitos existentes na sociedade.

Ao que parece, o sentido subjacente é de que a escola não produz relações hierárquicas de gênero, mas reproduz as hierarquias pré-existentes na família, no mercado de trabalho e na sociedade mais ampla. É como se a

escola e o sistema de ensino fossem colocados entre parênteses, descolados do todo social. Ela não gera contradições próprias; apenas reproduz, reforça, o que é produzido fora. Livros didáticos, interações entre adultos e crianças não são tidos como gerados por e geradores de experiências escolares concretas, mas como um epifenômeno de outras determinações sociais. (Amado; Rosemberg, 1992, p. 66)

“Fazer carreira” é uma noção pouco feminina para as mulheres. É sinal de ambição, característica atribuída ao masculino (Perrot, 2005). Ingressar em um curso de formação profissional – ainda mais uma ocupação braçal e eminentemente masculina – foi por muitos anos algo preterido pelas mulheres. Algumas inquietações permeiam essa reduzida participação feminina na instituição: seria o internato destinado apenas aos homens um impeditivo ao ingresso de alunas no curso? Ou por ser uma profissão considerada inadequada às mulheres à época? Ou ainda o fato ser uma formação ainda desconhecida do público?

O ensino ministrado naquele momento na escola era de homens para homens. É possível observar isso em dois momentos: na lista nomes dos primeiros professores – todos do sexo masculino – e na reduzida participação feminina no ensino. A entrada de mulheres na instituição aumentaria ao longo dos anos, mas ainda assim seria reduzida por algumas décadas. A maior presença feminina no curso só ocorreria a partir dos anos 2000³ e com mais equidade a partir da transformação do Cefet-BG em Instituto Federal, no ano de 2008.

Para Perrot (2005) as mulheres sempre trabalharam. O que elas exerciam eram profissões. O trabalho feminino no mundo do vinho sempre esteve presente, tanto na indústria do vinho quanto nas lides das videiras, conforme apontam os trabalhos de Bergamaschi e Giron (1997) e Trivilin (2009). Contudo, esse trabalho não iria

³ No ano de 2004, pela primeira vez desde o início do curso, formaram-se onze moças e sete rapazes, dando início a uma mudança no perfil do alunado que iria se concretizar nos anos posteriores. Os dados foram coletados a partir de registros de matrículas da Coordenadoria de Registros Acadêmicos do IFRS Campus Bento Gonçalves.

refletir na busca pelo curso. Diversos fatores podem explicar essa baixa procura: as expectativas quanto aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, a inserção da escola no interior do estado, em uma região bastante conservadora e as próprias expectativas educacionais e laborais femininas e masculinas. Essa divisão no campo educacional explicam a guetização das carreiras femininas e masculinas que estão presentes desde a escolha dos cursos a serem frequentados por mulheres e homens:

[...] a discriminação no campo educacional não ocorre quanto ao acesso, permanência e rendimento escolar feminino, nas na guetização sexual das carreiras escolares. [...] os estudantes do sexo masculino seguem preferencialmente cursos de conteúdo técnico e científico; as estudantes do sexo feminino seguem trajetórias escolares vinculadas às letras e humanidades, com nítidas vistas à preparação para o magistério. (Rosemberg e Amado, 1992, p. 63-64)

Na primeira turma do curso havia apenas uma mulher: Adelina Maioli. A fotografia abaixo apresenta a primeira turma de formandos do Curso Técnico em Viticultura e Enologia, do ano de 1962. A predominância do sexo masculino é inconteste e esse é um fato que iria perdurar ainda por algumas décadas. Além disso, como ainda não havia internato nos dois primeiros anos da instituição, apenas um estudante era de uma cidade vizinha, Veranópolis/RS, e os demais eram de Bento Gonçalves/RS.

Figura: Primeiros formandos do Curso Técnico em Viticultura e Enologia (1962).



Fonte: Núcleo de Memória do IFRS (2024)

A fotografia registra a solenidade da primeira formatura de Técnicos em Viticultura e Enologia do país. Dentre os primeiros profissionais formados, há um pioneirismo que se destaca ainda mais: uma única mulher presente entre os formandos. A fotografia de 1962, registrada no Clube Ipiranga da cidade de Bento Gonçalves, evidencia a predominância masculina na educação profissional agrícola da época, além de demonstrar que o ensino técnico possuía um grande destaque social, especialmente em uma região onde a vitivinicultura era central para a economia.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres no acesso a determinadas áreas profissionais não é algo inato ou fruto apenas de aptidões para alguns campos e não outros. Para Rosemberg e Amado (1992) as escolhas por dadas carreiras escolares não são em vão. Elas fazem parte de estratégias de sobrevivência que refletem necessidades materiais e simbólicas, coletivas e individuais, além da percepção quanto à discriminação que poderão sofrer no mundo do trabalho ou às restrições quanto a oportunidades na área. Além disso, em uma época que o acesso ao mercado profissional de trabalho era ainda mais segregado. Para Perrot

(2005), as profissões consideradas boas para mulheres, deveriam permitir que uma mulher realizasse bem a sua atividade profissional – em menor escala – em detrimento a doméstica, considerada primordial. Esse pode ser um dos pontos que levava as moças a escolherem o magistério, por exemplo.

No contexto educacional, em 1961 é publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que irá modificar a conjuntura da educação nacional e também as diretrizes para o ensino profissional agrícola. A lei foi formulada em um contexto de intensos debates sobre a organização do ensino no Brasil, refletindo as disputas entre setores conservadores e progressistas da época. Durante os anos de 1950, o país passava por um processo de industrialização e urbanização intenso, o que exigia uma reforma educacional capaz de atender às novas demandas sociais.

A LDB de 1961 revogou a Lei Orgânica do Ensino Agrícola e passou a regular as diretrizes do ensino agrícola profissional, em articulação com o ensino secundário. O ensino agrícola, do lado do industrial e do comercial, seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ginásial e o segundo colegial, com no mínimo três anos de duração. A partir dessa nova legislação, os colégios agrícolas podiam emitir certificados que possibilitaram aos formados a continuidade dos estudos em qualquer curso superior, o que não era permitido anteriormente.⁴

O contexto da década de 1960 no Brasil foi marcado por intensas transformações políticas. Em 1964, o golpe civil-militar depôs o presidente João Goulart, instaurando uma ditadura que duraria até 1985. O regime militar implementou medidas autoritárias, como o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, que ampliou a repressão política, censurou a imprensa e restringiu direitos civis. Na educação, o novo governo também realizou

⁴ A continuidade dos concluintes dos cursos técnicos na área agrícola, pela Lei Orgânica de 1946, era possível, desde que fosse diretamente relacionado como curso superior pleiteado pelo aluno.

diversas mudanças. No ano de 1967, por meio do Decreto nº 60.731, toda a rede federal dos estabelecimentos do ramo agrícola foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação. A partir da década de 1970 seriam determinadas outras diretrizes para o ensino agrícola profissional, em especial após a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), em 1973, que iria conferir uma nova identidade ⁵a essas escolas.

Em relação às lutas feministas, a década de 1960 é marcada pelo movimento feminista de “segunda onda” que focava em, além da igualdade de direitos civis e acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior, liberdade sexual e reprodutiva. Nesse período, surgiram importantes debates sobre a desconstrução dos papéis de gênero e a necessidade de mudanças estruturais na sociedade. No Brasil, a aceleração do capitalismo, com a multiplicação de indústrias e o forte êxodo rural transferiu muitas pessoas da área rural para as cidades. Além disso, o contingente feminino no mundo do trabalho apresentou significativas mudanças. De acordo com Telles (2017, p. 69), “se em 1950, a proporção de trabalhadoras mulheres era de 13,5%, em 1970 quase dobra esse número (20,8%), e seis anos mais tarde (1976) a porcentagem de mulheres economicamente ativas atinge 28,8%.” Em relação à escolarização, a autora aponta que:

Com o desenvolvimento industrial e tecnológico, e a ampliação do mercado de trabalho, é normal o ingresso massivo das mulheres nas escolas, igualando-se aos homens, sem contudo, serem favorecidas profissionalmente. A maioria delas é incorporada nas carreiras ditas femininas (Telles, 2017, p. 70).

As carreiras ditas femininas refletem uma conduta sexista que se manifesta ao associar diferenças biológicas entre homens e mulheres a habilidades ou competências distintas para

⁵ As escolas do ramo agrícola que estavam sob a coordenação da Coagri adotaram, até 1986, o modelo “Escola-Fazenda” que tinha como lema o slogan “aprender a fazer e fazer para aprender” a partir da tríade ensino/trabalho/produção o que conferiria uma nova identidade às escolas agrícolas federais. (Lima, 2023).

determinadas funções na sociedade e no ambiente de trabalho, resultando em julgamentos prévios sobre quais papéis seriam apropriados para cada gênero (Almeida, 1998). Nesse sentido, em que pese o aumento paulatino na escolarização feminina e no processo de ocupação formal no mundo do trabalho, a procura das mulheres pelo curso ainda seria bem baixa, em especial nos primeiros anos, refletindo a busca por carreiras ditas masculinas e femininas, que se realizam a partir da divisão sexual do trabalho. O quadro abaixo mostra o número de concluintes do curso na década de 1960:

Tabela 1: Quantitativo de formandos do Curso Técnico em Viticultura e Enologia
Década de 1960

Ano de formatura	Quantidade de Rapazes	Quantidade de Moças
1962	13	1
1963	20	1
1964	8	0
1965	22	3
1966	15	0
1967	13	0
1968	12	0
1969	9	2
Total de formados	112 rapazes	7 moças

Fonte: Elaborado pela autora em consulta aos Registros de Diplomas da instituição (2024).

Apenas cerca de 6,25% dos estudantes formados na primeira década de funcionamento da escola eram mulheres. Um território altamente masculinizado e estruturalmente difícil para as meninas/mulheres foi o quadro encontrado na década de 1960. Do ano de 1962 até o ano de 1969 - enquanto foram formados 112 homens, apenas concluíram o curso 7 mulheres. Foi o período com menos ingresso feminino da história da instituição, sendo que em alguns anos não havia nenhuma mulher entre as alunas do curso. Para Rosemberg e Amado (1992), a discriminação na educação não se manifesta no ingresso, na permanência ou no desempenho escolar das mulheres, mas na segregação por gênero dentro das

escolhas acadêmicas. Este é um fato que pode ser observado na primeira década de funcionamento da instituição escolar.

Considerações finais

O estudo também demonstra que essa baixa presença feminina não foi um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das dinâmicas sociais mais amplas da década de 1960, fortemente marcadas pela divisão sexual do trabalho e por uma estrutura educacional que direcionava homens e mulheres para áreas distintas, causando uma guetização das profissões. A lenta ampliação da presença feminina no Curso Técnico em Viticultura e Enologia ilustra como as mudanças no perfil do alunado foram graduais. As pioneiras se estabeleceram como uma “presença na ausência” durante os primeiros anos.

Depreende-se, portanto, que as barreiras enfrentadas pelas mulheres no acesso e permanência no curso não eram decorrentes de “vocações” individuais, mas sim de uma estrutura que restringia suas possibilidades de formação e atuação, o que se verifica desde a escolha das trajetórias escolares a serem percorridas. É importante destacar, contudo, que a presença crescente de mulheres em ambientes tradicionalmente ocupados por homens ao longo dos anos tem favorecido a reavaliação das relações laborais, promovendo mudanças, ainda que incipientes, na divisão sexual do trabalho. Contudo, ainda persiste a valorização hierárquica do trabalho masculino em detrimento do feminino. Por ser a educação profissional o *locus* mais evidente da relação trabalho-educação, novas investigações que levem em consideração as novas dinâmicas do mundo do trabalho e os estudos contemporâneos de gênero são relevantes.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. Editora Unesp, 1998.

BERGAMASCHI, Heloísa; GIRON, Loraine. **Mulheres proprietárias histórias de vida**. Caxias do Sul: Educus, 1997.

BRASIL. Decreto nº 538, de 23 de janeiro de 1962. **Aprova o Regulamento da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília: Ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, 1962.

BRASIL. Decreto nº 538, de 23 de janeiro de 1962. Aprova o Regulamento da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves. Brasília: 1962.

BRASIL. **Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967**. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. **Lei orgânica do Ensino Agrícola**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 ago. 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9613.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.33-45, abr. 2012.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Ampliando o olhar sobre os internatos escolares. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 8, n. 16, p. 209-218, 2015.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Perfil dos alunos internos no ensino profissional agrícola federal mantido pelo Ministério da Agricultura em Sergipe (1934-1967). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 244, p. 596-615, 2015.

FACALDE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial: a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil)**. 2011. 310 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/10183/36052/1/000815609.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2025.

GUERRA, Oldênia Fonseca; BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **O ensino agrícola e a inserção de mulheres e homens no mundo do agronegócio**. In: Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina; Maria Vilani Cosme de Carvalho. (Org.). *A pesquisa como mediação de práticas socioeducativas*. Teresina: EDUFPI, 2007, v. 1, p. 197-206.

IPEA. Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil (1996). Brasília/DF. PNUD. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13715>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAGALHÃES, Justino de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco. 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Paco Editorial, 2017.

MARTINIÁK, Vera Lucia. **Educação e trabalho no ensino agrícola: história das instituições escolares agrícolas**. Editora CRV, 2011.

PERROT. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

PIZZOL, Rinaldo dal. SOUSA, Sérgio Inglez de. **Memórias do vinho gaúcho**. Porto Alegre: Age Editora, 2014. 3 v.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de pesquisa**, n. 80, p. 62-74, 1992. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n80/n80a07.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

TRIVILIN, Samanta. **A família operária: o processo de industrialização e a inserção da família no espaço industrial da Vinícola Armando Peterlongo (1915-1966)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Acorando quadros de formatura na história institucional. **Anais da 28ª Reunião Nacional da ANPEd. GT2-História da Educação**, p. 2, 2005. Disponível em: https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/gt02-322-int_ok.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

A ficção de Ungulani Ba Ka Khosa e a História de Moçambique em *As mulheres do imperador*

Daniela de Campos¹

Giórgia Brisotto²

Júlia Kunz³

Luiza Perini Caprini⁴

...é imperativo conhecer as principais linhas de rumo do passado africano, sob pena de continuarmos a não querer ver o que nos salta aos olhos, isto é, que os pilares de sustentação de nossa sociedade assentam fundamentalmente na experiência africana, e que conhecer o passado da África é condição imprescindível para descobrir quem somos como povo e como nação. (Macedo, 2008, p. 25).

O texto a seguir é resultado de projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido no IFRS - Campus Farroupilha intitulado "História & literaturas africanas na Educação Básica: potencializando a aplicação da Lei 10.639/03", com apoio institucional via bolsa de fomento externo e com fomento do CNPq e da Fapergs, igualmente por meio de bolsas de iniciação científica concedidas a estudantes. A investigação também contempla projeto

¹ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio de pós-doutoramento em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professora EBTT no IFRS - Campus Farroupilha. Endereço eletrônico: daniela.campos@farroupilha.ifrs.edu.br

² Bolsista CNPq. Acadêmica do curso Técnico em Administração do IFRS - Campus Farroupilha. Endereço eletrônico: giorgiabri16@gmail.com

³ Bolsista FAPERGS. Acadêmica do curso Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Endereço eletrônico: juliakunz25@gmail.com

⁴ Bolsista CNPq. Acadêmica do curso Técnico em Informática do IFRS - Campus Farroupilha. Endereço eletrônico: luizapcaprini@gmail.com

desenvolvido durante estágio de pós-doutoramento realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina, no período 2023-2024, sob a supervisão da professora Cláudia Mortari, com o título “Outras histórias: como as literaturas africanas podem auxiliar na descolonização dos currículos de História na Educação Básica”. Assim, esse texto é um recorte da pesquisa que ainda está em desenvolvimento, demonstrando resultados parciais.

Para iniciar esse diálogo, que coloca em perspectiva de análise uma literatura de ficção baseada em fatos históricos e ferramental analítico da própria história e das ciências humanas, apresentaremos o autor escolhido, Ungulani Ba Ka Khosa. Francisco Esaú Cossa, nome de registro do autor, nasceu na cidade de Inhamitanga, província de Sofala, em 1957. Adotou o nome Ungulani Ba Ka Khosa, o qual foi designado por sua etnia (tsonga). Estudou na Universidade Eduardo Mondlane, formando-se em História e Geografia e foi professor. Integrou e foi Secretário-geral da Associação dos Escritores Moçambicanos – AEMO (Campos, 2024). No Brasil, tem publicado *Gungunhana: Ualalapi e As mulheres do Imperador* (2018), um livro de contos intitulado *Orgia dos loucos* (2016) e um livro infantil chamado *O rei mocho* (2016).

A narrativa literária *As mulheres do imperador* compõe o livro *Gungunhana*, sendo a segunda história da obra. As duas histórias que integram o livro estão interligadas pelo personagem Ngungunhane, o imperador. Contudo, se a primeira história – *Ualalapi* – centra sua narrativa no rei de Gaza, Ngungunhane, a segunda foca em algumas de suas mulheres: aquelas que retornaram do exílio após a morte do marido, que vivia preso nos Açores. Além disso, entre a escrita de um e outro texto literário, há um lapso de trinta anos. Nesse texto, daremos destaque à segunda narrativa, aquela centrada na história das mulheres.

Ao escrever *As mulheres do imperador*, de acordo com o autor em entrevista à editora Kapulana, seu objetivo era “prestar uma singela homenagem às mulheres sempre secundarizadas na História maiúscula”, além de “fechar o ciclo sobre o império de

Gaza". O romance trata do regresso de quatro esposas de Ngungunhane e duas esposas de Zilhalha (rei das terras a norte de Lourenço Marques e súdito de Ngungunhane) que foram exiladas junto com o rei. A historiografia não contou a história dessas mulheres. Sabe-se que nem todas que partiram, regressaram a Moçambique e que a ordem para seu retorno ocorreu cinco anos após a morte de Ngungunhane, em 1911. Nesse ano, a bordo do veleiro África, chegam a Lourenço Marques: Malhalha, Phatina, Namatuco e Lhésipe, mulheres do imperador, e Oxaca e Debeza, esposas de Zilhalha. É com esse regresso que Khosa inicia o romance (Campos, 2024).

Também, logo no início, sabemos que, com as mulheres, vem quatro "miúdos", dois filhos de Lhésipe, um filho de Malhalha e outro de Debeza, e que as recém-chegadas não entendem o significado de Moçambique, pois, quando partiram, em 1895, Portugal ainda costurava sua unidade nessas terras austrais e o aniquilamento do império dos ngunis era imprescindível para atingir esse feito (Campos, 2024).

Assim, antes de analisar a obra propriamente dita, teceremos algumas considerações sobre os Estudos Africanos e a escrita da História.

Estudos africanos, estado da arte

Quando pensamos em História africana ou na historiografia africana, o senso comum – ou até mesmo para aqueles iniciados nas artes de Clio, mas que não têm muita familiaridade com os estudos africanos – tende a pensar que a historiografia naquelas paragens se dá no encaixo na historiografia ocidental. Já diz Ki-Zerbo, na introdução do primeiro volume da História Geral da África (HGA), "A História da África é pouco conhecida" (Ki-Zerbo, 2010, p. XXXII), ainda, que a escrita da História em diferentes espaços do continente africano se dá por meio de fontes similares, periodizações baseadas nos marcadores temporais ocidentais, com

arquivos organizados (uns mais outros menos a depender de onde nos situamos), também à semelhança do que comumente encontramos nesses espaços de memória documental.

Na introdução do primeiro volume do HGA, Ki-Zerbo afirma que “os problemas do historiador são sempre os mesmos, dos trópicos aos pólos” (p. XXXIV), contudo, segue dizendo que é preciso compreender que os métodos utilizados ao se estudar a história dos povos africanos se diferenciam e isso não deve ser motivo para torná-la inferior à história europeia. Não obstante, há que se pensar que, no próprio continente, encontramos diferenças regionais, pois “o vale do Nilo e a fachada do Mediterrâneo se encontram, para reconstrução histórica, numa situação menos original em relação à Europa do que a África subsaariana” (p. XXXIV).

Para além do método, e intrinsecamente ligadas a ele, precisamos pensar nas fontes para a escrita da História do continente africano. Nesse sentido, Ki-Zerbo elenca três tipos de fontes principais e as denomina como “as fontes difíceis”. São elas: as fontes escritas, a arqueologia e a tradição oral, não havendo, segundo esse autor, uma hierarquia entre elas. Argumenta que as fontes escritas (quicá, ainda, as preferidas dos historiadores) são as mais escassas e mal distribuídas, mas que, fundamentalmente, já à época da publicação desse volume da HGA, enfatiza que era imperioso “uma releitura expurgada de qualquer preconceito anacrônico e marcada por uma visão endógena” (p. XXXVII).

À tradição oral, Ki-Zerbo dedica-se a discorrer mais do que às outras duas, procurando validar essa fonte que é tão importante para os estudos africanos, reforçando sua “notável originalidade”, destacando, contudo, que a transposição para o suporte escrito pode ser problemática, em especial para uma língua distante, posto que

Sua riqueza é praticamente impossível de ser transferida integralmente de uma língua para outra, sobretudo quando esta outra se encontra estrutural e sociologicamente distante. A tradição acomoda-se muito pouco à tradução. Desenraizada, ela perde sua seiva e sua autenticidade, pois a língua é a “morada do ser”. Aliás, muitos dos erros que são imputados à tradição são

provenientes de intérpretes incompetentes ou inescrupulosos. (Ki-Zerbo, 2010, p. XL).

Falando dos princípios que devem orientar a pesquisa sobre África, Ki-Zerbo menciona o caráter interdisciplinar e a necessidade de que a história dos povos africanos não seja excessivamente factual e, com destaque nesse último princípio, que seja uma história produzida desde seu interior. Sobre isso, Ki-Zerbo já antecipa o que os pensadores pós-coloniais e decoloniais admitem sobre a história dos povos submetidos à dominação colonial e sobre o predomínio das narrativas eurocentradas. Diz ele que, “após tantas visões exteriores que têm modelado a marca registrada da África a partir de interesses externos (até nos filmes contemporâneos), é tempo de resgatar a visão interior de identidade, de autenticidade, de conscientização” (Ki-Zerbo, 2010, p. LIII).

Historicizando os estudos africanos, José Rivair Macedo, destacado africanista brasileiro, afirma que

Os estudos africanos nasceram no princípio do século XX e se afirmaram no decurso dos anos 1960, junto com a formação dos Estados africanos contemporâneos. Tal qual o Brasil, aqueles países também são jovens nações pós-coloniais e enfrentam limitações similares às que enfrentamos para a construção dos campos do conhecimento científico. (Macedo, 2008, p. 13).

Ainda, para Macedo (2008), é importante entender a história africana desde a perspectiva africana e não por meio de interpretações exógenas, como é feito quando se divide a cronologia histórica do continente considerando apenas a dominação colonial (períodos pré-colonial, colonial e pós-independência). Em seu texto, explica que há que se ter um cuidado com as denominações empregadas, sendo mais satisfatória a utilização de História africana, sem adjetivações. Seguindo o estudo de Carlos Lopes (Lopes, 1995 *apud* Macedo), menciona três tendências na historiografia africana. A primeira corresponde ao período colonial “e recebe o nome de ‘corrente da inferioridade africana’” (Macedo, 2008, p. 14), na qual prevalece a ideia – equivocada – de que os

povos africanos, por não terem sistema de escrita, não tinham história e, portanto, seriam inferiores aos europeus.

Os primeiros africanistas saíram dos postos do governo colonial. Não admira que em suas obras tenham se esforçado por descobrir, na origem dos povos e Estados que estudavam, a contribuição de civilizações mais “avançadas”, não-africanas. A essas explicações, que localizam fora do continente as origens de suas instituições, costumes e tecnologias, dá-se o nome de “difusionismo”. (Macedo, 2008, p. 15).

Importante destacar que os autores dessa corrente historiográfica estavam sob o impacto das ideias difundidas pelo “racismo científico”, tendo o homem branco, portanto, a missão de civilizar os povos africanos. Fato este que acaba transparecendo nas narrativas históricas (e nas ficcionais também).

A segunda tendência “predominante principalmente entre os anos 1960-1980, nasceu no bojo do processo de descolonização e construção dos Estados contemporâneos africanos” (Macedo, 2008, p. 16). Essa corrente procura inverter a lógica da anterior, colocando a África no centro da História da humanidade e, por isso, é chamada de “corrente da superioridade”. A figura de destaque é o pensador senegalês Cheikh Anta Diop. É dessa vertente também que surge uma das mais importantes obras de referência para o estudo da história do continente: História Geral da África, publicada pela Unesco e traduzida para vários idiomas. Dentre os autores dos volumes publicados, muitos foram discípulos de Diop. (Macedo, 2008).

Por fim, a terceira tendência compreende estudiosos da História que foram formados no próprio continente africano e, portanto, são tributários da tendência anterior. Suas formulações são publicadas a partir dos anos noventa do século passado e suas “interpretações pretendem superar as mazelas do ‘eurocentrismo’ e do ‘afrocentrismo’” (Macedo, 2008, p. 19). Dessa forma, esses historiadores acabam por ser a síntese das tendências anteriores, numa concepção dialética.

Há, entre esses estudiosos, uma variedade de temas e maior pluralidade de métodos e fontes de pesquisa, considerando também a multiplicidade cultural do continente. Nessa perspectiva de estudo, a ênfase não está mais numa suposta “identidade africana”, como se a África comportasse uma realidade homogênea. O que se procura é identificar as várias Áfricas, considerando a diversidade ambiental (a África mediterrânica, saariana, subsaariana, das savanas, da floresta) e a diversidade étnico-cultural (a África muçulmana do Egito e Magreb, a África muçulmana sudanesa, a África Oriental da cultura swahili, a África malgaxe de Madagascar, a África banto). Nessas operações, interessam tanto os grandes quanto os pequenos Estados, as formações sociais predominantes e as que são minoritárias e mesmo específicas de um povo. O objetivo é o estabelecimento de um conhecimento que respeite as particularidades, um conhecimento menos preocupado em detectar traços gerais que, no final das contas, é onde se alojam os julgamentos e os preconceitos. Diversidade de abordagens e diversidade de escalas de análise, eis as orientações principais da nova geração de africanistas. (Macedo, 2008, p. 25).

Tanto Ki-Zerbo quanto Macedo, tomados aqui como referências para nos acercarmos da historiografia africana, em seus textos, dedicam importância à produção de países/autoria árabe e francófona, mas, também, de intelectuais que escrevem em inglês. Inclusive, Macedo (2008) faz um alerta da importância do estudo do árabe (e também o fula, o quimbundo e o swahili) para o avanço dos estudos sobre África no Brasil. Maior dificuldade de acesso às fontes bibliográficas têm os estudiosos de países que adotaram como idioma o português, pois, de acordo com Pantoja, existe uma “opacidade do ‘mundo’ de língua oficial portuguesa diante das obras escritas nos idiomas centrais (inglês e francês), como lugares tradicionalmente do debate teórico sobre o continente africano”. (Pantoja, 2016, p. 47).

Torna-se evidente que, mais recentemente, pelo menos desde a emergência dos estudos pós-coloniais, os estudos africanos vêm sendo impactados por concepções que procuram se desprender do eixo eurocêntrico, voltando-se para o entendimento de suas histórias a partir de suas próprias vivências e marcadores históricos, sociais e teóricos. Justamente por esta renovação que os

novos volumes da História Geral da África (volumes IX, X e XI) consideram essas perspectivas:

A descolonização dos conceitos, paradigmas e categorizações utilizados nas ciências humanas e sociais, especialmente na história, é considerada uma necessidade epistemológica nas comunidades científicas e intelectuais das antigas colônias – e para além delas –, e ainda como outro componente da emancipação cultural e política dos povos que, não sem dificuldade, se livraram do jugo da colonização europeia. Graças aos estudos pós-coloniais, pesquisadores latino-americanos, asiáticos e africanos agora abordam tópicos sobre as consequências estruturais remanescentes das relações coloniais na era pós-colonial: eles estão interessados na “colonialidade” que perpetua imagens antigas e o racismo epistemológico, de modo a justificar o desprezo pela produção cultural não ocidental. Essa inextinguível e urgente questão fundamenta, de alguma forma, a abordagem endógena e pan-africana que foi utilizada na elaboração da História Geral da África. (Unesco).

Para além desses grandes quadros historiográficos, Pantoja (2016) também aponta que, no momento subsequente aos processos de descolonização e assentamentos dos novos estados independentes que emergem das guerras, existe um empenho, por parte desses novos estados, na construção de uma história nacional que se desvincule do passado recente da subjugação colonial. Para tal, muitos países vão recorrer a uma narrativa de edificação de um passado anterior ao período colonial, procurando conectar fatos e personagens daquela época com o presente que se inaugurou com o rompimento dos laços coloniais. O discurso da nova nação que se desprende do passado colonial também requer um homem (e mulher) novo, preparado para o desenvolvimento da nova sociedade que se quer almejar. De acordo com Pantoja,

Esse Homem Novo, prometido no pós-colonial para existir, parafraseando Mbembe, pressupunha um enorme trabalho epistemológico, e mesmo estético. Ungido de forças extraídas de suas formas e conhecimentos endógenos, esse era o urgente processo da descolonização do saber. Mas o pensamento pós-colonial, nesse seu primeiro momento faz, dentre muitos caminhos, uma escolha: a da autonomia política, criando uma narrativa em prol da palavra mágica, então, a Unidade. Em torno dessa Unidade nasceu o

Estado-Nação Africano. As elites já tinham feito a opção pelo caminho da “visão unitária e pela via da repressão”. (Pantoja, 2016, p. 57).

Para essa historiadora, “o grande encarregado da construção de uma contra-história colonial será o poder do Estado, enquanto marca do progresso político capaz de construir a Unidade” (Pantoja, 2016, p. 58). Pantoja chama a atenção para um dado importante, quando se pensa na construção dos estados africanos que nascem dos processos de descolonização: como configurar uma unidade nacional num território que foi imposto por um traçado artificial, compreendendo em seu conjunto territorial diversos grupos culturais distintos? Comumente, as elaborações teóricas acerca da formação do estado-nação tomam como paradigma os estados europeus (Pantoja, 2016) e, para o caso dos países africanos, a historiografia de cada um deles precisa “dar conta de como essas formações sociais se juntaram e realizaram essa síntese, entre si e entre as culturas, articulando-se numa trama, de complexas e novas formas, sob as bases múltiplas e mutáveis da noção de modernidade” (Pantoja, 2016, p. 58).

E é nessa síntese possível que muitas narrativas oficiais (do Estado) vão recorrer aos heróis e heroínas “nacionais”, procurando criar um lastro de identificação de todos os que compõem a nova nação com determinados personagens que geralmente eram significativos apenas para um determinado grupo. No Brasil, os estudos africanos se vinculam, em boa medida, com as políticas públicas voltadas à Educação, e ao “ativismo dos movimentos sociais negros” (Reginaldo, Ferreira, 2021, p. 15), tendo em vista a emergência da Lei 10.639/03, a qual afetou diretamente os currículos de História, tornando obrigatória a introdução de componentes de História africana e, com isso, a contratação de especialistas e a consequente institucionalização de centros de pesquisa nas universidades e formação de novos quadros.

Analizando a ficção para compreender a História

A História tende a ser tecida por vencedores. É preciso que a ficção afaste as cortinas do limbo e traga outras memórias. (Ungulani Ba Ka Khosa, 2019).

Em entrevista a Igor Gomes, Ungulani fala sobre a presença de mulheres em seus livros e seu papel de submissão, em especial na obra *Ualalapi* (2018). Comenta acerca de personagens como Damboia e sua ética questionável, Domia e sua busca por vingança e, por fim, as próprias mulheres do imperador. Como resposta, explica a sua preocupação sobre a construção dessas personagens.

As personagens têm que ter uma coerência própria. Hoje dou-me conta que os personagens femininos vão aparecendo sem que eu os force. Eles, personagens mulheres, entram no meu universo narrativo tão mansamente que vão dominando os textos. E tratando-se de um universo rural, onde o domínio masculino é evidente, as mulheres têm um espaço de poder que lhes é próprio. É preciso entrar nesse universo. E por vezes não é fácil (Gomes, 2019, p. 9).

Assim, podemos entender o objetivo de Khosa com a publicação de *As Mulheres do Imperador* como um tributo à presença feminina na construção da História de Moçambique. No decorrer da obra, personalidades, características e humanidade são incutidas a essas mulheres negligenciadas pela memória colonialista e, também, podemos afirmar pela História que se estabelece como campo de saber em Moçambique no pós-independência.

Como dito anteriormente, a narrativa ficcional inicia com a chegada das mulheres, após alguns anos vivendo desterradas na também colônia portuguesa de São Tomé e longe de seu senhor Ngungunhane, que ficou nos Açores. Com a notícia de sua morte, elas finalmente podem retornar para sua terra, contudo, ao chegar em Lourenço Marques (hoje Maputo), o que sentem é estranhamento, visto que a capital da colônia não é seu lugar de

origem, mas sim a região de Gaza, ao sul do território denominado Moçambique.

Khosa partiu de um fragmento jornalístico para recriar a vida dessas mulheres que retornaram. Não existem registros históricos, conhecidos até o momento, sobre o que lhes sucedeu após o seu retorno. No entanto, sabe-se que muito do poder que Ngungunhane, o “Leão de Gaza”, ostentava tinha origem no número significativo de mulheres que possuía, em várias partes do território que dominava no final do século XIX. De acordo com a historiadora açoriana Maria da Conceição Vilhena, uma das poucas a examinar a história do rei de Gaza,

O seu prestígio político e social vinha-lhe ainda do facto de possuir entre 200 a 300 esposas: 40 viviam junto da corte e as restantes habitavam nas aldeias circunvizinhas. A aquisição de novas esposas fazia-se a um ritmo quase bimestral; e cada casamento era sempre causa de maior engrandecimento, por permitir novas alianças e atrair grande número de presentes. Era uma grande honra ter o régulo de Gaza como genro e protector (Vilhena, 1999, p. 407).

O estranhamento com a terra em que pisam após saírem do navio que as trouxe “de volta” é utilizado pelo autor para contar ao leitor como se configurava essa cidade, com suas divisões típicas de uma organização colonial, que separava as áreas destinadas para os portugueses, que administravam a cidade, e aqueles que lá estavam para suprir as necessidades dos agentes coloniais, procurando deixar, ao menos uma parte desse centro urbano, com traços europeus. De outra parte, havia a região destinada àqueles que serviam os brancos, separação demarcada pela “linha de circunvalação”.

A Estrada da Circunvalação era, na verdade, o ponto mais a norte da urbanização feita a régua e esquadro. Do cais de chegada, a cidade, como um polvo distendendo os tentáculos, crescia no sentido norte, afastando, sem piedade, os autóctones, aqui designados indígenas, e coartando a expansão, no parco meio urbano, de outros grupos minoritários como os baneanes, os chineses e os árabes. À medida que a cidade crescia, a Estrada da Circunvalação afastava-se a norte, deixando a sul os eleitos, os que

venceram a batalha da colonização efetiva, os que com canhões destruíram os mangais e entraram, de fuzis em riste, terra adentro, trazendo os seus hábitos e costumes, e os objetos de eleição como a bússola, o quadrante, o astrolábio e a balestilha, instrumentos de muita usança na arte da navegação, mas de pouca valia em terra firme, fora a agulha de marear, a bússola. (Khosa, 2018, p. 172–173).

Estacadas na rua, sem saber para onde devem se dirigir, e atraindo os olhares dos passantes, que viam, naquelas mulheres, pelo modo de usar o corte de cabelo, uma vida de outrora, as personagens são “salvas” por Sibuko Simango, empregado de confiança do almoxarife Antônio Manuel Passos Antunes que as leva para sua casa e procura explicar sobre a vida em Lourenço Marques. Simango se ocupa dessas mulheres, pois é oriundo da região de Gaza e sente que tem obrigação de dar guarida a elas que, num tempo não tão longínquo, tinham papel importante e reverenciado na sua sociedade. Por outro lado, entendemos, pela narrativa ficcional, que mais ninguém se importa com as antigas esposas do rei, nem mesmo os irmãos Albasini (ou Albasine) dão destaque a esse evento nas páginas do jornal O Brado Africano:

Na colônia, a monarquia nguni não despertava simpatia nem saudades, fato que causou alguma curiosidade ao governador que, conduzido pelo motorista Américo Matola, circulava com vagar pela artéria defronte do presídio, observando cuidadosamente os movimentos das mulheres sentadas em círculo. Elas não provocaram a esperada curiosidade na elite indígena: os irmãos Albasine, paladinos dos interesses dos Cafres, não fizeram a mínima referência à chegada das mulheres no jornal de que eram proprietários. Elas não eram notícia. Não existiam. Foram elididas da memória. (Khosa, 2018, p. 142).

Aqui, podemos compreender que Khosa faz uma crítica a esse apagamento, que existiu de fato. Por isso, e ao mesclar personagens históricos, descrição urbana, que se assemelha a uma crônica da cidade, vai demonstrando aos leitores o modo de vida desse início de século em Lourenço Marques, não deixando de criticar, como não poderia deixar de ser, as mazelas do colonialismo.

Além disso, em *As mulheres do imperador*, voltamos ao passado das personagens, por meio da rememoração da sua saída forçada da região dominada pelos ngunis, onde habitavam quando seu esposo era o senhor daquelas terras, da prisão em Portugal e do exílio em São Tomé. Assim, também por meio das lembranças que emergem, passamos a conhecer um pouco mais sobre a História do colonialismo português e as formas que os povos a ele resistiam no cotidiano.

Contudo, como já afirmamos, é sobretudo no retrato da cidade de Lourenço Marques que Khosa lança mão da História, valendo-se de documentos da época retratada para reproduzir o ambiente. Nesse sentido, como aponta Meneses (2018), verificamos, no romance, que Moçambique, por um lado, passa a ser caracterizada como uma “pequena Europa” (Meneses, 2018) criada para ser a imagem europeia. Por outro, percebe-se, no traçado urbano, uma evidente segregação racial, manifesta na “estrada da circunvalação”, que divide o setor branco do setor negro, aqueles que foram subalternizados pela colonização (Secco, 2018).

Os majores de artilharia e engenheiros Antônio José de Araújo e Joaquim José Machado pensaram na cidade a crescer em todos os seus pormenores. As avenidas eram largas e arborizadas. Os espaços públicos desenhados com sobriedade, as zonas de habitação projetadas com o arejamento que o clima tropical tanto pedia. O que ficava de fora eram as precárias e sempre contingentes habitações dos pretos que serviam a cidade em crescimento. [...] (Khosa, 2018, p. 128).

Proibidos de andar pelos passeios reservados aos brancos, os pretos iam evitando os poucos carros que transitavam pela avenida que tinha o elétrico como meio de transporte mais regular, e com o qual o carro do governador se cruzou. (Khosa, 2018, p. 127).

Esse mesmo esforço do autor de procurar reconstruir o panorama urbano de uma cidade que vivia o auge do colonialismo português aparece também em outras obras, em especial no romance *Entre as memórias silenciadas* (2013), em que evidencia,

ainda, o contraste entre a cidade urbanizada projetada pelos portugueses e o meio rural. Dessa forma, de acordo com Pantoja (2016), se os estados-nação que emergem no pós-independência têm como objetivo a criação de heróis nacionais, que fazem a ligação entre o passado anterior à colonização ou de resistência a ela, com o presente, reforçando uma dada memória histórica, Khosa, com *As mulheres do imperador*, percorre o sentido oposto. Ao colocar no centro da sua narrativa ficcional as mulheres de um rei que foi ressignificado pela narrativa oficial para ser o herói da nação independente, Khosa procura evidenciar que existem outras histórias que não estão sendo contadas e que também são importantes para a constituição da História daquele país.

Por fim, cabe a ressalva que, mesmo que tomemos a literatura ficcional como possibilidade para conhecer determinados fatos ou processos históricos, ela não substitui, mesmo no caso das ex-colônias lusitanas em África, a produção e a pesquisa historiográfica. Porém, a literatura produzida pelos autores africanos, ao ter como referência a História, constitui-se como potente ferramenta para a sua compreensão.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

CAMPOS, Daniela de. *Gungunhana*: a história do rei de Gaza na escrita de Ungulani Ba Ka Khosa. In: CAMPOS, Daniela de. MORAIS, Caroline de. (org) **Literaturas africanas**: um panorama das publicações no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores. Bento Gonçalves: IFRS, 2024, p. 131-142.

GOMES, Igor. De uma ficção que sempre encontra a memória coletiva. Entrevista Ungulani Ba Ka Khosa. In: **Pernambuco**, jan. 2019, p. 8-9. Acesso em: 25 jan. 2025.

HOHLFELDT, Antonio; GRABAUSKA, Fernanda. Pioneiros da Imprensa em Moçambique: João Albasini e seu Irmão. *Brazilian Journalism Research*, v.6, n.1, p. 195-214, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/255/254>. Acesso em: 25 jan. 2025.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. Entrevista. São Paulo: Kapulana, 24 set. 2018. Disponível em: <https://www.kapulana.com.br/uma-entrevista-com-ungulani-ba-ka-khosa-autor-de-gungunhana-uualalapi-as-mulheres-do-imperador/> Acesso em: 08 abr 2024.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana**: Ualalapi e As mulheres do Imperador. São Paulo: Kapulana, 2018.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: KI-ZERBO, Joseph (Editor). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2ª. Ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. XXXI-LVII.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In: **Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África**. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29.

MACEDO, José Rivair. Antigas civilizações africanas: historiografia e evidências documentais. In: MACEDO, José Rivair. (org.) **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MENESES, Maria Paula. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, número especial, novembro 2018: 115-140.

Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/7622>. Acesso em 25 jan. 2025.

PANTOJA, Selma Alves. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e História. **Revista Transversos**. “Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos”. Rio de Janeiro, nº. 08, p. 46-70, ano 03. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. Acesso em: 08 abr 2024.

REGINALDO, Lucilene. FERREIRA, Roquinaldo. História e Historiografia Africana. Às margens do Atlântico e do Índico. In: REGINALDO, Lucilene. FERREIRA, Roquinaldo.(Orgs) **África, Margens e Oceanos**. Perspectivas de História Social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021. p. 15-44.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. As Mulheres do Imperador: entrelaces de Histórias e Estórias. In: KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana: Ualalapi e As mulheres do Imperador**. São Paulo: Kapulana, 2018. São Paulo: Kapulana, 2018.

UNESCO Office in Brasilia [843], Brazil. Ministry of Education, International Scientific Committee for Volume IX of the General History of Africa. HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA: VOLUMES IX, X & XI. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367194?posInSet=12&queryId=N-EXPLORE-9963bd7b-81c5-4440-ba69-c13c29ca15b7>. Acesso em: 08 abr 2024.

VILHENA, Maria da Conceição. As mulheres do Gungunhana. **Arquipélago História**, vol. 3, 1999, p. 407-419.

VILHENA, Maria da Conceição. Quatro prisioneiros africanos nos Açores. **Arquipélago História**, vol 1, n. 2, 1995, p. 259-279.

Mulheridades subversivas: resistência de corpos subjugados em Porto Velho/Rondônia

Lauri Miranda Silva¹

Introdução

O presente texto compõe um dos capítulos da minha Tese de Doutorado “VOZES SUBVERSIVAS E CORPOS TRANSGRESSORES: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)”. Embasado através de análises de histórias orais de vida, a construção das identidades das militantes dos movimentos de mulheridades e LGBTQIA+ em Porto Velho, as relações de poder e resistências contra o sistema² cisheteropatriarcal e LGBTQI+fóbico em Rondônia.

Ao escrever este texto me atrevo ao harmonizar a minha subjetividade e a objetividade possível na produção historiográfica, portanto, me incluo no processo (trans) criativo deste trabalho, usando “eu”, “nós” e “nosso”, em vez de termos mais distantes, como “elas/eles” ou “uma/um” – isso é tão subversivo e transgressivo, é libertador. Parafraseando Glória Anzaldúa (2000), o significado e o valor da minha escrita é medido pela maneira como me coloco e me situo no texto, e pelo nível de nudez revelada

¹ Professora do IFRS (Campus Rolante): licenciada e bacharela em história pela UNIR; Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Santo André; Mestra em História e Estudos Culturais pela UNIR; Doutora em História pela UFRGS e graduanda em Serviço Social no Centro Universitário Internacional. Endereço eletrônico: laurifenty@gmail.com.

² De acordo com Viviane Vergueiro (2016), o sistema-mundo é ocidentalizado/cristianoocêntrico, moderno/colonial e capitalista/patriarcal, e produz hierarquias epistêmicas nas quais perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas e/ou silenciadas.

e rebelada. Uma escrita antes de tudo transfeminista e feminilizada, sob a perspectiva não sexista da linguagem, mas sim da perspectiva de gênero. Eu sou uma MULHER TRANS afroameríndigena, ribeirinha, cabocla, beradeira, periférica, nortista, amazônida, amazônica, rondoniense, portovelhense, professora, oriunda de escola pública e de universidade pública. Nesse sentido, são desses lugares que este trabalho foi fabricado e, são desses lugares que o processo (trans) criativo da escrita e análise ecoarão para a leitora ou leitor.

O objetivo geral deste trabalho foi investigar, a partir de análises documentais, da história oral e de observações de campo, a construção das identidades das militantes (comunidade de destino) do movimento de mulheridades, objetivando a problematização das suas ações, representações e relações de poder envolvidas nas resistências contra o sistema de dominação cisheteropatriarcal e LGBTQIfóbico no estado de Rondônia. Bem como, investigar quais as alianças foram criadas e as formas de resistência promovidas pelas/os militantes dos movimentos LGBTQIA+ e dos movimentos de mulheridades no período eleitoral de 2018 e pós-eleitoral no estado; e, finalmente, examinar as experiências de vida das/dos militantes a partir dos marcadores sociais de raça, classe, gênero, religiosidade, sexualidade e geração.

Concepções teórico-metodológica para compreensão e análise microautobiográfica de mulheridades subversivas

Inicialmente, no processo de escrita da minha tese de doutorado usei o termo “mulheres” ao invés de “mulheridades” para falar de movimentos em Rondônia. Na banca de defesa, a professora e historiadora Marta Rovai sugeriu o uso do segundo, por ser mais abrangente. Continuamos o diálogo sobre o tema após a defesa. Fiz alguns questionamentos a ela sobre a existência de “movimentos de mulheridades”, uma vez que constatei a ausência da referida expressão nas produções e pesquisas acadêmicas nos estudos de gênero e diversidade, bem como no interior dos

movimentos feministas e de mulheres. Marta Rovai ressaltou que costuma usar as categorias mulheridades e feminilidades, pois, para ela, essas abarcam as diferenças como sugere a professora e pesquisadora trans Letícia Nascimento.³

Letícia Nascimento utiliza o termo mulheridades, e não mulher, no singular, para reafirmar as diversas formas como experienciamos as nossas identidades de gênero, enquanto travesti e mulheres trans (Nascimento, 2021). Ela e tantas outras intelectuais e ativistas usam tal termo em seus trabalhos, mas não o legitimam na expressão “movimento de mulheridade”. Rovai e eu concordamos que há um processo de diferenciação entre a existência e o movimento em si, ou seja, podemos dizer que uma parte dessas pesquisadoras que estão inseridas tanto no campo acadêmico quanto no interior do movimento social tem consciência disso, mas nem toda mulher que está fora do padrão hegemônico sabe que tem o direito de reivindicar essa designação “mulheridade”.

O termo (e a experiência dos) “movimentos de mulheridades” subverte as normas de gênero, pois desafia o patriarcado capitalista supremacista branco quando deslegitima a ideia de características sexuais biologizantes consideradas “naturalmente femininas”. Quando nos posicionamos em prol da categoria de mulheridades, esse torna-se um conceito de autoidentificação e afirmação de quem somos (“eu sou travesti”, “eu sou mulher trans”, “eu sou mulher gorda”, “eu sou mulher com deficiência”, “eu sou mulher negra”, “eu sou mulher lésbica”, “eu sou mãe solo”...) (bell hooks, 1995; Patricia Collins, 2019; Audre Lorde, 2019; Letícia Nascimento, 2021). A questão do que significa o que é ser uma mulher tem sido central ao debate feminista por décadas, entretanto, estabelecer o que é a mulheridade implica pontuar os meios e motivos por trás das diversas formas de opressão sistêmica da mulher sob o cisheteropatriarcado. Descobrir como lutar contra esse sistema, inclusive no plano da linguagem, é uma preocupação (trans)

³ ROVAI, Marta. WhatsApp. 30 out. 2023. 11:31. 21.

feminista fundamental. Portanto, vou usar, apesar da estranheza que tal emprego possa causar inicialmente, o termo “movimento de mulheresidades”.

Penso que é necessário legitimá-lo nas pesquisas de gênero e diversidade enquanto categoria de análise, pois ele se configura através da reivindicação de luta e resistência de travestis e mulheres trans, mulheres bissexuais, mulheres lésbicas, mulheres negras ou pretas, mulheres indígenas, mulheres periféricas, mulheres barrageiras, mulheres ribeirinhas, mães soltas, mulheres gordas, mulheres PCD, mulheres solteiras, mulheres putas e mulheres vadias junto ao movimento feminista hegemônico, ou seja, trata-se de um movimento contra-hegemônico, bem como de autoidentificação. Ele engloba mulheres que vivem à margem da sociedade, lutando contra a transfobia, o racismo, o capacitismo, a misoginia, a gordofobia, a lesbofobia, dentre outras opressões sistêmicas, como, por exemplo, a luta das colaboradoras e personagens da minha pesquisa de doutorado. Que sejamos compreendidas e respeitadas em termos diferentes, somos mulheres singulares e plurais, engajadas em agendas de inclusão, diferenças e resistências.

Este trabalho foi construído e sustentado em histórias de vidas, de luta e de resistência de pessoas LGBTQIA+ e de mulheres em Rondônia, através das entrevistas de Cleyanne Alves e Brenda Silva (registradas em áudio e vídeo, e por escrito). São conjuntos de narrativas pautadas no engajamento, nas ações socioculturais, na localização social, nas vivências e experiências delas/es visando a constituição de microautobiografias.

A microautobiografia pode ser entendida como um “novo” fazer na historiografia, pelo qual escrevo e relato a minha história de vida e as das/dos colaboradoras/es desta tese, não em um sentido ficcional, mas sim a partir de narrativas construídas ao longo da investigação, dos ditos e dos não-ditos. É o “eu” em processo de des-construção e legitimação de saberes, pois falar de

nós mesmas/os enquanto pessoas fora da cisnorma⁴ não é necessariamente difícil, mas com certeza é desafiador e subversivo.

Neste texto utilizo intelectuais LGBTQIA+, pretas/os ou negras/os, bem como autoras/es cisgêneros aliadas/os na luta antirracista, antimachista, antiLGBTQIfóbica e antietnocídio, pois idealizo e penso numa produção acadêmica inclusiva, igualitária e não segregacionista, para que possamos realizar debates reflexivos no campo científico, transfigurando a cisheteronormatividade dominante da academia. Como explana Patricia Collins: “[...] a teoria e a criatividade intelectual não são domínio de poucos, mas ao contrário, emanam de toda uma variedade de pessoas” (Collins, 2019, p. 17). Dessa forma, não concordo com a forma operacional do sistema na (re) produção do conhecimento, de canonizar principalmente intelectuais cis brancas/os como porta-vozes dos estudos de gênero e sexualidade na Universidade. Este trabalho foi construído a partir das concepções dos estudos de gênero e sexualidade, do feminismo negro interseccional, bem como dos estudos culturais, para as análises sobre sexo, raça, classe, gênero, religiosidade, sexualidade e geração. Compreendo aqui essas categorias como determinações sociais e culturais nas identidades das/dos militantes.

A gênese da Associação Filhas do Boto Nunca Mais (FBNM) e suas ações sociopolíticas e culturais para mulheres e LGBTs em Porto Velho

O estupro, assim como outros atos de violência sofridos pelas meninas e mulheres em Rondônia, tais como agressões físicas, abuso doméstico, incesto e exploração sexual, fazem parte de uma estrutura mais ampla de subordinação, sobretudo de mulheres

⁴ Trata-se de um conceito que ganha abrangência nas produções acadêmicas brasileira na segunda década do século XXI e denota a “normalidade” que legitima como saudáveis, naturais e verdadeiras apenas as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi designado ao nascimento, sempre assumindo a binariedade homem/mulher. (Brune Bonassi, 2017).

negras ou pretas, ribeirinhas e indígenas, marcada por opressões interseccionais. Esses atos de violência são a dimensão visível de um sistema mais generalizado de opressão cotidiana. Atos específicos de violência sexual refletem um processo mais amplo pelo qual a violência é socialmente construída de maneira especificamente étnico-racializada e generificada (Collins, 2019).

Diante disso, Anne narra:

[...] eu assisti uma palestra em 2011 no auditório da faculdade em que eu cursei o meu Ensino Superior, e nessa faculdade, uma professora da UNIR apresentou uma pesquisa, e nessa pesquisa ela falava sobre o arquétipo da lenda do boto na Amazônia. Então ela começou a falar sobre esses arquétipos, do boto na Amazônia, como aconteciam essas questões, e ela trouxe uma pesquisa que mexeu no meu sintoma, mexeu no meu conteúdo... Ela falou sobre as meninas daquela época, em 2011, mas que ainda eram abusadas sexualmente de maneira intrafamiliar, e que elas não podiam contar para ninguém, porque é como se fosse uma cultura que tinha de ser preservada. E essas meninas precisavam falar... Havia um pacto social onde elas mesmas não podiam falar quem as tinha engravidado, então elas falavam que tinham engravidado do boto. Todo mundo subentendia que era aquele pai que tinha engravidado aquela menina, mas o pacto social silencioso fazia com que essas meninas se manifestassem dizendo: ah! Eu engravidei do boto, ele atacou minha memória, por isso que eu não lembro o quê aconteceu... Essas meninas abusadas que tiveram seus corpos objetificados e violados geraram os filhos do boto. Dentro de todo esse contexto surgiu o Filhas do Boto Nunca Mais... (Anne, entrevista em 2021).

Entendendo que o abuso sexual intrafamiliar, mantido de maneira trans-geracional, ainda é totalmente presente nas comunidades ribeirinhas e até mesmo na zona urbana de Rondônia e que as políticas públicas relativas ao problema continuam sendo insuficientes, Anne, enquanto fundadora da FBNM tomou a iniciativa de fomentar e cobrar soluções referentes ao assunto. A primeira medida da associação foi realizar palestras e rodas de conversas, sobre a violência sexual e de gênero. Logo depois, passou a desenvolver ações integradas e estruturadas no estado voltadas às mulheres, independentemente de sua raça, cor, orientação sexual ou religião para o empoderamento delas. Diante desse contexto,

começaram a surgir outras demandas e também mais mulheres querendo fazer parte da FBNM. Segundo Anne, a entidade se tornou “um coletivo composto de várias mulheres”. Na época não sabíamos muito bem o que estávamos fazendo, sabíamos que a gente tinha que fazer alguma coisa, a gente se envolveu com muita emoção”. Mais uma vez, verificamos o papel dos afetos na constituição dos movimentos sociais e suas entidades representativas, aspecto muitas vezes silenciado na documentação oficial, mas que ganha amplitude nas histórias de vida registradas oralmente.

Inicialmente, conforme Anne, as ideias das integrantes da FBNM eram radicais, devido à falta de conhecimento sobre questões políticas e operacionais para que pudessem obter progressos em suas atividades. Sobre isso, ela narra, obviamente desde uma visão retrospectiva:

[...] tivemos que estudar, nos institucionalizar para podermos entender o que é realmente a luta, o que é o diálogo, o que é a diplomacia, o que é sentar ao lado de um deputado independente do que ele pensa. [...]. Antigamente, enquanto coletivo, estávamos muito na pegada de um ativismo, mas de um ativismo muito combativo, e isso não estava dando certo, devido à falta de maturidade e muita emoção. (Anne, entrevista em 2021).

Já enquanto Associação, a entidade foi se instituindo, conhecendo o modo como o sistema opera e a forma como lidar com ele, suas regras e simbolismos. Nesse sentido, suas integrantes conseguiram “amadurecer” e aprender, através do poder do diálogo, o qual, afinal, se constitui na base da democracia liberal. Para Anne:

Esse movimento foi muito importante para sairmos da emoção, sairmos do amorismo do coletivo, e entrarmos no mundo das ONGs enquanto Associação, nos formar, estudar, nos instituir para que a gente possa oferecer o que realmente essas mulheres precisam, pois hoje devido ao neoliberalismo o terceiro setor é a principal frente de proteção para mulheres, crianças, adolescentes, população LGBTI+, população negra. Enfim, o terceiro setor vai ter que chegar ao poder público para que as nossas políticas não parem. (Anne, entrevista em 2021).

Durante as minhas observações na pesquisa de campo, constata-se que a FBNM consegue estabelecer com as instituições locais o compromisso com as políticas públicas de direitos humanos para grupos subalternizados na capital, fortalecendo-se e criando parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais. Isso se deu por conta do amadurecimento intelectual e político das integrantes que compõem a Associação, ou seja, o conhecimento das regras e performances do mundo político-institucional. O objetivo dessas mulheres amazônidas é tornar a sociedade mais justa e equilibrada para as/os cidadãs e cidadãos independentemente de sua classe social, gênero, religião, raça e sexo, partindo do princípio da equidade, bem como pautar temas fundamentais acerca dos nossos direitos humanos, sobretudo para pessoas em situações de vulnerabilidade social. Afinal, não há como promover igualdade antes de se corrigir históricos desrespeitos de direitos humanos mantidos na sociedade, tais como a objetificação do corpo feminino e a violação de crianças e adolescentes, mostrando assim a necessidade de romper a cultura de estupro que prossegue em algumas comunidades tradicionais, bem como na zona urbana da capital.

O princípio da sororidade feminista faz parte da Associação, o qual pode ser definido como mulheres que cuidam de mulheres, mulheres solidárias, mas para o bem das famílias, para um mundo mais justo para meninas e meninos, para combater injustiça na criação de meninos ou nas cobranças para homens, para entender que é somente com equilíbrio entre os gêneros que se faz uma sociedade igualitária, sem violência, sem discriminação e sem preconceitos. A sororidade, como nos diz bell hooks:

[...] vai além de reconhecimento positivo das experiências de mulheres, e também da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum. A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado. (hooks, 2019, p. 36).

É nesse contexto que se insere a luta e resistência da Associação Filhas do Boto Nunca Mais em Porto Velho, contra a violência doméstica, o machismo estrutural, o abuso sexual e outras formas de opressão interseccionais na região. São mulheres com várias representatividades e identidades socioculturais, as quais compreendem que, unidas, podem escrever uma nova história de mulheres, com força e políticas públicas para todas nós.

Corpos subjugados e atravessados pelo racismo, LGBTQIA+fobia, machismo e preconceito religioso

A análise das experiências de vida das/dos militantes aqui apresentadas tem como base os estudos sobre os cruzamentos entre identidade de gênero, sexualidade, raça e classe no debate teórico das últimas décadas, com foco nas contribuições e discussões do feminismo negro interseccional. Compreendo, por meio dessa perspectiva, que as formas de opressão são diversas e complexas, e não é possível entender as desigualdades sociais quando analisamos uma variável isoladamente, principalmente quando se trata de pessoas dissidentes. Afinal, essas/es sujeitas/os em sua maioria são excluídas/os do mercado de trabalho, dentre outros espaços, devido à vinculação das opressões que violentam suas identidades de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros marcadores sociais, conformando, assim, o sistema de dominação cisheteronormativo, capitalista, racista e patriarcal.

A perspectiva da interseccionalidade reconhece que cada sujeita/o tem suas próprias experiências com a opressão. Por isso, é crucial considerar tudo (ou pelo menos tudo que é possível detectar em uma pesquisa) o que as pessoas marginalizadas passam, seja por sua raça, classe, gênero, condições físicas, identidade de gênero ou orientação sexual. (Crenshaw, 2004; Collins, 2019)

Qualquer coisa que fuja dessa cisheteronorma é encarada com estranhamento, como patologia ou como algo exótico e risível.

Podemos constatar a presença da opressão sobre as identidades de gênero e orientações sexuais nos relatos da colaboradora Anne: **no trabalho** - “aí você deveria não falar da sua orientação sexual com as pessoas, ninguém tem que saber, não tem necessidade de você estar falando que é psicóloga bissexual”, **no interior do próprio segmento**, “tá namorando com mulher agora porque quer aparecer, xixi...um pegou menino lá porque é hetero”.

As opressões experienciadas pela colaboradora demonstram como opera nesses espaços privados e públicos a LGBTQIA+fobia estrutural que atravessa a nossa identidade de gênero e orientação sexual. Nas microautobiografias presentes no meu trabalho de doutorado é marcante a presença da violação sobre os corpos de dissidentes, resultado do poder cisheteronormativo e da LGBTQIA+fobia existentes na sociedade, ocasionadores de situações discriminatórias, agressivas, vexatórias e constrangedoras no seio familiar, em ambientes públicos e privados, bem como no interior da comunidade LGBTQIA+, renegando as nossas identidades.

O movimento LGBTQIA+ precisa ser inclusivo para todas/os dentro da comunidade. Mesmo à medida que o movimento LGBTQIA+ esteja avançando, mais pessoas marginalizadas experimentarão continuamente múltiplas formas de opressão, como, por exemplo, travestis e mulheres trans negras ou pretas, ainda mais em um estado conservador. Nesse sentido, é extremamente necessário reconhecer a diversidade dentro do segmento, pois, como explana Carla Akotirene (2019, p. 45), “o pensamento interseccional nos leva reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências”. Embora as maneiras pelas quais a discriminação e os sistemas de opressão nos afetam possam diferir dependendo das identidades de cada um, a perspectiva da interseccionalidade nos lembra que estamos lutando contra a discriminação, a injustiça e a desigualdade mais ou menos comuns. Quando nos tornamos interseccionais em nossas abordagens e em nossas ações dentro da comunidade, na escola, na Universidade, entre outros espaços, compreendemos

melhor as diferenças e como a/o outra/o pode se sentir. Portanto, precisamos nos empoderar, agir e lutar contra todas as formas de opressões interseccionais.

Patricia Collins (2019) usa o conceito de interseccionalidade para analisar como as opressões de raça, gênero, sexualidade e nação trabalham juntas na produção de injustiça social. Collins acrescenta o conceito de matriz de dominação que “[...] se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentemente das intersecções específicas em questão [...]” (Collins, 2019. p. 57). A autora ainda ressalta, que quando formos refletir sobre as sexualidades das mulheres negras, é necessário um referencial que não apenas analise o heterossexismo e, acrescento, a cisnormatividade como sistema de opressão, mas também discutir suas relações com raça, classe e gênero como sistema comparáveis de opressão. Para a autora, a opressão não é simplesmente compreendida no pensamento, mas, ela é sentida no corpo de inúmeras maneiras. Diante disso, as formas de opressão mudam frequentemente, como surgem nas microautobiografias de Anne e Brenda, enquanto mulheres negras os aspectos de autodefinição se entrelaçam e se tornam mais visíveis além do machismo e da misoginia que sofrem em seu cotidiano, mas também são atravessadas pelo racismo, classismo, bifobia, gordofobia e intolerância religiosa. Vejamos:

[...] porque até mesmo dentro do próprio movimento LGBTI as pessoas me colocavam a dúvida sobre minhas próprias paixões, sobre as minhas atrações por mulheres, porque o movimento LGBTI tem dificuldade de entender a **mulher bissexual**, o movimento feminista tem dificuldade de entender a mulher bissexual. Eu sou uma **mulher negra de pele clara**, e isso já faz muita gente que não entende de **colorismo** dizer que eu sou branca, uns dizem que sou **parda**, outros que eu sou morena... que eu sou **mulata**, **mas eu sou preta** e muita gente não entende. **Eu sou umbandista**, eu sou de religião afrodescendente, e aí as pessoas também acham que a minha religião não é normativa... Saí de qualquer normatividade e hoje sou de religião afro, então a minha religião faz muitas vezes as pessoas olharem assim e dizer: *ah... mas eu gosto de você, nem tenho medo* [...] Já viajei com pessoas que queriam que eu fosse ao quarto arrumar uma coisa... a pessoa

era branca dos olhos claros e tinha um carro, e ela simplesmente olhou para mim e mandou eu fazer uma coisa, sendo que a gente estava em pé de igualdade, eu como presidente e ela dentro do carro dela [...]. Quando eu falei que não, ela olhou para minha cara e falou assim: *você é muito abusada né?. Eu olhei assim e falei: eu não sou abusada, o trabalho que eu tenho que ir fazer é você que tem que fazer e é seu, é você que tem que ir lá.*

[...] as pessoas perguntam se eu lavo **o meu cabelo**, as pessoas perguntam se meu cabelo é lavável, as pessoas ainda têm dificuldade de entender uma mulher negra de pele clara, de se ver negra como eu me vejo, se eu fosse uma mulher negra de pele retinta, eu sofreria muito mais racismo porque as pessoas se escondem no fato de eu ser uma mulher negra de pele clara para dizer que não foi preconceito, foi por outro motivo, mas não foi por preconceito racial. (Anne, entrevista em 2021, grifos nossos).

[...] eu já **fui seguida em loja**, já cheguei ao meu local de trabalho e fui confundida. [...]. Eu chego ao local do meu trabalho, as pessoas que não me conhecem, imaginam que eu seja qualquer pessoa que esteja ali, **menos a profissional, menos a psicóloga**. Eu já estive em lugares que eu cheguei para dar palestra, e eu estava sentada, havia chegado mais cedo, **e as pessoas perguntaram se eu era da limpeza**, não que isso seja ruim, mas no sentido das pessoas sempre acharem que nós negros não podemos ocupar espaços é péssimo, já que para a maioria que pensa assim nós **não podemos ter um cargo, você não pode ser o chefe, você não pode ser a profissional**, você tem sempre que ser essa pessoa que tem um poder aquisitivo um pouco menor. Então **já fui seguida em lojas**. [...] Também tem a situação de estar em algum lugar com bolsa, e de ter milhares de pessoas com bolsas, **mas o segurança pedir para somente eu abrir a minha bolsa**. (Brenda, entrevista em 2021, grifos nossos).

Os relatos de Anne nos revelam faces do racismo, sexismo, classismo e da LGBTQIA+fobia existentes na sociedade. Por ser atraída de forma afetiva-sexual por pessoas de mais de um sexo e/ou gênero, Anne sofre preconceito no interior de ambos os movimentos, pois fazer piadas, comentários ou questionar deslegitimando a identidade de pessoas bissexuais é discriminar e invisibilizar o outro, bem como é uma tentativa de apagamento dentro da “sopa de letrinhas” e das ações políticas feministas para mulheres bissexuais, e isso é bifobia.

São narrativas (de Anne e Brenda) marcadas por tentativas de colocar a pessoa negra ou preta em subserviência – prática

obviamente racista. Mesmo em momentos sutis do cotidiano, as opressões aparecem de forma disfarçada na vida de pessoas negras ou pretas. O termo “mulata”, por exemplo, ao mesmo tempo esconde e escancara a violência simbólica racista e sexista que essa imagem negativa produziu em corpos de mulheres negras ou pretas, em função de sentido de *hipersexualização* e de *servilismo sexual*, herança do período escravagista no Brasil, e que continua objetificando nossos corpos. A narrativa de Anne também nos mostra o racismo religioso que vivencia em seu cotidiano, e que é muito comum na vida de pessoas que são de religião de matriz africana. Trata-se, pois, de um projeto sistêmico de discriminação racial, que nega a identidade e a ancestralidade do povo negro ou preto – é parte do racismo estrutural brasileiro (Gonzalez, 1984; Carneiro, 2003; Almeida, 2018).

Ainda seguindo a narrativa de Anne, repara-se que discriminação em torno dos cabelos de pessoas negras ou pretas faz parte de uma política de regulação da branquitude de impor padrões estéticos e capilares em corpos racializados, de ditar o que é feio e o que é bonito, de fiscalizar o que está fora do padrão hegemônico. Frantz Fanon (2018) denomina isso de “hegemonia imperial”, ou seja, a suplantação e o recondicionamento da/do sujeita/o colonizada/o nos níveis psicológico (individual) e institucional (social). Essas práticas de controle são racistas e reverberam no cotidiano de pessoas negras ou pretas em diversos espaços, seja pela textura do meu cabelo, por exemplo, quando na escola me chamavam de cabelo de bombril ou palha de aço, seja através da crítica a penteados afros comumente usados por Anne e Brenda, adeptas de diversas formas desse estilo, como os famosos *dreadlocks*, as tranças e o *black power*. São elementos que demarcam positivamente o nosso pertencimento racial, a nossa ancestralidade, fazem parte do nosso processo de empoderamento.

Ainda no relato de Anne, surge a questão do colorismo, que é uma construção social ligada à branquitude. No Brasil o grupo racial de pessoas negras ou pretas inclui também as pessoas

pardas, que são brancas demais para serem pretas e pretas demais para serem brancas, mesmo o país tendo uma parcela de descendentes de povos indígenas, sobretudo populações tradicionais da Amazônia ocidental. Pessoa parda é também resultado do processo de miscigenação do período colonialista e resultante do mito da democracia racial (Gonzalez, 2019).

De acordo com Alessandra Devulsky (2021), a análise do colorismo nos demanda uma perspectiva interseccional que leve em conta seus aspectos múltiplos, no que tange à sua origem, mas também no que concerne às suas reverberações na sociedade, ou seja, os reflexos das práticas racistas e as práticas advindas do colorismo no interior da comunidade negra.

Nesse sentido, pessoas pardas ganham uma outra alternativa identitária: negra/o de pele clara. A meu ver, ignorar formas alternativas ou complementares de medir raça é deixar de examinar de forma abrangente os contornos da estratificação racial e como ela se intersecciona com gênero, classe e sexualidade, e aí eu concordo com a Alessandra Devulsky, quando ela refere que a condição mestiça da pessoa parda, “não pura, também o beneficia em certas circunstâncias” (Devulsky, 2021, p. 16). Portanto, o colorismo é o processo pelo qual pessoas negras ou pretas com características fenotípicas mais associadas à branquitude – como olhos mais claros, narizes e lábios mais finos, cabelos lisos e tons de pele mais claros – recebem certas vantagens sociais e econômicas em relação a pessoas negras ou pretas fora do padrão hegemônico da branquitude no Brasil. Anne tem autoconsciência de ter certos “privilégios” de ser mulher negra com a pele clara, mas dentro do colorismo não deixa de ser afetada por práticas racistas.

O racismo nem sempre é consciente, explícito ou prontamente visível – geralmente é sistêmico e estrutural, são formas de racismo que estão penetrante e profundamente enraizadas em sistemas, leis, políticas escritas ou não escritas e práticas e crenças arraigadas que produzem, toleram e perpetuam tratamento injusto generalizado e opressão de pessoas negras ou pretas, ou seja,

permeia todos os setores e áreas. Diante disso, sobre a forma pela qual a discriminação racial se materializa na sociedade, Silvio Luiz de Almeida afirma:

[...] não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (Almeida, 2019, p. 24).

No Brasil o racismo se apresenta em diversas formas de discriminação e preconceito contra pessoas negras ou pretas. Além das experiências de cunho racista vivenciadas pelas/os personagens desta tese, Brenda nos traz em seus relatos o racismo cotidiano sob conformação de constrangimentos em estabelecimentos comerciais os quais pessoas negras ou pretas, principalmente de pele com tom mais escuro, vivenciam no dia a dia: “já fui seguida em lojas”, “o segurança pedir para somente eu abrir a minha bolsa”.

Eu também já passei por esses tipos de constrangimentos, fui seguida em lojas de shoppings e supermercados. Porém, como eu sou muito atrevida, pergunto se estão fazendo a minha segurança, até porque não contratei nenhum tipo de serviço. Algumas vezes deixei de entrar nesses estabelecimentos devido a esses tipos de práticas racistas cotidianas. Em certos momentos, temos que constrangê-los logo na entrada, parafraseando a minha mana e finada Mica, “fazer a loka”. Mas trabalhei bastante a minha espiritualidade e meu intelecto, não porque eu cansei, mas porque eu encontrei outros mecanismos de defesa e de resistência, entre eles o conhecimento, mesmo quando pessoas brancas fazem perguntas, por exemplo, como as apresentadas no relato de Brenda: “se eu era da limpeza”, pois se naturalizou que o lugar que pessoas negras ou pretas devem ocupar é o lugar da margem, o lugar da subalternidade, um lugar de não-pertencimento, ou lugar com menor “prestígio social”... Tudo isso resultado do racismo sistêmico e estrutural.

Nessa perspectiva preconceituosa não seríamos capazes de produzir conhecimento e as pessoas brancas tendem a desacreditar e/ou a se espantar quando dizemos o lugar que ocupamos, o lugar do qual a branquitude por muito tempo nos excluiu, o lugar onde está o poder. Isso afeta as nossas relações sociais na estrutura da sociedade, mas é para afetar mesmo, incomodar, romper o pacto de dominação da branquitude sobre nossos corpos. Nesse processo, nós, travestis, mulheres trans, cis, lésbicas, bissexuais, negras ou pretas, partimos rumo a uma compreensão de que nossas vidas e nossos corpos foram fundamentalmente moldados por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade, identidade de gênero e classe. Contudo, somos igualmente frutos da resistência das/dos nossas/os ancestrais, resistimos e estamos aqui (re) escrevendo a história, porque a história é feita por sobreviventes, e nós somos provas disso, mesmo o sistema tentando e/ou continuando silenciar as nossas vozes e sumir com os nossos corpos.

Considerações

Por fim, neste texto examinei algumas questões que perpassam as narrativas de nossas/os colaboradoras/es, articulando-as com a bibliografia, com questões estruturais mais amplas e com as minhas próprias vivências, de modo a atender os objetivos propostos da minha tese. A luta de mulheres, a contínua militância das integrantes da Associação Filhas do Boto Nunca Mais, se dá, justamente, contra a crescente onda do conservadorismo e fundamentalismo, relacionados às diversas formas de violências, tais como racismo, classismo, LGBTQIfobia, machismo, misoginia e sexismo em Rondônia, principalmente contra o abuso sexual de crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas. É uma Associação composta por mulheres de várias representações socioculturais, e que tem por objetivo levar informações para gerar uma política de empoderamento através de ações integradas e estruturadas de modo territorial às mulheres,

independentemente de sua raça, cor, orientação sexual, identidade de gênero e religião.

A FBNM tem por missão a reflexão sobre a vulnerabilidade feminina em relacionamentos, métodos de combater a mesma e sobre os problemas de saúde mental derivados do papel social que é culturalmente exigido das mulheres, as quais, seguidamente, exercem várias funções por dia e, muitas vezes, como se diz na linguagem cotidiana, “carregam o mundo nas costas”.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Letramento, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudo Feminista**. Florianópolis, 8(1), 2000. p. 229-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em 10 nov. 2020.

BONASSI, Brune Camillo. **Cisnorma**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, dez. 2003. Quadrimestral. UNIFESP. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 12 abr. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2008.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. Dossiê: Questão ambiental na atualidade. **Revista convergência Crítica**, n. 13, p. 78-90. Lisboa, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478. 1995.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebadoras**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte : Editora Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, Lauri Miranda. **Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022)**. Tese (Doutorado em

História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/271180>.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Entrevistas

Entrevista com CLEYANNE ALVES [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO), 06 jul. 2021.

Entrevista com BRENDA SILVA [Entrevista cedida de forma presencial a Lauri Miranda Silva], Porto Velho (RO), 08 jul. 2021.

O feminino em tempos de terrorismo de Estado: a representação da violência contra as mulheres nas HQ *Fantasma de Pinochet* e *A Herança do Coronel*

Letícia Schneider Ferreira¹

O período pós Segunda Guerra Mundial, no qual se estabeleceu uma guerra tácita entre as duas potências emergentes do conflito, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, significou para muitos países da América do Sul o estabelecimento de ditaduras sanguinárias que acarretaram a morte de milhares de pessoas. A implementação destes regimes, capitaneados pelas Forças Armadas com o apoio de uma série de agentes e entidades civis, fomentados por interesses internos e externos, são temas sensíveis de uma história recente que continua a influenciar a realidade atual. A impunidade daqueles que perpetraram crimes que se estabeleceram como uma política de Estado e a negligência quanto a organização de uma robusta prática de memória sobre os eventos que marcaram este período mantém não apenas uma ferida aberta na sociedade, mas possibilita que outros episódios violentos e autoritários voltem a ocorrer.

Em um contexto no qual o ressurgimento de ideários fascistas vem se tornando cada vez mais comum, a discussão sobre os eventos ocorridos nas ditaduras civil-militares embasadas na Doutrina de Segurança Nacional mostra-se premente. A ignorância sobre a adoção de práticas de tortura e seus verdadeiros efeitos de desumanização e a necessidade de uma sensibilização para o sofrimento das vítimas destes governos de exceção são fundamentais no intuito de popularizar a defesa inapelável dos

¹ Doutora em História (UFRGS). Docente EBTT de História no *campus* Bento Gonçalves do IFRS. Endereço eletrônico: leticia.ferreira@bento.ifrs.edu.br

direitos humanos. A construção de um olhar empático, que ultrapasse uma visão superficial e dicotômica, de mocinhos e vilões, e sim que permita identificar a banalidade do mal (Arendt, 2017) pode ser profícua para a compreensão sobre os perigos trazidos por um Estado autoritário, o qual, ao contrário do que se crê, atinge a sociedade como um todo.

Ferramentas culturais como o cinema, a literatura ou as Histórias em Quadrinhos, podem se constituir em um instrumento interessante para aproximar o público em geral aos tópicos históricos sensíveis como o período das ditaduras civil-militares implantadas nos países do Cone Sul. Deste modo, o presente capítulo tem por finalidade discutir a representação do feminino à luz das concepções de gênero em duas Histórias em quadrinhos: “Os Fantasmas de Pinochet” (2011) e “A Herança do Coronel” (2009), as quais abordam a temática dos regimes autoritários no Chile (1973-1989) e na Argentina (1976-1983), respectivamente. Assim, inicialmente, será debatida a conjuntura em que os golpes civil-militares vicejaram e se mantiveram, observando conceitos importantes para a compreensão deste período histórico. Em um segundo momento, as obras serão apresentadas bem como será realizada a análise de algumas imagens selecionadas e que versem sobre o tema central da investigação, ou seja, as personagens femininas e sua representação nas tramas dos quadrinhos. Por fim, serão alinhadas algumas considerações sobre a pesquisa e sua possível contribuição para o debate sobre este tema que ainda possui grande relevância para os dias atuais.

Terrorismo de Estado e Quadrinhos: breves reflexões

As ditaduras civil-militares que se instituem por meio de uma série de golpes políticos que visam conter as demandas populares por reformas socioeconômicas e melhor distribuição de recursos e instaurar o ideário capitalista neoliberal, valendo-se de um discurso de “contenção ao comunismo”. Tais perspectivas ganham

relevância na constituição de dois blocos antagônicos após a Segunda Guerra Mundial: os países que mantêm a adoção do capitalismo, sob orientação estadunidense, e os territórios sob a esfera da URSS, a qual instala o Socialismo Real. O acirramento deste conflito e a pressão para que os demais Estados mundiais demonstrem sua adesão a um lado outro terá seus reflexos na América Latina, especialmente quando se concretiza a Revolução Cubana em 1959, de cunho nacionalista, mas que na conjuntura descrita é identificada como comunista. De fato, com a ampliação das tensões em um mundo bipolarizado a existência de diferenças entre as concepções nacionalistas e outros espectros do que é lido como “ideário de esquerda” e a demonização de qualquer proposta que visasse a obtenção de justiça social, vinculando tal luta à imposição do comunismo. Neste sentido, os discursos anticomunistas se disseminaram por meio de um aparato cultural e de um projeto político ideológico presente nas diferentes instituições, como as Forças Armadas Latino-americanas, cujos membros recebiam, muitas vezes, treinamento em espaços como a Escola das Américas.

Imperava entre as forças armadas a perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, ideologia que supunha a existência de um inimigo interno, imiscuído entre os próprios cidadãos do país, os quais estariam organizando um levante para a implantação de um regime comunista, o que acarretaria na destruição das supostas tradições nacionais como a família e a religiosidade. Fernandes (2009) expõe que

A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao “comunismo ateu”, tendo como base um virulento anticomunismo (Fernandes, 2009, p.837).

A concepção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) mostra-se de grande eficiência no sentido de que aborda questões que se encontram presentes no imaginário social e que não requerem uma reflexão profunda sobre os argumentos que traz à tona: haveria uma suposta ameaça à nação, à família sendo obrigatório, assim, atuar na proteção de questões fundamentais na vida de cada um. Desta forma, a DSN não exige o exercício de um pensamento crítico e analítico, mobilizando as emoções e o medo presente entre as pessoas frente ao desconhecido, bem como da possível perda daquilo que é socialmente valorizado. O uso de um discurso genérico permite que este pensamento atinja um número maior de pessoas, que se sentem representadas e pertencentes a um movimento considerado importante, como o combate ao suposto comunismo. Comblin explicita que

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. (Comblin, 1978, p.55).

A adoção de um inimigo fictício contribuiu na ampliação do temor social nos países sul-americanos que nas décadas de 1960-1970 sucumbiram a golpes civil-militares, adotando práticas de terror contra a população, ferindo direitos políticos e se valendo de táticas como a tortura e o assassinato de opositores aos regimes. Assim, tais Estados passaram a perseguir muitos de seus cidadãos, implementando uma cultura do medo baseada no que se denominou Terrorismo de Estado. Padrós (2007) aborda esta temática, explicando que este se constitui em um instrumento do capitalismo utilizado em momentos nos quais a democracia de teor liberal já não responde de forma suficiente aos interesses da elite e que as demandas populares se tornam mais prementes. Segundo o autor

O Terrorismo de Estado (TDE) vinculado à dinâmica capitalista é um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados. (...). Uma administração implementa um TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil (Padrós, 2007, p.1)

A implantação de um sistema terrorista pelas ditaduras civil-militares nos países do Cone Sul é muitas vezes descrita como um episódio que só enfocou determinados atores sociais, propiciando a falsa ideia de que a violência permaneceu circunscrita a um grupo que teria ousado desafiar o governo. Entretanto, a organização de um regime ditatorial com base na DSN se vale de uma pedagogia do medo, o qual ao mesmo tempo em que propala que as instituições se mantêm em funcionamento ou somente com alguns ajustes para aprimorar a ordem e a disciplina, instaura uma série de mecanismos que desfazem os laços sociais, estimulando práticas como a delação ou a convivência com as arbitrariedades da violência, incentivando um olhar individualista sobre os eventos. A promoção da alienação é um outro fator de destaque, pois o sentimento de temor pode incentivar a que muitas pessoas desejem não saber o que ocorre, temendo se sentirem implicada ou cúmplice das violações dos direitos humanos que se tornaram corriqueira neste contexto histórico.

Todas as ditaduras implementadas nos países do Cone Sul durante o período estudado tiveram em comum a aplicação de técnicas do terrorismo de Estado; contudo, é importante ressaltar que cada país vivenciou o processo de modo diferente, uma vez que os aspectos sócio-históricos de cada local possuem uma influência relevante na organização do aparato de Estado. O presente estudo se dedicou a observar dois casos: a ditadura civil-militar implementada no Chile em 1973 e na Argentina em 1976, dois modelos emblemáticos para que os efeitos do terrorismo de

Estado possam ser compreendidos. O golpe civil-militar implementado no Chile derrubou o governo de Salvador Allende, político socialista que chegara ao poder por via eleitoral e que se propunha a realizar reformas por meio do próprio aparelho institucional, buscando tornar a desigual sociedade chilena mais igualitária. Assim, a vitória de Allende não apenas acarretou no temor da burguesia e das classes médias chilenas, como gerou a expectativa dos cidadãos historicamente alijados de benefícios sociais. Diferentes estratégias de abalo do governo foram utilizadas, como o desaparecimento de itens dos mercados, o encarecimento dos produtos, entre outras, muitas das quais orientadas por interesses estadunidenses, uma vez que se ansiava pela emergência de outros governos ditatoriais alinhados aos Estados Unidos na região. Em relação a esta conjuntura, Simões afirma que

O golpe no Chile não pode ser entendido fora do marco do intenso movimento popular gestado ao longo dos anos 1960 e, sobretudo, a partir da vitória às eleições presidenciais de Salvador Allende, em 1970. Não entendendo as transformações que estavam ocorrendo – especialmente a criação do “poder popular” –, apesar das agressões e conspirações permanentes da oposição, dos grêmios patronais e dos Estados Unidos, não se compreenderá o projeto empreendido pela Junta Militar: desmobilizar e despolitizar os movimentos populares, identificados ao “marxismo”, para que a hegemonia e os privilégios das classes dominantes não se vissem mais ameaçados no Chile (Simões, 2012, p.200)

A violência do golpe contra o presidente escolhido legitimamente é perceptível pelas cenas do bombardeio do Palácio La Moneda, ataque que resultou na morte de Allende. Instaura-se, então, uma junta militar que pouco a pouco passa a ser comandada pela figura de Augusto Pinochet, o qual anteriormente era um militar da confiança de Allende. Barreto e Oliveira abordam esse início da implantação do regime chileno, expondo que

Do ponto de vista da legalidade, os militares chilenos aboliram a Constituição, estabeleceram um estado de sítio em todo o território nacional

e executaram centenas de pessoas. Os principais alvos eram as pessoas suspeitas de apoiar Salvador Allende e membros dos partidos socialistas e comunistas. A cidade de Santiago foi foco das ações repressivas, mas as mortes e desaparecimentos ocorreram em todo o território chileno (Barreto, Oliveira, 2019, p.32)

A Argentina é um país que possui uma longa história de ditaduras que se sucedem, possuindo espasmos democráticos. Assim, o golpe de 1976 ocorre em um momento de convulsão social, com o retorno de Perón ao poder, personagem de grande relevância na política do país. A atuação de grupos paramilitares como a Triple A, responsáveis por perseguir e assassinar militantes de esquerda, economia abalada e instabilidade política, com o falecimento do presidente e a ascensão da vice-presidente Isabelita Perón ao poder, a qual não possuía apoio social relevante. É em tal conjuntura que uma Junta Militar promove o golpe que depõe a presidenta, instaurando um governo que terá como liderança inicial o general Rafael Videla iniciando aquilo que será denominada “reorganização nacional”, no intuito de acabar com o “desgoverno” e reafirmar a “moral cristã” no país. Deste modo, instala-se uma ditadura que ficará marcada pela imensa brutalidade e pelo uso do desaparecimento político como uma prática frequente da repressão. Capelato afirma que

Assim se instalou o chamado Estado Terrorista, responsável por uma violência extrema que levou a sociedade argentina a uma desintegração resultante de uma prática rotineira de tortura e assassinato de pessoas. A existência de campos clandestinos de detenção e extermínio e o número elevado de desaparecidos, estimados em trinta mil pelas organizações de direitos humanos, confere um caráter de excepcionalidade a essa ditadura argentina. (Capelato, 2006, p.66)

Esta violência de Estado recaiu sobre os corpos femininos, uma vez que muitas mulheres se posicionaram contra os regimes civil-militares deste período, seja pegando em armas, seja questionando o sistema que assassinava e desaparecia os corpos de seus entes queridos. De igual modo, muitas mulheres apoiaram o

golpe e a instalação do autoritarismo, embasando seu apoio principalmente em discursos que ressaltam a defesa da família e da religião. Desta forma, as histórias em quadrinhos podem ser um instrumento importante para refletir sobre de que modo os governos ditatoriais atingiram as mulheres, observando as experiências femininas à luz das concepções de gênero.

Histórias em Quadrinhos: olhares sobre as ditaduras

As Histórias em Quadrinhos são fontes históricas que podem auxiliar não somente na compreensão de um determinado momento histórico, mas também para fomentar o debate sobre questões sensíveis da história recente. De fato, as HQ mobilizam elementos imagéticos e narrativos, possibilitando um impacto tanto visual quanto simbólico em seu público. A análise de HQ requer um olhar criterioso do investigador, que deve compreender que este é um material o qual contém uma representação dos eventos históricos, e que possui finalidades mais amplas do que apenas informar sobre determinados eventos, acrescentando diferentes elementos ficcionais. Assim, os compromissos da narrativa quadrinística é diferente daquela produzida pelo/a historiador/a, o qual, enquanto cientista, possui o compromisso de citar adequadamente suas fontes. Todavia, tal singularidade não atenua a contribuição que esta fonte pode trazer tanto para o estudo de determinados episódios históricos, como para a difusão de conteúdos do passado. Deste modo, a análise dos quadrinhos deve estar atenta para a conjuntura de produção, quem são os roteiristas e desenhistas, com qual público esta obra dialoga etc. Silva explica que

A narrativa nos quadrinhos oferece uma pista importante para se entender os efeitos diversos que o autor objetiva em sua história. Através da escolha de um certo tipo de narrativa o autor pode vincular seu produto a várias possibilidades de convenções de leituras e experiências cotidianas dos leitores. Quando produz uma história em quadrinhos o autor tem muitas possibilidades relacionadas ao uso de cores, tipos de letras, convenções tais

como balões, tamanho dos painéis e posição dos eventos dentro deles. (Silva, 2001, p.6)

A primeira HQ a ser analisada é “Fantasmas de Pinochet” (2022), de autoria de Felix Vega e Francisco Ortega, obra que narra a história de Augusto Pinochet, desde a sua infância até o período posterior à sua morte, quando seu fantasma passa por um julgamento referente aos crimes cometidos em vida. A história da vida do ditador é narrada de modo não linear, alternando cenas de seus últimos dias, sua infância e maturidade, sendo possível para o/a leitor/a identificar o período histórico pela seleção de cores: os momentos mais antigos, quando Pinochet é ainda criança, são apresentados em um tom de sépia, amarelecido, enquanto que cenas do período em que este comanda o país são apresentadas em tons cinzentos metálicos. O uso das cores é um fator de grande destaque na narrativa, o que também é possível verificar no momento do julgamento, que ocorre em tons violáceos, evocando um momento sombrio e também em vermelho, que remete à violência e à morte.

O enredo inicia abordando seus dias de exílio na Inglaterra, já idoso e com a saúde debilitada. É possível acompanhar a interação com Margaret Thatcher, que em uma visita deixa clara sua admiração pelo ditador chileno. De igual modo, somos apresentados a sua infância, quando sofre um sério acidente em uma visita a Santiago. A narrativa demonstra a ampla pesquisa realizada pelos autores, que se valem de personagens reais e inclusive apresenta eventos de forma mais detalhada em um glossário ao final da obra. Em meio às pessoas que estiveram presentes na trajetória de Pinochet, os autores também utilizaram figuras tradicionais do folclore chileno, como o diabo, representado por um homem bem vestido de chapéu, cuja finalidade é ressaltar a natureza sombria e violenta da personalidade de Pinochet. Por fim, o julgamento que ocorre após sua morte obriga a alma do ditador a confrontar os milhares de assassinados por sua responsabilidade, os quais o acusam e atormentam, expondo seus crimes. Condenado, Pinochet é afogado no sangue que derramou, e

no último esquadro a partir daquele tom vermelho em que o diretor irá subsumir, nasce o colorido de diversas bandeiras, assinalando tempos de liberdade e um futuro mais promissor para a população do país.

A presença feminina é muito pronunciada nesta obra, sendo possível enfatizar tanto mulheres que apoiaram o regime ditatorial, muitas das quais inclusive atuaram nos bastidores do governo, como é o caso de Lucia Hiriart, esposa de Pinochet, quanto mulheres militantes, as quais acusavam o ditador de assassiná-las. Outra figura de relevância na obra é mãe de Pinochet, a qual teria tido uma influência significativa em relação à visão profundamente anticomunista de Pinochet: em uma das primeiras cenas da obra vemos Pinochet e sua mãe na capital chilena quando se defrontam com uma manifestação de grupos socialistas por melhores condições de trabalho. Augusto abraça a mãe, assustado, enquanto ela explica que são apenas “ratazanas”, que deveriam ser desconsiderados e não temidos pelo menino.

Figura 1 : Cena de Pinochet e sua mãe em Santiago.



Fonte: VEJA, Félix; ORTEGA, Francisco. São Paulo: Conrad Editora, 2022, p.20.
Fotografia produzida pela autora, 2024

Esta é uma questão que durante a acusação das mulheres ao longo do julgamento é ressaltada, fazendo uma ligação entre o início da narrativa e os quadros finais. Apesar da mãe ser uma figura central na constituição da personalidade de Pinochet, especialmente para o exercício de desumanização que permite o uso da tortura como algo corriqueiro, Avelina Ugarte Martinez ensinou ao seu filho a necessidade de respeitar as mulheres. Assim, durante o julgamento, após a denúncia de centenas de mulheres, sua mãe, vestida de Maria, dá-lhe um tapa no rosto, reafirmando o que havia ensinado ao filho, reproduzindo uma cena anterior, de sua juventude, na qual ela o repreende por ter sido agressivo com uma mulher. Pinochet se justifica afirmando que não eram mulheres, mas sim “ratazanas”, demonstrando o quanto o processo de retirada da humanidade dos corpos dos/as opositores/as políticos era uma prática comum para a aplicação das técnicas de terrorismo de Estado. Assim, a associação das mulheres com “ratazanas” trazia implícito a necessidade de as exterminar, pois eram pragas, as quais propalavam “doenças” na sociedade. Neste processo de coisificação, os corpos femininos estavam dispostos para o uso dos torturadores, uma vez que ao se posicionar politicamente, estas mulheres teriam abdicado de sua feminilidade. Em relação a tal prática, Teles afirma que

Os mecanismos para despojar as vítimas de seus atributos humanos facilitavam a execução mecânica e rotineira das ordens. Era um dispositivo montado para aquietar consciências, previamente treinadas para o silêncio, a obediência e morte, que se “encarregava de fracionar e segmentar seu funcionamento para que ninguém se sentisse responsável”. Era parte do mecanismo a autorização dos superiores para reforçar a “aparência” de procedimento burocrático (Teles, 2014, p.106)

Figura 2 Cena do encontro com a mãe durante o julgamento.



Fonte: VEJA, Félix; ORTEGA, Francisco. São Paulo: Conrad Editora, 2022, p.90.
Fotografia produzida pela autora, 2024.

Na História em Quadrinhos “Os Fantasmas de Pinochet” é possível verificar que as mulheres conservadoras, apoiadoras do regime e que contribuía para a demonização dos movimentos de esquerda estavam vinculadas a ideia de santificação da maternidade, ou mesmo como esposas cujo papel era acompanhar o marido, mantendo-se fiel e o apoiando em seus empreendimentos. A obra destaca a atuação de Lúcia Hiriart de forma sub-reptícia em diversos episódios do cotidiano político chileno, valendo-se de sua influência e boas relações para alavancar a carreira de Pinochet. A obra representa a figura de Lúcia Hiriart como uma mulher que apesar de seu poder enquanto esposa do ditador, sofria com as humilhações e traições do marido, expondo um olhar de gênero que por muito tempo naturalizou papéis e concepções sobre o feminino que incentivam a rivalidade feminina e sentimentos como ciúme. De igual modo, a HQ também demonstra concepções misóginas que costumam permear o pensamento social sobre mulheres que não se enquadram nos

papeis de gênero impostos às mulheres: esta questão está presente em uma cena na qual a esposa de Pinochet exige a demissão de uma bela jovem que trabalhava na casa em que estavam hospedados, uma vez que ao tocar piano a criada despertara lembranças de uma suposta paixão do ditador, a pianista equatoriana Piedade Noé, jovem independente e separada com a qual Pinochet teria se envolvido na década de 1950. O enredo destaca a fúria de Lúcia Hiriart ao relembrar esta traição, cena em tons metálicos, demonstrando ser um evento do passado, em que a esposa de Pinochet chora e esbraveja contra tais mulheres com as quais o marido teria cometido adultério, afirmando que estas seriam “cadelas” e “putas”.

Figura 3: Cena da demissão da criada.



Fonte: VEJA, Félix; ORTEGA, Francisco. São Paulo: Conrad Editora, 2022, p.51.
Fotografia produzida pela autora, 2024

Deste modo, muitas mulheres que aderiam à resistência ao regime autoritário ou que possuíam vínculos com o governo de Allende ou com as perspectivas de esquerda em geral, principalmente de camadas empobrecidas da população ou

campesinas, foram perseguidas, torturadas e mortas. No momento do julgamento de Pinochet, os autores apresentam várias figuras femininas que foram assassinadas e muitas tiveram seus corpos desaparecidos, como foi o caso de Glória Lagos Nilsson, que foi secretária de Allende, e que foi morta aos 28 anos, grávida de três meses. Ortega e Veja valem-se de sua imagem para apresentar a situação de 250 mulheres grávidas que foram assassinadas violentamente durante a ditadura pinochetista. Os autores se utilizam de um traço bastante realístico para apresentar as personagens, e na cena os tons avermelhados se vinculam à violência experienciada pelas vítimas. Os fantasmas das mulheres se encontram em um espaço aberto semelhante a um teatro grego, sendo possível observar melhor as mulheres nas primeiras arquibancadas, enquanto várias outras estão em um espaço mais distante, esmaecidas, permitindo uma compreensão de que o número de mulheres atingidas pela brutalidade autoritária é bastante relevante. Os autores apresentaram o desenho de corpos femininos com barrigas salientes em uma gravidez adiantada, sendo possível perceber que muitas mulheres envolvem o ventre com os braços em um gesto de proteção. Estas mulheres foram desenhadas no intuito de expor seu sofrimento físico, pois se encontram feridas, desgrenhadas, algumas vertendo sangue dos olhos e do abdômen.

Figura 4 Cena da acusação de Pinochet por mulheres grávidas.



Fonte: VEJA, Félix; ORTEGA, Francisco. Os Fantasmas de Pinochet. São Paulo: Conrad Editora, 2022, p.86. Fotografia produzida pela autora, 2024

A obra “A Herança do Coronel”, de Trillo e Varela, é uma obra que aborda as sequelas da ditadura civil-militar na Argentina por meio da história ficcional de Élvio Gustavino, filho de um coronel conhecido como um dos torturadores mais eficazes entre seus pares. Adulto, anos após a morte de seu pai, o protagonista é confrontado com seu passado quando a militante Anália, barbaramente violentada por seu pai, retorna desejando vingança. Élvio, após a morte de seu pai, Aaron Gustavino, vive com a mãe, uma mulher idosa, em condições precárias de saúde em um ambiente sujo e degradado, o que se refere às sequelas deixadas por um passado repleto de situações traumáticas. Assim, a obra selecionada possui algumas características que divergem da História em Quadrinhos analisada anteriormente: os traços utilizados pelos autores são cartunescos e não há a opção por retratar personagens reais, com a exceção de uma apresentação da obra na qual os autores contextualizam a ditadura argentina por meio de personagens como o ditador Rafael Videla e duas freiras

francesas que foram vítimas de assassinato e desaparecimento: Alice Domon e Léonie Duquet.

A HQ de Trillo e Varella permite que acompanhemos por meio do cotidiano do perturbado Élvio o legado do governo autoritário, o qual, mesmo após seu término, se mantém presente pela adoção de práticas de violência no tecido social, em grande medida alimentado pela impunidade. Apaixonado por uma boneca, o filho do torturador demonstra a confusão mental que vivencia ao lembrar do período da ditadura, representando-se como uma criança, situação que ao longo da narrativa percebe-se falsa, pois o Élvio, jovem neste período, inclusive auxiliava seu pai nas práticas de tortura. Aos poucos, o personagem vai sendo confrontado com seu passado, ficando cada vez mais obcecado em obter a boneca pela qual se apaixonou, a qual procura submeter sexualmente.

As questões de gênero parecem ser um tópico central na obra: Anália, jovem que é vítima de diversas sevícias é uma personagem de grande destaque na trama. Misteriosa, o/a leitor/a não consegue identificar de fato sua história, se a jovem era uma militante contrária à ditadura ou se esteve envolvida com alguém que militava contra o regime autoritário, uma vez que esta era uma prática comum no intuito de humilhar ou pressionar algum preso político por meio da tortura de um familiar ou ente querido. O Coronel Aaron Gustavino realizava a tortura de Anália em sua própria casa, a qual abrangia sessões de violência sexual. O/A leitor/a é apresentado à personagem por meio de uma cena impactante: acompanhando as memórias de Élvio, marcadas em tons violáceos, subitamente a passagem que apresenta esta figura feminina explode em vermelho e negro, capturando a atenção e causando um significativo impacto visual.

Figura 5: Cena tortura de Anália por Aaron Gustavino.



Disponível em: TRILLO, Carlos, VARELLA, Lucas. A Herança do Coronel. São Paulo: Comix Zone, 2022, p.29. Fotografia produzida pela autora, 2024.

Anália se encontra nua, amarrada e é possível verificar várias lacerações em sua pele, feitas, possivelmente, por uma série de instrumentos que podemos observar sobre uma mesa. O torturador, flagrado pela esposa, aparenta surpresa com tal interrupção enquanto abria a braguilha das calças, insinuando que este planejava violar sexualmente a jovem. Destaca-se também a presença da cruz e de outros objetos como um lustre e retratos familiares, demonstrando a contradição e a hipocrisia de uma família supostamente cristã e ordeira, pertencente a uma respeitável classe social, com a barbárie cometida contra Anália. De fato, o ataque sexual contra as mulheres foi uma prática comum do terrorismo de Estado, o que pode ser associado à objetificação do corpo feminino, observado como território a ser conquistado. A desnaturalização dos papéis entre homens e mulheres, os quais não estariam vinculados a uma ordem biológica e sim ao âmbito da cultura que propõe determinadas performances (Butler, 2018), estabelecendo disputas de poder que hierarquizam os corpos (Scott, 1995), leva ao questionamento desta apropriação do corpo feminino. Contudo, historicamente, é possível avaliar que o corpo

feminino recebe uma atenção como um lócus de sedução, espaço de luxúria e que é por meio dele que a mulher deveria ser controlada. Assim, o próprio corpo é uma construção social, conforme Goellner² (2015), e o corpo feminino constrói-se como um local que deveria ser subjugado.

Deste modo, a violência sexual foi um artifício utilizado com frequência contra as mulheres militantes e opositoras aos regimes políticos nos diferentes países do Cone Sul (Contreiras, 2018) e as Histórias em Quadrinhos selecionadas se valem desta perspectiva para abordar a história destes regimes autoritários. Imagens tais quais a exposição dos corpos femininos e as chagas deixadas pela tortura na pele das mulheres estão presentes em ambas as obras, demonstrando que esta prática era bastante comum e que os autores das HQs acharam por bem ressaltar em suas narrativas. Contudo, é importante salientar que, enquanto em “Os Fantasmas de Pinochet” é possível identificar que esta foi uma prática que atingiu um número expressivo de mulheres, o quadrinho “A Herança do Coronel” se concentra na imagem de Anália e não se refere a outras mulheres seviciadas, o que pode induzir ao equívoco de que tais práticas eram fruto do sadismo de indivíduos e não de uma política de Estado. Assim, apesar da importância da abordagem deste tópico, é fundamental ressaltar esta prática como algo utilizado corriqueiramente contra as mulheres durante os governos autoritários em estudo.

Deste modo, é possível avaliar que os quadrinhos investigados abordaram a atuação feminina em suas diferentes realidades tanto na ditadura pinochetista quanto na ditadura argentina, desvelando a complexidade dos posicionamentos de mulheres que apoiaram os

² O corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. (...) é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, visto que ele é construído também a partir daquilo que dele se diz (Goellner, 2015, p. 135).

golpes, como de mulheres que estiveram na vanguarda da luta contra o autoritarismo. Assim, tais reflexões auxiliam no aprofundamento de um tema ainda pertinente e contribuem para combater a invisibilidade feminina nos eventos históricos, que por muito tempo foi normalizada, mostrando-se a importância de ressaltar a decisiva influência das mulheres nos eventos do passado.

Considerações Finais

As Histórias em Quadrinhos são, sem dúvidas, fontes interessantes tanto para o estudo da História como para aproximar leitores de diferentes faixas etárias de eventos históricos, despertando o interesse pelo passado. O tema das ditaduras civil-militares do Cone Sul é um tópico de extrema relevância, uma vez que é possível identificar atualmente o recrudescimento de discursos que exaltam os governos autoritários. Analisar de que forma quadrinhos que abordam estes governos de exceção representam as figuras femininas pode ser interessante para demonstrar a complexidade deste período e que diferentes olhares estavam em disputa. Sem dúvida, as ditaduras implementadas nos países latino-americanos atingiram as mulheres de modos variados, conforme ressalta Duarte, a qual argumenta que

A repressão sobre as mulheres foi sentida de formas diretas e indiretas. As militantes de esquerda, assim como os seus companheiros foram presas, torturadas, tiveram filhos sequestrados, foram mortas e ainda conheceram um tipo específico de tortura, através da alta dose de violência sexual praticada pelos militares. Algumas foram sequestradas por sua relação afetiva ou de parentesco com militantes homens. Sentiram, duramente, o impacto da retirada de filhos, maridos e irmãos do convívio familiar seja como presos ou desaparecidos. Tiveram de se dividir entre prover o sustento da família e buscar ou atender a seus parentes capturados pelos regimes. (Duarte, 2007, p.2)

Além das militantes, mulheres conservadoras também se valeram dos estereótipos femininos de mãe e esposa, muitas vezes

vinculadas a movimentos religiosos, para defender a implantação das ditaduras. Portanto, é fundamental observar que não somente nas ações cotidianas, mas no sustentáculo político ideológico, as mulheres tiveram uma participação importante nos eventos estudados.

Por fim, estudar as representações das ditaduras civil-militares do Cone Sul mostra-se cada vez mais importante não apenas no intuito de conhecer mais sobre estes eventos da história recente, mas para propiciar a reflexão sobre a necessidade de defender os direitos humanos esse posicionar de modo a combater discursos de ódio e as falsificações históricas. A democracia se sustenta por meio de uma permanente vigilância e da promoção de uma sensibilização humanística que viabilize a adoção de uma postura firme que se contraponha à tortura e outras formas de desumanização.

Referências

BARRETO, Anna Flavia Arruda Lanna, & de Oliveira, Natália Silva Teixeira Rodrigues de. Histórias de violações dos direitos humanos na Era Pinochet: sequestros, desaparecimentos forçados e autoritarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, 45(1), 2019, p. 29–42. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.1.31552>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. *Revista Clio*, p. 64, 2006.

COMBLIN, Joseph **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

CONTREIRAS, Janaían Athaydes. Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de segurança nacional. **Dissertação**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188258> Acesso em 02 de fevereiro de 2025.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. Disponível em <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0646.pdf> Acesso em 14 de dezembro de 2024.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. In: **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: UFGD, 2015, p.141-143.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado E Luta de Classes: Repressão E Poder Na América Latina Sob a Doutrina de Segurança Nacional. **ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo**, 2007. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564_234ba586c9d3c4771aabe8d132e19f90.pdf Acesso em 12 de novembro de 2024

PEREIRA, Rafael de Aguiar. Os crimes da ditadura Pinochet no banco dos réus: o processo espanhol contra a impunidade intocável. **Trabalho de conclusão de graduação**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2011. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37060/000819763.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso de 15 de janeiro de 2025.

SILVA, Nadilson da. Elementos para a análise das Histórias em Quadrinhos. **INTERCOM–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2001. Disponível em <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145679190592438538598866043670438455063.pdf> Acesso em 06 de janeiro de 2025.

SCOTT, Joan Wallace. LOURO, Guacira Lopes. SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SIMÕES, Sílvia Simões. O golpe de estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão. Paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. **Taller (Segunda Época)**, v. 3, n. 4, p. 99-117, 2014.

TRILLO, Carlos; VARELA, Lucas. **A Herança Coronel**. São Paulo: Comix Zone, 2022.

VEGA, Félix. ORTEGA, Francisco. **Os Fantasmas de Pinochet**. São Paulo: Conrad Editora, 2022.

Acervos Digitais e História da Educação, da Educação Profissional e de Trabalho e Educação: pesquisa a partir de fontes virtuais

Maria Augusta Martiarena¹

Introdução

O presente trabalho dedica-se à reflexão acerca de duas experiências distintas com acervos digitais no âmbito da História da Educação, da Educação Profissional e do campo Trabalho e Educação. Ressalta-se que tais investigações encontram-se em andamento e inserem-se em um projeto desenvolvido no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que se dedica ao estudo da História da Educação, da Educação Profissional e das relações Trabalho e Educação no Litoral Norte gaúcho, entre os séculos XIX e XXI. O recorte espacial bastante preciso e o recorte temporal deveras amplo devem-se ao fato de que tal região do estado do Rio Grande do Sul conta com escassas pesquisas na área de História da Educação. Além disso, a região conta com poucos arquivos de cunho histórico. Contudo, até o período que antecede o advento da epidemia de Covid-19, existia uma estreita relação entre esta pesquisadora e o grupo de estudantes que se inseriam no projeto de pesquisa e o arquivo situado na cidade de Osório, denominado Arquivo Histórico Antonio Stenzel Filho.

A necessidade de se estabelecer um distanciamento social, inviabilizou a possibilidade do grupo de se manter atuante em tal

¹ Doutora em Educação – linha de pesquisa Filosofia e História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas; Pós-doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pela Universidade Federal Fluminense. Professora do IFRS-Campus Osório. Endereço eletrônico: augusta.martiarena@osorio.ifrs.edu.br.

espaço. Para tanto, foi necessário repensar o acesso às fontes de pesquisa, elementos tão caros (e fundamentais) para o ofício de historiador. Nesse sentido, o projeto maior de que este estudo é integrante, foi pensado para dar continuidade às pesquisas em História da Educação e da Educação Profissional, sem a necessidade de acesso aos acervos físicos. Além disso, tal exigência promovida pelo contexto propiciou o acesso a documentos que não estavam disponíveis na região, seja por meio de acervos digitais institucionalizados, seja através das mídias sociais. Concomitantemente, a preservação da própria história institucional tornou-se um tema delicado, por meio do incremento das ações vinculadas ao, à época, recém constituído Núcleo de Memória do IFRS-Campus Osório. Embora sejam duas frentes de investigação bastante distintas, a realização de ambas incidiu na necessidade de promoção de uma reflexão sobre as concepções de acervos digitais e História Digital.

Deve-se ter em conta que se constitui elemento integrante da missão dos Ifs pensar o contexto em que se insere, ao mesmo tempo em que, como estudiosos da história e da memória, cabe ao grupo, preservar a história da própria instituição. Para tanto, inicia-se este trabalho a partir de discussões teórico-metodológicas e, em seguida, são realizados os relatos das três experiências de pesquisa com acervos digitais.

Reflexões teórico-metodológicas acerca de acervos digitais e História Digital

A longa trajetória na pesquisa por meio de acervos físicos, nos quais o contato com a materialidade era elemento essencial das práticas de pesquisas analógicas, pode fomentar, por um lado, um receio ao acesso às fontes digitais e, por outro, uma forma de analisá-las com a mesma sistemática que as fontes materiais. Considera-se relevante ter-se em conta que todas as fontes de pesquisa devem ser passíveis de problematização: sua origem, quem produziu, pequenos detalhes, sinais, sua intencionalidade. A

mesma perspectiva deve ser lançada às fontes digitais, as quais não podem ser compreendidas de forma global, mas com suas diversas singularidades.

Compreender os documentos digitais como fontes, insere-se em um contexto de transformações epistêmicas, que pauta a atualidade nas práticas historiográficas. Barros (2019) relembra a revolução documental propiciada pela Escola dos Annales, que ampliou o escopo de fontes a serem utilizadas pelas pessoas que se dedicam ao estudo da História. Ressalta-se que na atualidade, muitos são os documentos nato digitais, cujo valor para a investigação em História da Educação e Educação Profissional não pode ser negado.

Medeiros-Neta (2023) denomina de "travessia epistêmica" o atual contexto vivenciado na pesquisa histórica e aponta para a necessidade de repensar as práticas de pesquisa e escrita histórica a partir do vislumbre de novas possibilidades e desafios que chegaram até as historiadoras e os historiadores da educação por meio das tecnologias digitais. Nesse mesmo sentido, Monção (2022) afirma que:

Tomar a História Digital (HD) como base teórica e metodológica para olhar para a História da Educação (HE) pode ser um caminho promissor para o estabelecimento de novas perspectivas de abordagem, tanto teóricas quanto metodológicas, em razão das mudanças epistemológicas da aproximação com o universo digital que nos impõe novas formas de relação com o presente, futuro e com o passado, (Monção, 2022, p.3).

Ambas as autoras concordam acerca das possibilidades de pesquisa geradas a partir da relação da História da Educação, mais especificamente neste trabalho, da Educação Profissional e da História Digital (HD). Além disso, especialmente Monção (2022) aponta para uma urgência para tal olhar digital, o qual, segundo a autora, embora seja discutido por alguns profissionais, ainda não conta com frentes de trabalho devidamente estabelecidos. A autora acena para a necessidade de:

Neste cenário, consideramos necessária a abordagem do tema a partir de questões referentes à formação do pesquisador, a construção de agendas para as políticas de digitalização de acervos junto com instituições de guarda, a criação de GT nas sociedades e associações em que a HE se faz presente bem como a realização de eventos, congressos e publicações especializadas, dentre outras, discorrendo sobre a problemática. (Monção, 2022, p.3).

Em concordância com as afirmações de Monção (2022), Medeiros-Neta (2023) considera a História Digital uma área em crescimento, cuja utilização está cada vez mais recorrente entre profissionais da História. A autora destaca que a mesma pode “[...]ser entendida tanto como uma teoria que busca compreender as implicações da tecnologia digital na produção do conhecimento histórico, quanto como um método que utiliza ferramentas digitais para a coleta, análise e apresentação de dados históricos”, (Medeiros-Neta, 2023, p.4).

O domínio dos instrumentos que viabilizam a coleta e o aceite da impossibilidade de abarcar a totalidade dos documentos passíveis a serem estudados é um ponto crucial na interlocução entre a História Digital e a História da Educação, mais especificamente, da Educação Profissional. O uso das ferramentas digitais não pressupõe o abandono das ferramentas analógicas. A identificação de um número ímpar de documentos por meio das ferramentas digitais é, certamente, um facilitador no processo de sistematização dos documentos. Contudo, a abordagem qualitativa de cada uma das fontes elencadas, é trabalho analógico.

Costumeiramente, textos dedicados aos procedimentos metodológicos e mesmo a reflexões teóricas apontam para cuidados necessários que devem integrar as atividades de pesquisa daquelas e daqueles que se dedicam ao estudo da história. A formação para o ofício de historiador pressupõe a criticidade do olhar. Nesse sentido, é mister compreender que há uma diversidade de acervos digitais, dentre os quais vários são institucionalizados; alguns pautam sua organização em processos arquivísticos consolidados, outros surgem sem a mesma preocupação ou sistemática. Conforme Razzini (2012), foi durante os anos de 1990 que houve um incremento da organização

de bancos de dados, da inventariação de acervos e coleções, tanto em bibliotecas, como em escolas e museus. Para a autora, embora os bancos informatizados atuassem como facilitadores no processo de pesquisa, em geral, os dados não circulavam para além do interior das instituições. Segundo a autora:

A funcionalidade e circulação de informações mudaram sensivelmente quando se tornou possível o desenvolvimento de bancos de dados em plataformas para a internet, com linguagens e transmissão de dados cada vez mais rápidos e leves, enquanto máquinas, programas e suportes de armazenamento ficavam cada vez mais potentes e capazes de guardar e transmitir quantidades imensas de dados, (Razzini, 2012, p.141-142).

Monção aponta que a análise de coleções de grande porte, por meio de ferramentas que permitem realizar análises complexas em período menor de tempo, está entre as potencialidades e possibilidades do manuseio de acervos digitais e digitalizados. Nesse momento, destaca-se outra nuance relevante: é fundamental diferenciar os documentos que foram digitalizados daqueles que são natodigitais. Tais singularidades, sugere-se, devem estar descritas no tecer o delineado metodológico de cada pesquisa. Ressalta-se, também, Rosenzweig (2022), que discute a abundância e a escassez de fontes na era digital e as dificuldades em preservar tais documentos. Conforme o autor:

Livros e registros impressos declinam de maneira lenta e desigual - a tinta desbota ou um canto da página se extravia. Mas os registros digitais sucumbem completamente- um único bit danificado pode tornar um documento inteiro ilegível. Essa é a diferença crucial em relação à era do papel: precisamos agir agora, porque os itens digitais ficam ilegíveis com muita rapidez ou são recuperáveis apenas com grande custo, (Rosenzweig, 2022, p.45).

Os cuidados para preservar os acervos digitais residem em uma solução de ordem interdisciplinar, mas precisa estar presente no horizonte de pesquisadoras e pesquisadores da História da Educação e da Educação Profissional, tendo em vista que o que o

autor anteriormente mencionado considera como “escassez” baseia-se na obsolescência acelerada dos suportes tecnológicos.

Os acervos digitais institucionais

Como mencionado anteriormente, em virtude da necessidade de distanciamento social, fez-se um movimento no sentido de propor um projeto que se dedicava a identificar e sistematizar fontes em acervos digitais acerca do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Embora fosse possível iniciar a pesquisa a partir de acervos já estruturados há algumas décadas, optou-se por iniciar o estudo a partir de arquivos do próprio estado. Utilizou-se como critério, ainda, a seleção de um acervo voltado para a área de História da Educação. Dessa forma, selecionou-se o Repositório Digital Tatu, da Universidade Federal do Pampa - Unipampa. O primeiro contato da então bolsista foi descrito da seguinte forma:

[...] muita demanda de revistas para análise, as quais estavam em um nível de arquivo básico (PDF). Ou seja, levaria muito tempo para analisar cada página dos documentos. A solução foi resolver o problema com a mesma ferramenta em uso: a tecnologia. Então, foi utilizado um software gratuito para a otimização do processo de pesquisa. As revistas dispostas no acervo digital Tatu têm um tipo básico de arquivo, o PDF (Portable Document Format), o que, popularmente explicando, é equivalente a ler um papel físico. Ou seja, no lugar de ler um papel físico, lê-se um documento PDF. Podemos chamá-lo de papel digital, (Santos; Gouvêa; Martiarena, 2022, p.2).

A bolsista procedeu a identificação de um programa que fizesse OCR - reconhecimento ótico de caracteres, o que converte o arquivo em um documento pesquisável. A partir disso, foram elencados como descritores de pesquisa os nomes dos municípios da região, como Osório, Conceição do Arroio, Tôres, Santo Antônio da Patrulha, entre outros. Dessa pesquisa, foram identificadas 22 revistas que faziam menções a tais cidades.

Deve-se ter em conta que o acervo do Tatu se origina da digitalização de um acervo extenso das Revistas do Ensino do Rio

Grande do Sul, a qual fora considerada um órgão de divulgação patrocinado pela Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul. Dentre as menções identificadas, apenas três se referem à educação profissional. Ambas se referem ao ensino rural e foram realizadas em dois números da revista editados na década de 1950, especificamente em 1954 e 1958 e um na década de 1960, em 1961. A Escola Normal Rural de Osório, que foi objeto de estudo da tese de doutorado de Dóris Bittencourt Almeida, é citada em todos os casos. A ferramenta de pesquisa somente permite a indicação de um descritor, sem os operadores booleanos. Os documentos identificados na pesquisa realizada no Repositório Digital Tatu possibilitam o desenvolvimento de investigações sobre a educação profissional na região a partir da imprensa pedagógica. Dessa forma, o acesso ao acervo abriu espaço para possibilidades de abordagem que os acervos físicos regionais não possibilitavam.

Após a sistematização dos resultados identificados no acervo do Repositório Tatu, iniciou-se a localização de documentos no Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Ao observar o site do referido arquivo, verifica-se a possibilidade de localizar Relatórios Intendenciais Municipais. Verificou-se, então, a disponibilidade dos Relatórios Intendenciais de Conceição do Arroio². Foram encontrados Relatórios e Leis Orçamentárias de 1904, 1906, 1908, 1910, 1912, 1913, 1914, 1920 e 1926. Destaca-se que tais documentos não constam no arquivo local. No site do CEDOC-CEIHE constam apenas as capas, contudo, após contato com membros da organização, os relatórios foram enviados digitalizados na íntegra.

A localização dos Relatórios que são documentos oficiais que precisam ser estudados com a criticidade inerente ao tipo de fonte

² Conceição do Arroio era a denominação de Osório desde sua emancipação em 1858 até o ano de 1934. Além disso, faz-se necessário destacar que, ao emancipar-se de Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio representava toda a região do Litoral Norte gaúcho. Ainda no século XIX, Torres emancipou-se. Durante o século XX, outras cidades emanciparam-se de Osório.

de pesquisa que se caracterizam fomentaram a preocupação em estudar a educação em Conceição do Arroio durante a Primeira República. Tendo em vista a necessidade de ampliar o número de fontes sobre o assunto, a bolsista responsável iniciou uma procura em outro repositório digital. Nesse momento, optou-se por buscar na Hemeroteca Nacional Digital, a qual possui uma trajetória ampla na disponibilização de documentos digitalizados. Nesse repositório, localizou-se muitas informações no jornal “A Federação”, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense. Atualmente, a bolsista tenta identificar fontes cuja produção se origine em grupos de oposição ao partido que se encontrava no poder, tanto em esfera municipal, como estadual.

Destaca-se que os relatórios intencionais, os relatórios provinciais (século XIX) e estaduais (século XX) propiciam analisar as formas hegemônicas de compreender a educação, mais especificamente a educação profissional e as formas como se davam o ensino de ofícios. Ressalta-se que os relatórios provinciais estão disponíveis na Hemeroteca Nacional Digital.

Os documentos anteriormente mencionados foram sistematizados em tabelas, as quais pontuavam elementos como o tipo de documento, ano, acervo de origem. Quando se tratavam de revistas e jornais, havia campo para editores, órgão responsável, página em que a menção foi localizada. Ao organizar os relatórios, eram indicados os nomes de intendentess e presidentes de província ou governadores. As gráficas em que tais documentos foram impressos também se constituíram em elementos a serem indicados. Após a sistematização dos dados formais dos documentos, o conteúdo relacionado à educação, educação profissional e às relações de trabalho e educação são transcritos. Inicia-se, então, um híbrido de atividades analógicas e digitais, as quais pautam o fazer historiográfico.

Além do desafio de abordar fontes digitais, localizando-as em diferentes acervos, há, no caso das pesquisas cujo lócus geográfico é o Litoral Norte gaúcho, no que se refere à História da Educação e

da Educação Profissional, o desafio de juntar diferentes peças de um quebra-cabeças histórico, no qual abordamos as fontes conforme a temporalidade daquilo que está disponível. De forma mais esclarecedora: são selecionados acervos para realizar uma varredura, uma busca por documentos que apresentem vestígios sobre a região. Tais documentos podem estar situados em diferentes momentos. Por exemplo, a primeira incursão, levou a documentos das décadas de 1950 e 1960. A segunda, possibilitou acesso a documentos da Primeira República. A Hemeroteca Nacional, em uma terceira incursão, propiciou acesso a documentos do século XIX.

As redes sociais como possibilidade de acervos para a História da Educação

Ainda no âmbito da pesquisa sobre a História da Educação e da Educação Profissional e das relações entre trabalho e educação no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, pesquisa-se as redes sociais com o intuito de localizar fontes sobre as temáticas anteriormente mencionadas. Além disso, quando abordamos as fontes digitais, é importante ressaltar que inúmeros são os desafios encontrados ao trabalhar com esse tipo de fonte. Em primeira instância, deve-se considerar a fragilidade das fontes digitais. Rosenzweig (2022) aponta que, diferente de livros e registros impressos que se deterioram gradativa e lentamente, as fontes digitais sucumbem completamente em um instante.

No sentido do que aponta o autor, as redes sociais são extremamente fugazes e é importante ter em conta que o Orkut, outrora tão acessado, foi substituído pelo Facebook, bem como este encontra-se em processo de declínio, sendo substituído pelo Instagram. Antes de que tais acervos se diluam pelo fim das redes que servem de plataforma para o seu compartilhamento, propusemo-nos a sistematizar os documentos ali constantes. O Facebook é, atualmente, a mídia digital da qual mais coletamos

informações, tendo em vista que a maior parte dos perfis de memória locais que acessamos até o presente momento ali estão. Lança-se algumas hipóteses cuja comprovação requer maior investigação: em primeiro lugar, os perfis originaram-se há mais de uma década, quando o Facebook ainda não tinha perdido tantos seguidores. Em segundo lugar, a maior parte das pessoas na faixa etária que postam fotografias em tais perfis (acima dos 40 anos) costumeiramente possui maior afinidade com o Facebook do que com o Instagram. Como mencionado anteriormente, considera-se fundamental investigar melhor tais suposições.

De qualquer forma, em tais repositórios, identificou-se um número muito grande de fotografias que abarcam estas temáticas. Iniciou-se com os perfis de Capão da Canoa e, atualmente, pesquisase Tramandaí. Quando do início da pesquisa sobre o primeiro município, no caso Capão da Canoa, objetivava-se sistematizar, organizar e analisar apenas as fotografias, vídeos e mesmo fotografias de documentos escritos postados nas redes. Contudo, o desenvolvimento da investigação mudou a percepção sobre os comentários, os quais passaram a ter papel relevante nos estudos.

Detivemo-nos, então, em registrar os comentários em interlocução com as postagens a que se referem, cuja sistematização foi feita pela bolsista por meio de fichas, as quais foram elaboradas pela mesma. Nessas fichas, as informações sobre autoras e autores dos comentários são mantidas. Em publicações, no entanto, as mesmas são omitidas, com o intuito de preservar a identidade das pessoas que as fizeram. Embora tais comentários sejam feitos em espaço público das redes sociais, seria inviável solicitar autorização de todas as pessoas envolvidas nos comentários. Mesmo sem ter em conta a identidade dos envolvidos, o conteúdo dos comentários corrobora para a compreensão do contexto da História da Educação na região e/ou de suas percepções acerca do trabalho, além de traçar um quadro das instituições e práticas que eram levadas a cabo na região.

Um outro ponto cuja menção é relevante é o fato de que os temas das fotografias que são postadas nas redes sociais tendem mais a relacionar-se à práticas e comemorações educativas: por exemplo, fotografias de fachadas e de partes internas de escolas que são costumeiramente encontradas em acervos institucionais, não são o principal documento compartilhado nas postagens, ao contrário, são as fotografias que representam estudantes e docentes, nas quais as pessoas veem-se representadas e/ou identificam pessoas que fizeram parte de suas trajetórias. Logo, formaturas, comemorações e atividades diversas costumeiramente evocam maior engajamento entre seguidores e seguidoras desses perfis.

Com relação às relações trabalho e educação, no caso de Capão da Canoa³, a partir da sistematização promovida pela bolsista, verificou-se que a relação com o veraneio e a sazonalidade da região incidiam sobre os temas retratados: hotéis e restaurantes são os temas mais retratados. Já no caso de Tramandaí⁴, há um grande número de fotografias de pesca: algumas a retratam como trabalho, mas um número expressivo, a retrata como lazer. Logo, a reação com o veraneio também está presente. Compreende-se, então, que a História Digital é um campo muito vasto a ser explorado no âmbito da História da Educação e em Trabalho e Educação.

A constituição de um Núcleo de Memória do IFRS e o acervo natodigital

Seria incorreto afirmar que o acervo histórico do IFRS-Campus Osório é totalmente digital, tendo em vista que a instituição seja muito jovem, tendo iniciado suas atividades em agosto de 2010. A instituição conta com um grande arquivo morto constituído de documentos administrativos que se referem a um cotidiano escolar pouco retratado, mas que é uma realidade, ao menos, nas

³ Os trabalhos de Bruna Luiz dos Santos, então bolsista, versam sobre esse município.

⁴ Já sobre Tramandaí, a bolsista responsável é Keila da Silva Souza.

autarquias federais. O núcleo resguarda, na pequena sala a ele destinada no interior do espaço da biblioteca, um acervo material composto por troféus, banners, camisetas e moletons.

As fotografias, no entanto, ao contrário de outros campi mais antigos, cuja origem remonta tanto ao início, como a meados do século XX, são todas digitais. O acervo fotográfico institucionalizado é bastante extenso e foi produzido, em sua maioria, pelas profissionais jornalistas.

Conforme Martiarena e Vianna (2020), o fato de a instituição contar com profissionais da área da comunicação é um diferencial em relação a grande parte dos acervos fotográficos escolares. Os autores destacam, ainda, que uma parte considerável das fotografias são veiculadas em notícias publicadas nos sites institucionais do Campus e da Reitoria. Essa produção fotográfica institucionalizada corrobora para a produção de fotografias de cunho cerimonial, afastando-se da representação do cotidiano escolar.

Um acervo digital tão grande⁵ acena para a preocupação anteriormente mencionada de Rosenzwein (2022) da problemática da preservação dos acervos digitais, a qual é compartilhada por Medeiros-Neta que afirma:

Os arquivos digitais são voláteis e podem desaparecer com o tempo, como já aconteceu com muitos de nós que pesquisamos uma fonte e voltamos meses ou anos depois e ela já não está mais disponível. Essa insegurança não existia nos acervos físicos e os arquivos digitais não garantem a permanência das informações. (Medeiros-Neta, 2023, p.6)

O acervo digital de que dispomos é, em sua maioria institucionalizado, contudo, projetos realizados no âmbito do Numem incentivaram a doação de fotografias produzidas por estudantes e servidores. Além disso, é importante ressaltar que os documentos são arrolados em uma plataforma gratuita denominada Tainacan, a qual é utilizada pelo Núcleo de Memória

⁵Conforme Martiarena e Vianna (2020), entre 2010 e julho de 2014, o acervo contabilizava 20.356 fotografias.

do IFRS, constituindo um acervo institucional maior, não apenas do Campus Osório.

Considerações Finais

Acervos digitais consistem, na atualidade, em uma grande possibilidade de pesquisa, prenhe de potencialidades. Compreende-se que a interlocução entre a História Digital e a História da Educação viabiliza o desenvolvimento de pesquisas que requereriam um esforço muito maior, inclusive em uma perspectiva financeira, para sua realização. A sua utilização, contudo, requer um exercício teórico e metodológico que se insere em uma transição epistêmica no ofício de historiar a educação.

As experiências anteriormente mencionadas constituem-se em relatos de experiências de pesquisa com acervos digitais, as quais representam uma incursão inicial nas práticas inerentes à História Digital. As mesmas, ainda que sejam experiências recentes, são frutíferas na medida em que foi possível avançar no estudo da História da Educação e da Educação Profissional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Cabe, nestas considerações, as quais não têm pretensão de finalidade ou de conclusão, mas que se inclinam a fomentar reflexões acerca da potencialidade que os acervos digitais constituíram, sem desmerecer o rigor metodológico e a problematização requeridas. Considera-se fundamental desenvolver as investigações levadas a cabo atualmente a partir da constatação de uma travessia epistêmica e da consciência de que o fazer historiográfico requer adaptação aos tempos históricos e as formas de suporte que caracterizam a produção de cada período ou a difusão de documentos históricos em cada contexto.

Referências

BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Vozes, Petrópolis, 2019.

GOMES RODRIGUES, Dandara; DA SILVA SOUZA, Keila; MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. MEMÓRIAS TRAMANDAIENSES: Um estudo de História da Educação a partir de um perfil do Facebook. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 442–463, 2024. DOI: 10.14295/momento.v33i3.17306. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/17306>. Acesso em: 19 mar. 2025.

MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta.; SANTOS, Bruna Luiz dos. A problematização do uso de comentários e descrições em posts da internet na pesquisa em história da educação. **História em Revista**, v. 28, n. 2, p. 230-244, 23 nov. 2023.

MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta; VIANNA, Marcelo. Memórias de uma instituição em construção: – a narrativa imagética do IFRS-Campus Osório (2010-2013). **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 31–53, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i2.63657. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/63657>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MEDEIROS-NETA, Olivia.. Travessia epistêmica: o digital e transformações no ofício do historiador (da educação). **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 2, p. e12130, 2023. DOI: 10.22481/redupa.v2.12130. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redupa/article/view/12130>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes. Novos olhares para a pesquisa em história da educação: análise da frequência de termos na revista The New Era via uso do software ATLAS.Ti. **Cadernos de História**

da Educação, [S. l.], v. 21, n. Contínua, p. e136, 2022. DOI: 10.14393/che-v21-2022-136. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/66408>. Acesso em: 1 jun. 2024.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Acervos e pesquisas em história da educação: das vitrines do progresso aos desafios da conservação digital - Archives and research in the history of education: from the time of “vitrines do progresso” to the challenge of digital preservation. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 25, p. 131–151, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29063>. Acesso em: 1 jun. 2024.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio Conectada**: O futuro do passado na era digital. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

SANTOS, Bruna Luiz dos. GOUVÊA, Lorrana dos Santos. MARTIARENA, Maria Augusta. A pesquisa em acervos digitais: um método possível em História da Educação. **Iniciação Científica CESUMAR** - jul./dez. 2022, v. 24, n. 2, e11316 - e-ISSN 2176-9192.

SANTOS, Bruna Luiz dos. MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. A educação básica em Capão da Canoa/RS: localização e identificação de fontes provenientes de sites, blogs e redes sociais. In: XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS HISTÓRIA AGORA Ensinar, Pesquisar, Protagonizar, 2022, Taquara. **Caderno de Resumos** do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS HISTÓRIA AGORA Ensinar, Pesquisar, Protagonizar. Porto Alegre: AnpuhRS, 2022. p. 336-337.

SANTOS, Bruna Luiz dos. GOUVÊA, Lorrana dos Santos. MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. ESPAÇOS DIGITAIS NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. In: II Encontro Sergipano de História da Educação: Patrimônio histórico educacional e os desafios contemporâneos da pesquisa em História

da Educação, 2022, Aracajú. ESHE: II Encontro Sergipano de História da Educação: Patrimônio histórico educacional e os desafios contemporâneos da pesquisa em História da Educação (modalidade online). **Caderno de Resumos e Programação**. Aracajú: Criação Editora, 2022. p. 118-119.

Observações sobre pesquisa implicada no campo da Agroecologia

Milena Silvester Quadros¹

Introdução

Este texto é uma reflexão situada sobre o fazer pesquisa no Instituto Federal.

Desde que foi impulsionada uma política pública para implantação e expansão da rede federal de ensino tecnológico uma profunda e complexa mudança tem sido percebida em muitos aspectos da vida. Essas mudanças, ora mais evidentes ora mais sutis, podem ser vistas sobre diferentes ângulos com implicações em distintos campos da sociedade brasileira. Podemos mencionar algumas destas transformações, tal como a mobilidade social a partir da formação e qualificação profissional de jovens filhos e filhas da classe trabalhadora, o que refletiu, conseqüentemente, tanto na democratização do acesso ao ensino quanto na ascensão material de grupos até então marginalizados. Outro aspecto importante é o foco na formação integral ampliando o sentido exclusivo de formação técnico profissionalizante, que antes priorizava habilidades exigidas pelo mercado de trabalho, passando a introduzir uma outra concepção filosófica de educação focada no estímulo à formação cidadã e inclusiva. O resultado foi o estímulo ao pensamento crítico e a uma consciência sócio histórica fundamental para romper com estruturas de dominação que estiveram na base da formação da nação brasileira relacionadas com discriminações e opressões de raça, de classe e de gênero. Este

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Viamão. Endereço eletrônico: milena.quadros@viamao.ifrs.edu.br

aspecto foi corroborado por uma estrutura político pedagógica que estimulou a transversalidade dos temas, da qual os núcleos de ações afirmativas são uma expressão.

Esta política pública também promoveu a ampliação das oportunidades de trabalho para docentes, pesquisadoras e pesquisadores, assim como trabalhadoras e trabalhadores da educação nas diferentes funções pedagógicas e administrativas, algumas delas autoras que compõem essa obra, que encontraram nos Institutos Federais a oportunidade de uma atuação profissional pautada pelos valores de justiça e de dignidade laboral. Outro avanço importante foi a interiorização da oferta do ensino público e gratuito em regiões que até então mantinham-se isoladas das políticas públicas da educação federal. Em consequência, populações rurais, agricultores e agricultoras, bem como seus filhos e filhas, puderam aceder a programas de ensino profissionalizante revertendo conhecimentos em ações para o desenvolvimento nos âmbitos familiar, local e territorial.

Outra dimensão foi a verticalização da educação por áreas e níveis de ensino. Talvez o exemplo mais representativo seja o Programa Mulheres Mil, responsável pela formação cidadã e profissional de milhares de mulheres por toda a extensão do território brasileiro. Pautando-se por uma metodologia sensível para o acesso, permanência e êxito, o programa buscou a afirmação do direito ao acesso à educação profissional e tecnológica para as mulheres em situação de vulnerabilidade social [...] (MEC, 2023). Parte das mulheres egressas dos cursos do Mulheres Mil retornaram aos Institutos Federais para dar sequência ao seu percurso formativo realizando outros cursos profissionalizantes de nível médio, superior e até mesmo pós-graduações. Embora ainda sejam poucos os estudos sobre os impactos de programas como o Mulheres Mil e da política de expansão dos Institutos Federais de modo mais amplo, não há dúvida a respeito da ressonância positiva sobre as vidas das mulheres, suas famílias e comunidades,

sobretudo no tocante ao enfrentamento das inúmeras desigualdades e violências que as atravessam.

Partindo de experiências de trabalho com ensino, pesquisa e extensão ao longo de quinze anos de atuação na rede, aqui vamos abordar outro ângulo das mudanças proporcionadas pela consolidação dos Institutos Federais. Referimo-nos à possibilidade de revisar a relação entre aprendizagem, produção do conhecimento e a função social que estes cumprem na sociedade. A lei de criação dos IFs determina que um de seus objetivos é *“realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”* (Brasil, 2008). Ainda que possamos, e mesmo devemos, distinguir o conteúdo das leis de seu cumprimento, não há dúvida que, do ponto de vista da produção do conhecimento, a estrutura dos Institutos Federais estimulou formas de atuação acadêmica mais orgânica entre pesquisadoras e pesquisadores, suas interlocutoras e interlocutores, bem como seus campos e comunidades de estudos. Há diferentes lados pelos quais podemos refletir a mudança de orientação nos modos de fazer pesquisa a partir das instituições que compõem a rede federal de ensino científico e tecnológico. Nesta breve introdução basta considerar dois pontos. Um deles, já mencionado anteriormente, diz respeito à democratização do acesso ao conhecimento ao possibilitar a participação de grupos diversos tanto no fazer conhecimento quanto no aceder ao conhecimento. Outro ponto é o estímulo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão com foco na criação de soluções reais e contextualizadas com os territórios e agentes do entorno.

O texto conduz a uma reflexão sobre pesquisa-ação e educação popular a partir de experiências de trabalho com grupos minoritários e vulnerabilizados residentes de regiões periféricas da região metropolitana, em especial nos bairros da Restinga, Porto Alegre, e Santa Isabel, Viamão. Trata-se de trabalhos nos quais estivemos diretamente implicadas como coordenadoras e/ou organizadoras. São trabalhos de criação e implantação de cursos e

projetos no campo da agroecologia com o foco na agricultura urbana, soberania alimentar e na justiça socioambiental. A reflexão aqui realizada se baseia nos trabalhos que conduziram à criação do curso do Programa de Formação de Jovens e Adultos (PROEJA) em Agroecologia, durante os anos de 2016 e 2017 no Campus da Restinga, projetos de fomento de hortas comunitárias em localidades do bairro Restinga (Porto Alegre) e Santa Isabel (Viamão) durante os anos de 2017 a 2024, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para a Formação de Lideranças de mulheres para a gestão de Hortas Comunitárias Agroecológicas nos anos de 2023 e 2024, curso multicampi de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Agroecologia, de 2022 a 2024. Em linhas mais gerais, o estímulo à realização destes trabalhos foi o de construir coletivamente referentes situados que conduzissem ao que está posto nos documentos de criação dos Institutos Federais, isto é, aos supostos de justiça social, democracia e cidadania. Além disso, diante da crise planetária que se manifesta em diferentes âmbitos, estes trabalhos também visam construir caminhos para a segurança e soberania alimentar, para a justiça ambiental, para a valorização e respeito à diversidade de culturas e para o enfrentamento das desigualdades provocadas pela apropriação privada dos meios de produção no mundo moderno.

Ciência, participação e engajamento: outras possibilidades de conhecimento através da Agroecologia

Ao nos referir a “formas mais orgânicas” de realizar pesquisa na introdução deste texto, temos em nosso horizonte uma crítica ao modo como a ciência moderna nasceu e se consolidou a partir de uma postura imperativa e arbitrária. A crítica de Stengers (2002) e de Latour (1994; 1999; 2002) aos modos do fazer científico entre aqueles a quem os autores chamam de “os modernos” é pertinente neste contexto. Em Políticas da Natureza, Latour (1999) menciona as duas grandes rupturas que o mundo moderno precisou realizar

para que todas as virtudes da ciência, tal como as conhecemos, pudessem emergir. A primeira delas diz respeito à descoberta de que era preciso nos livrar das subjetividades que dizem respeito essencialmente ao mundo dos humanos, do qual participam os valores, os sentimentos, as ideologias, os desejos, se, o que se quiser realmente, for alcançar a verdade objetiva dos fenômenos. A segunda refere-se ao retorno a este lugar nomeado de obscuro pelo autor, isto é, ao lugar das subjetividades. O sábio/filósofo/cientista, uma vez equipado de suas leis científicas, pode retornar aos seus universos de investigação (também chamado de senso comum) e impor uma verdade sobre os fenômenos vividos, isto é, impor os “resultados indiscutíveis que farão cessar o falatório indefinido dos ignorantes” (Latour, 1999, p. 28).

Podemos conduzir essa crítica em diferentes direções. Uma delas, de caráter epistemológico, diz respeito ao modo como a ciência se desenvolveu sobrepondo-se a outras formas de conhecimento, ao mesmo tempo que desconsiderando os conjuntos de saberes hoje reconhecidos como saberes populares, saberes empíricos, saberes tradicionais, entre outras formas de nomear. A ciência moderna, assim, foi revestida de uma autoridade frente aos demais modos de explicar os fenômenos do mundo que refletiu hierarquias e distinções próprias das sociedades emergentes. Supostamente orientada a um conhecimento neutro e universal, o que fez a ciência foi mascarar a tomada de posição e os resultados interessados que embasaram as pesquisas científicas desde o seu nascimento e em distintos âmbitos. Sob um véu de imparcialidade e universalidade, por muito tempo, os conjuntos de saberes científicos desenvolvidos nas universidades operaram em favor de um sistema baseado na exploração, na apropriação e controle privado de recursos extraídos da natureza, na simplificação e eliminação dos ecossistemas e, conseqüentemente, na produção de desigualdades das mais variadas ordens.

Este artigo é uma reflexão que parte da ideia do ‘fazer ciência com’. Diferentemente de uma concepção hierarquizante de ciência,

na qual o pesquisador - historicamente um homem, branco e oriundo de classes sociais abastadas - era o detentor de uma autoridade científica frente ao seus 'objetos' de estudo, sempre inerte e à espera de ser desvelado, propomos aqui uma análise conceitual feita com as pessoas, com a natureza e com as coisas. Os quase quinze anos de agenciamentos que envolveram docência, extensão e pesquisa, permitem realizar nestas páginas uma reflexão situada e comprometida com a justiça e com a transformação social, bases que orientam a política de consolidação dos Institutos Federais como mencionado anteriormente. Apresentamos modalidades de conhecimento participativo que possibilitam alternativas à ordem dominante, esta que tem nos conduzido a uma crise planetária que se manifesta como crise climático-ambiental, crise migratória, crise político-econômica, crise social. Com esse propósito, retiramos as pessoas e as comunidades com as quais trabalhamos da condição de subalternas e propomos uma ciência situada e realizada a partir de um referente ético de diálogo, participação e comprometimento com o bem viver de populações historicamente marginalizadas.

Como afirmam Fals Borda e Mora Osejo (2004) os marcos de referência científicos como obra de humanos se inspiram e fundamentam em contextos geográficos, culturais e históricos concretos. Estes autores, assim como muitos outros autores decoloniais, questionam o fato de conhecimentos científicos originados em contextos de países do "centro" global serem transferidos arbitrariamente ao "Sul" para explicar e mesmo modificar nossas realidades. Os conjuntos de saberes exógenos que por muito tempo se impuseram epistemologicamente, orientando pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento, são partícipes de uma enunciação que eleva o racionalismo ocidental ao centro de todos os construtos conceituais. Nos diferentes campos de conhecimentos, os espaços acadêmicos estão tomados pela ideia de progresso alcançado pelas imagens do indivíduo instrumental, do utilitarismo, do pragmatismo e da competitividade tecnocrática.

Como nos chama atenção autoras como Donna Haraway (1994), Anna Tsing (2015) e Isabelle Stengers (2002), o progresso é uma marcha em linha reta em direção ao futuro que arrasta todos os outros ritmos de tempo que caminham em direções contrárias.

No século XIX, Marx já chamava atenção para a figura do intelectual contemplativo e passivo, sujeitos idoneamente acadêmicos e eruditos que vivem no ideal moderno de que a ilustração europeia resolveria todos os problemas do mundo (Holguín, 2019). No início do século XX, Gramsci, por sua vez, contrapunha este pesquisador negligente ao intelectual orgânico, “pensadores críticos que mantêm os canais de comunicação ombro a ombro com as pessoas do processo” (Holguín, 2019, p. 456). Paulo Freire (1983) também serviu de referência para repensar os constructos epistemológicos nos contextos de países colonizados. Para Freire, o conhecimento válido é aquele que resulta da mediação de práticas educativas sem hierarquizações ou imposições de um saber sobre o outro. A educação popular mediada pelas metodologias participativas serve de canal de comunicação entre a práxis cotidiana de grupos historicamente marginalizados e o pensamento científico rigoroso, porém comprometido com as realidades relacionadas. Nosso papel, diz Paulo Freire (1970), não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo e tentar impô-la a ele, nosso papel é, ao contrário, dialogar com o povo sobre sua visão e a nossa. Esta postura conduz as análises aqui realizadas, ou seja, perspectivas de pesquisa orientadas pelo diálogo com as coletividades envolvidas, assim como pesquisas oriundas de ações que conduzem à transformação rumo a sociedades mais justas e à dignidade para humanos e não-humanos.

Saberes deslocados e a constituição do campo da Agroecologia

A esta altura gostaríamos de traçar um breve panorama sobre o campo da agroecologia e sua correlação com o que vimos falando até aqui. A agroecologia nasceu como um movimento de

contraposição ao regime agrário marcado pela concentração da propriedade da terra nas mãos de uma elite colonialista, pelo controle capitalista da produção rural, pela expropriação territorial dos povos originários e dos camponeses e pelo uso intensivo de tecnologias, tais como maquinários, agroquímicos e sementes geneticamente modificadas. Esse modelo de exploração imposto à América Latina tem sido atualizado por diferentes vias², dentro das quais o conceito de desenvolvimento cumpre um importante papel. Com o pretexto de retirar países e comunidades de sua condição de “atraso”, as agências internacionais em associação com governos alinhados aos interesses do grande capital tem atualizado regimes de exploração no meio rural que perpetuam a exclusão, os danos ao meio ambiente que levam à eliminação de espécies e de ecossistemas inteiros, à violência contra as populações do campo e à insegurança alimentar. Hoje, o modelo de desenvolvimento rural, impulsionado por políticas públicas que absorvem grande parte dos investimentos governamentais, tem no agronegócio um meio de assujeitamento da natureza, das comunidades, suas culturas e seus modos de saber-fazer.

As *plantations* de outrora, assim como as modernas (imensas áreas transformadas em monoculturas), sob sistemas de exploração colonizadora, eliminaram as correlações inter-espécies capazes de estabelecer ecossistemas equilibrados. A América Latina foi habitada há pelo menos 15 mil anos por agrupamentos humanos que, ao contrário dos “modernos”, conseguiram estabelecer padrões de subsistência capazes de se reproduzir mediante ecossistemas preservados (Levi, 2022). Os povos originários da América que aqui viveram antes da chegada dos colonizadores, desenvolveram sistemas sofisticados de produção e reprodução da vida com conhecimentos em distintos campos, dos quais detemos

² Em *The Agrarian Question Beyond Neoliberalism Essays on the Peasantry, Sovereignty and Socialism*, Samir Amin realiza uma análise das estratégias contemporâneas impulsionadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para dar continuidade e atualizar os planos de exploração capitalista de áreas rurais na América Latina, África e Ásia.

pouquíssima informação em virtude do pouco interesse das ciências modernas em se debruçar sobre eles. Os povos indígenas detinham (e muitos ainda detém) um sistema complexo de calendários agrícolas baseados em astrologia, conhecimentos apurados usados para a seleção e manejo de solos, diversificação de culturas baseada nas vegetações nativas, barreiras biológicas por variabilidade genética que permite reduzir a difusão de doenças das plantas, entre outros tantos conhecimentos (Alves, 2011). Descobertas arqueológicas recentes dão conta de demonstrar, ainda, que muitas ilhas de florestas em regiões da savana amazônica, assim como dos pampas no sul do Brasil, são o resultado de sistemas agrofloretais manejados pelos povos que ali viveram durante milênios³. Podemos mencionar também as terras pretas de índio, as cidades circulares, sistemas decisórios baseados nos bens comuns e uma infinidade de outras tecnologias capazes de perpetuar a vida mediante organizações equilibradas e estáveis⁴.

A agroecologia recupera esses conjuntos de conhecimentos e, ao fazê-lo, escancara a irracionalidade dos sistemas modernos de

³ As ilhas de florestas indicam uma agricultura milenar em diferentes regiões do Brasil, com a domesticação de diferentes espécies alimentares. Pesquisas no campo da genética vegetal indicam que a vegetação destas áreas são parentes de gêneros como a mandioca, o amendoim, a abóbora, entre outros.. <https://revistaplaneta.com.br/amazonicos-primitivos-criaram-milhares-de-ilhas-floretais-artificiais/#:~:text=H%C3%A1%20mais%20de%204.700%20ilhas,como%20%C3%A1reas%20de%20plantio%20humano.>

⁴ As terras pretas de índio são um dos terrenos mais férteis do mundo. Com uma espessura de 30 centímetros de matéria rica em nutrientes como cálcio, magnésio, zinco, fósforo. Registros arqueológicos demonstram que este tipo de solo foi produzido por povos que amazônicos há pelo menos 4500 anos, a partir de um processo conhecido e reconhecido cientificamente como compostagem.

As cidades circulares são formações urbanas encontradas entre os povos do Xingu. São formações em círculo, dispostas regularmente, com seus centros ritualísticos e políticos conectados a centros menores, possuindo áreas de cultivo ao redor, assim como jardins e florestas manejadas. Segundo Carolina Levi (2022), o inglês Ebenezer Howard, um dos maiores urbanistas do século XIX, fundador do movimento Cidade Jardim, descreveu um modelo muito similar ao que os indígenas do Xingu vem desenvolvendo há séculos.

produção da vida. Nos movimentos sociais, a agroecologia é mobilizada como força enunciatória que afronta os valores do desenvolvimento e da modernidade impostos sobre todas as outras formas de vida. Como prática, a agroecologia tem sido manejada por agentes do meio rural e urbano como alternativa para uma produção de alimentos que garanta a soberania alimentar dos povos e a reconexão entre os humanos e a natureza. No campo da ciência, a agroecologia revela o lado perverso da ciência ao expor que as grades curriculares de cursos acadêmicos bem como a orientação de pesquisas científicas servem para perpetuar formas de conhecimento excludentes, discriminatórias e promotoras de desequilíbrios sociais e ambientais que levam às crises estampadas nos noticiários diariamente. Nesta última, a agroecologia tem operado um movimento perspicaz de reelaborar as metodologias de criação de conhecimento girando o olhar em direção aos saberes deslocados que circulam nas margens do projeto hegemônico de sociedade.

Na próxima seção vamos refletir como o engajamento acadêmico no campo da agroecologia é capaz de transformar realidades a partir dos pressupostos da pesquisa-ação e da educação popular.

E se a precariedade é a condição do nosso tempo? Experiências em agroecologia no IFRS

Estamos rodeados de numerosos projetos de criação de mundos, humanos e não humanos. Ditos projetos de atividades práticas são destinados a (re)configurar vidas; e ao fazer, alteram nosso planeta. Hoje em dia persistem muitos meios de subsistência pré-industriais [...] ao tempo que surgem outros novos, mas passamos por alto pois não formam parte do progresso. Esses meios de subsistência também forjam mundos [...] e nos ensinam a olhar ao nosso redor ao invés de somente em linha reta. (Anna Tsing, **O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**)

Constituído pela necessidade colonial de expandir e demarcar conquistas territoriais, o Rio Grande do Sul emergiu sob a imagem

de grandes batalhas militares e de seus bravos combatentes que defenderam o estado de seus inimigos em diferentes batalhas registradas na história oficial. Ao mesmo tempo, reconhecido como o estado brasileiro que mais recebeu descendentes de italianos e alemães que vieram nas correntes migratórias dos séculos XIX e XX, o Rio Grande do Sul orgulha-se de seu passado ocidental vinculado à Europa e reforça valores a ele atribuído: um povo cristão, branco e trabalhador. Quando voltamos o olhar para as áreas marginais da região metropolitana de Porto Alegre, entretanto, a imagem idílica de um estado glorioso entra em contradição com sua própria história. Durante o processo de crescimento urbano tanto de Porto Alegre quanto das cidades adjacentes, às regiões periféricas serviram de “valas” para onde foram despejadas as populações que não se adequavam aos padrões de uma urbanidade civilizatória nos padrões ocidentais.

Conduzidos ao Rio Grande do Sul para trabalhar nas fazendas produtoras de charque, desde as primeiras ocupações portuguesa na região, os africanos e seus descendentes nascidos no Brasil foram escravizados e atrelados às dinâmicas de ocupação territorial e funcionamento da economia (MAESTRI, 1994). Com o declínio das atividades pecuárias muitas negras e negros libertos ou escravizados fugidos deixaram o interior do estado em direção à capital em busca de outras possibilidades de vida. Essas pessoas passavam a habitar as áreas marginais das cidades em ascensão e a exercer atividades precarizadas de prestação de serviços como ajudantes, engraxates, empregadas domésticas, vendedoras etc. Conjurados e vistos como pessoas de hábitos degradantes pelo poder público e pela população em geral, o povo afro-brasileiro foi excluído do processo de desenvolvimento na Nação. Na década de 1960 o governo do município de Porto Alegre intensificou a política higienista que promoveu a remoção das vilas e favelas do centro da cidade. Dispositivo normalizador ainda usado nos dias de hoje, as casas e os pertences das famílias que habitavam os guetos e as chamadas “vilas de maloca” no centro da cidade foram removidos

à força e deslocados para áreas que atualmente correspondem a bairros periféricos da Região Metropolitana de Porto Alegre RMPOA⁵, dois deles com os quais desenvolvemos as ações analisadas a seguir: o bairro da Restinga em Porto Alegre e o bairro Santa Isabel, em Viamão. São bairros urbanos constituídos pela forte presença de pessoas afro-brasileiras. Com índices elevados de pobreza e violência originados em razões difusas, a existência dos Institutos Federais nestas localidades, mais recentemente, criou oportunidades de ascensão econômica e social a muitas famílias ali residentes.

Ao realizar uma forte crítica ao modo como as nações hegemônicas construíram o ideal de pobreza, Pâmela Marques e Dayana Machado (2021) expõem uma intencionalidade perversa na enunciação da pobreza “como lugar vazio de desenvolvimento, marcado apenas pelo que lhe falta, todo carência, debilidade, enfermidade, prostração” (Marques & Machado, 2021, p. 20). Segundo as autoras esta imagem aciona um processo de exotização da pobreza por distintas vias. Por um lado, as autoras mencionam a demonização do pobre visto como “abjeto, estranho, perigoso, que deve ser impedido, contido, limitado, punido no seu afã de proliferar filhos, doenças, feitiços, crimes” (Marques & Machado, 2021, p. 20). Por outro lado, “a construção da pobreza como corpo dócil, necessitado de tudo, grato por tudo e passivamente entregue à ajuda e à caridade alheias” (Marques & Machado, 2021, p. 21). A análise feita pelas autoras é pertinente para o nosso estudo na medida em que elas apontam para a necessidade de deslocarmos este constructo da pobreza como falta, atraso e passividade para uma potência de compreendê-las como “dinâmicas culturais ou cosmovisões empenhadas na conquista do bem viver aqui e agora, fora da lógica ocidental capitalista (Marques, 2017, p. 72).

⁵ É importante mencionar que a RMPOA é constituída por uma territorialidade plural. Além das áreas urbanizadas também engloba zonas rurais formada por áreas de Preservação Permanente, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e pequenas propriedades rurais cuja produção abastece boa parte das feiras da RMPOA.

O artigo “Entre margens e ancestralidades: o processo de construção coletiva do Curso Técnico de Agroecologia do Instituto Federal da Restinga”, publicado nos Cadernos de Agroecologia dos anais do II Seminário de Educação e Agroecologia (2017), descreve o caminho percorrido para a criação do curso de PROEJA em Agroecologia no IFRS Campus da Restinga. Mencionamos a criação deste curso em 2017 como o início de um trabalho que desde então redimensionou a noção de pobreza a partir do que mencionamos no parágrafo anterior. O curso foi criado através de um Edital “Escolha de Novo Curso para o Campus Restinga – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)” e contou com a formação de um grupo de trabalho constituído por servidoras e servidores, lideranças comunitárias do bairro Restinga e integrantes de movimentos sociais. A escolha do eixo em Recursos Naturais e do curso em Agroecologia foi o resultado dialógico do encontro com a comunidade da Restinga de modo que pudesse refletir as necessidades locais daquele território. No entanto, mais do que estimular a participação da comunidade através da escolha democrática de um curso, o que este processo desvelou foi uma inteligência comunitária consolidada pela luta e pela necessidade de defender a vida em condições de exclusão, racismo e violência.

De origem muito diversa, os habitantes do bairro Restinga precisaram mobilizar saberes ancestrais e desenvolver tecnologias comunitárias para que pudessem sobreviver em condições precárias⁶. Nas rodas de conversa em que discutimos as demandas de formação escolar, as lideranças comunitárias eram perspicazes em assinalar que muitas moradoras cultivavam alimentos e ervas curativas em seus quintais utilizando conhecimentos trazidos de

⁶ Entre os anos de 2015 e 2016, a autora deste texto coordenou o projeto Dialogando com os saberes da Restinga, a partir do qual foi possível cartografar formas de saber-fazer que serviram de referência para a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso.

seus antepassados. Durante os encontros que ocorreram semanalmente, as lideranças comunitárias da Restinga sugeriram que um dos focos do curso de Agroecologia deveria estar na formação de multiplicadores (educadores populares) que pudessem atuar junto às famílias, estimulando o cultivo em hortas domiciliares ou associativas (em escolas, entidades comunitárias, organizações de moradores, ocupações, entre outros) cujos espaços pudessem servir para as aulas práticas. Priorizar as hortas comunitárias traduz uma necessidade e uma exigência de que a Agroecologia atuasse para a segurança alimentar de famílias em situação de risco social. Assim, cada componente curricular das aulas práticas que exigem áreas de cultivo, contaria com vinte por cento de ensino à distância, onde os alunos poderiam eles mesmos produzir no seu próprio terreno (também em canteiros) ou nos espaços comunitários, reconstituindo os vínculos tanto com a terra quanto com o meio ambiente. Neste espaço poderiam, então, observar o processo de crescimento vegetal, perceber as alterações no solo, realizar a adubação, testar o manejo ecológico das doenças e dos insetos que atingem as plantas e assim por diante. Nessa linha de proposição, um conhecimento próprio da Restinga, ou seja, a capacidade de produzir governança comunitária originada na trajetória de territorialização dos moradores do bairro, bem como um saber que age para a precaução e defesa da vida, neste caso a segurança alimentar, foi incorporado ao currículo (Quadros *et al*, 2017). Estamos falando de uma tecnologia social desenvolvida no bairro da Restinga.

O PROEJA em Agroecologia no Campus Restinga deu origem a uma proliferação de experiências em agricultura urbana, segurança alimentar e seus temas transversais como feminismo comunitário, luta antirracista, crise político-ambiental, entre muitos outros, tanto no território da Restinga quanto no IFRS da RMPOA. São experiências com hortas comunitárias, feiras agroecológicas, política de aquisição de alimentos da agricultura familiar, quintais comestíveis entre outros. Em 2019, o IFRS publicou a Política

institucional de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Ambiental - PIAS do IFRS que estabelece o conjunto de princípios e diretrizes para “a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos do IFRS para a implantação de ações que promovam a sustentabilidade institucional nas temáticas da agroecologia, da segurança alimentar e nutricional sustentável e da educação ambiental, em consonância com as Políticas Públicas Nacionais relacionadas” (Brasil, 2019). Novos cursos e projetos foram criados no âmbito da PIAS, nos quais em alguns deles estamos diretamente implicados, tal como a criação da primeira pós-graduação *lato sensu* multicampi em Agroecologia e o curso de Formação de lideranças para a gestão de hortas comunitárias agroecológicas na RMPOA, os quais voltaremos a comentar a seguir.

Como diz Anna Tsing (2015) no excerto desta seção, estamos rodeados de inúmeros projetos que estão destinados a reconfigurar mundos. A autora se refere a práticas espontâneas que emergem da destruição causada por um modelo de sociedade incoerente com a perpetuação da vida. No livro “O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capital” (2015) a autora indaga se a precariedade não seria, em realidade, a condição do nosso tempo, se referindo aos inúmeros desastres ambientais, políticos, sociais e culturais no contexto da atual crise planetária. Muitos pesquisadores e pesquisadoras, Donna Haraway, Anna Tsing, Isabelle Stengers, Bruno Latour e outros, vem chamando atenção para um conceito que define uma nova era geológica, o antropoceno. Caracterizada pela intervenção humana orientada pelos referentes da cultura capitalista ocidental, esta nova etapa é caracterizada pela destruição de espaços e tempos que serviram de base para o desenvolvimento de seres e culturas ao longo do tempo. Estes ecossistemas possuíram um papel fundamental para que a vida pudesse se constituir e para que possa se reconstruir diante de eventos extremos como os que presenciamos hoje, tal como a desertificação, a desflorestação, o aumento dos níveis de

rios e mares, a contaminação dos mananciais hídricos, eventos climáticos extremos, entre tantos outros.

A palavra crise se difundiu na atualidade diante de acontecimentos irrefutáveis que expõem a fragilidade da existência frente a um padrão de sociedade incoerente com a manutenção da vida. No entanto, apesar de o termo ter se disseminado hoje, o que entendemos por “crise” é algo vivido e compreendido pelas populações que não foram incluídas no projeto de “desenvolvimento” da Nação brasileira. Por séculos, estes coletivos precisaram criar aguçadas estratégias para sobreviver em ambientes hostis à sua presença. A reflexão que realizamos nesta seção se dá em cima de ações realizadas com intuito de potencializar estas estratégias locais de defesa das possibilidades da vida utilizadas pelos coletivos mencionados anteriormente. A pesquisa-ação, portanto, se refere ao ato do que Paulo Freire analisou como reflexão sobre uma práxis. Diz o educador, “sendo um ser da práxis, da ação e da reflexão o ser humano não pode ser transformado em mero repositório de conhecimento” (Freire, 1983, p. 17). Segue o autor:

Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem [e a mulher]⁷ se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar. (Freire, 1983, p. 17)

O curso FIC de Formação de lideranças para a gestão de hortas comunitárias agroecológicas (Anexo, Imagem 1) foi pensado em conjunto com mulheres moradoras dos bairros da Restinga e Viamão. Esta experiência foi originada em trabalhos realizados com mulheres da Restinga através dos quais muitas das participantes lamentavam o fato de o senso coletivo de pertencimento e participação, que esteve na base da formação do

⁷ Incorporamos o termo “mulher” à citação original, pois atualmente já não utilizamos o gênero masculino como uma generalização, por entender que esta reflete opressões contra as quais viemos lutando para superá-las.

bairro, estar desaparecendo entre as mais jovens. As primeiras experiências de projetos com hortas comunitárias desvelaram inúmeras dificuldades de manter o vínculo das mulheres com o local. Estas dificuldades se originaram em razões difusas, tais como privação de tempo em virtude da sobrecarga de responsabilidades que pesam sobre as mulheres, impedimento imposto pelos maridos e companheiros dentro de uma estrutura familiar machista, falta de compreensão do sentido do trabalho coletivo e mesmo da importância da manutenção destes espaços em suas localidades. Além disso, outro fator que impacta diretamente a participação das mulheres nestes espaços é a força da subjetivação neoliberal⁸ como constituidora de comportamentos e valores. Um exemplo de como operam estes constructos nas subjetividades é o caso da alimentação. Pensar em produzir o próprio alimento hoje, entre as mais distintas classes sociais, é visto como algo difícil, trabalhoso, impossível, ou ainda como uma atividade que representa o atraso diante da praticidade de ir ao mercado e obter os alimentos já preparados que caracteriza a vida moderna. Os espaços das hortas comunitárias, como veremos a seguir, se constituem em arenas pedagógicas nas quais outros referentes de sociedade são debatidos e mesmo resgatados.

Uma das características de Viamão é sua grande diversidade territorial. O município de Viamão possui cerca de 240 mil habitantes e se destaca por possuir uma grande extensão territorial (1.494 km²) dentro da qual 30% é composta por unidades de conservação ambiental, como Parques e a Área de Preservação Ambiental do Banhado Grande. Dentro destas unidades de conservação localizam-se uma comunidade quilombola (Quilombo da Anastácia) e um assentamento da reforma agrária (Assentamento Filhos de Sepé). No município de Viamão localizam-se, ainda, outros dois quilombos rurais (Quilombo Peixoto dos Botinhas e Quilombo Cantão das Lombas), três aldeias

⁸ A este respeito consultar GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

indígenas Guarani-Mbyá, duas comunidades de pescadores e quase 5000 sítios rurais e periurbanos.

Esta diversidade contribuiu para traçar o quadro populacional do município. Em estudo de Gislaíne Ramos (2008), no período pré-abolição, 30% da população de Viamão era formada por pessoas escravizadas que trabalhavam nas fazendas de criação pecuária e produção monocultora. No processo que acentuou o desenvolvimento capitalista no campo, tendo a revolução verde como a expressão mais sistemática, grande parte dos habitantes do campo excluídos do processo de modernização foram expulsos das áreas rurais do município para habitar as regiões marginais das áreas urbanizadas de Viamão. Um expressivo contingente de pessoas que passaram a ocupar bairros considerados periféricos do município de Viamão são oriundas deste processo e por isso mantém vínculos com a ancestralidade africana. O traço etnicorracial, portanto, é uma característica que demarca a população das periferias do município.

Na reflexão sobre o trabalho desenvolvido com as mulheres do bairro Santa Isabel gostaríamos de retomar alguns pontos já mencionados, além de relacionar outros. Quando indagamos se a precariedade não seria a condição do nosso tempo, estamos concordando com Anna Tsing (2015) quando diz que a sobrevivência precária nos ajuda a enxergar o que falha, pois ela expõe o reconhecimento da nossa condição de vulnerabilidade. Para sobreviver em mundo precário, diz a autora, necessitamos de ajuda e a ajuda sempre é um serviço prestado por outro, seja de maneira intencionada ou involuntária. Somente um privilégio inconsciente, continua Tsing (2015), permite fantasiar que cada um de nós poderia sobreviver por si mesmo, ainda que esta seja a grande construção ideológica desde o iluminismo. Esta percepção, os moradores de áreas vulnerabilizadas possuem com muita sensatez. A imagem 2 em anexo mostra o espaço precário do terreno adjacente à Escola Estadual Walter Jobim e o espaço reconstruído pelo trabalho conjunto, respectivamente.

No campo dos estudos da ecologia, a bióloga Lynn Margulis (1998) afrontou a teoria da evolução assentada sobre os supostos da competição e da lei que estabelece a sobrevivência do mais forte. Para a autora, cada planta e cada animal na terra é o produto da simbiose e não da competição. As consequências dessa inversão de paradigma é o de que a transformação se realiza através de colaborações, tanto entre nossa própria espécie quanto entre espécies distintas. Esta é uma percepção que orientou os modos de vida dos povos originários que viveram por milhares de anos na América antes da conquista. Uma das referências da agroecologia é resgatar esse modo de considerar as relações. Partindo da ideia de que somos seres compostos e não individuais, os projetos de hortas comunitárias buscam restabelecer conexões multiespécies fundamentais para o equilíbrio dos diferentes ecossistemas, inclusive os que se encontram em áreas urbanas.

A agricultura convencional/comercial tem por objetivo segregar um cultivo apenas e obter uma colheita coordenada. Por outro lado, uma agricultura agroecológica se caracteriza pelos ritmos múltiplos. Pode-se cultivar múltiplas plantas distintas em um mesmo espaço [ver Imagem 3 em anexo], cada uma com ritmos de crescimento completamente diferentes. Cultivam-se bananas, hortaliças diversas, tubérculos, frutíferas e nesses cultivos estão envolvidos pessoas, vegetais, terra, fauna silvestre e edáfica, polinizadores, água, vento, espíritos, entes celestes (sol, lua, estrelas). Mundos são sempre mais que humanos, apesar de a modernidade ter refletido o contrário.

A isso chamamos construir assemblages, conforme descreve Flávia Charão e Alberto Arce (2023) em *Cooperação, Diversidade e Criatividade*. O que esta autora e este autor denominam como assemblages é, portanto, a agrupação de todos estes ritmos, descritos no parágrafo anterior, como resultado de diversos projetos de criação de mundos, humanos e não humanos. Estimular as relações que surgem da interação das pessoas com a concretude biofísica das coisas que existem e conformam o meio,

suscita potências para a produção da diversidade. Ao mesmo tempo, ultrapassar a visão homogeneizante que enxerga exclusivamente as relações entre humanos, passando a considerar a fecundidade das relações entre humanos e não-humanos como medida de análise, nos possibilita ampliar a noção de cooperação entre seres colaborativos. Rompemos, assim, com a ideia clássica de seres individuais, homogêneos e estáveis. Estender o olhar em direção a estes conjuntos inovadores de relações, ou seja, as assemblages que emergem das práticas, nos estimula a reconhecer a força da cooperação nos territórios.

A esta altura, talvez possamos retornar novamente a alguma espécie de progresso, mas falamos de um progresso suscitado por variáveis do tipo tecnologia social de pertencimento, tecnologia para o bem viver, tecnologia para a resolução de problemas da comunidade. Um progresso que se dá em muitas direções e que implica afetos e cuidados mútuos. Afirmamos, da mesma forma, que as ações analisadas neste manuscrito são signos de transformação das políticas de domínio que se manifestam em muitos campos da vida humana e não-humana, ao mesmo tempo que de fortalecimento e emergência política de outros agentes, tais como mulheres periféricas e racializadas, jovens, indígenas, quilombolas, terra, animais, vegetação (e seus respectivos ecossistemas).

Considerações finais

Ao longo de nossa atuação no Instituto Federal do Rio Grande do Sul buscamos desenvolver um trabalho que de fato operasse na prática aquilo que, discursivamente, é chamado de missão dos Institutos Federais. Em nosso fazer profissional constituímos conjuntos (assemblages), a partir dos supostos da Educação Popular e do engajamento científico, para que a vida se desenvolva dentro daquilo que entendemos por justiça e bem viver dos povos. Por limite de tamanho, muito ficou por dizer e analisar. Nestas

páginas, conseguimos fazer referência apenas a alguns dos muitos trabalhos agenciados em quinze anos de atividade como docente e extensionista. Assim, este é um primeiro ensaio de um projeto já em curso de analisar em profundidade ações desenvolvidas no campo da agroecologia em diferentes espaços do IFRS.

Gostaríamos de mencionar, ainda, que estas ações visam recuperar referentes importantes que deixamos para trás, por considerá-los atrasados. Neles, retomamos o diálogo com os povos (indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas, periféricos), recuperando, desta maneira, uma potência de pensar, atuar e assim cooperar. Nos diz Stengers (2002) que o capitalismo funciona destruindo toda a conexão, inclusive a nossa conexão com o passado, e desconfiando de toda a inteligência coletiva, por vê-la como perigosa. O que os povos já sabiam e o que buscamos recuperar em nosso trabalho é uma modalidade de produzir uma inteligência coletiva conectada. Assim, permitimos o surgimento de questões de pesquisa mais desafiadoras, mais úteis à mudança ontológica que ao progresso da ciência em si mesmo.

Referências

ALVES, Raimundo Nonato B. **Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

ARCE, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia. **Cooperação, diversidade e criatividade: transformações sociomateriais em territórios latino-americanos**. Jundiaí [SP]: Paco, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mulheres Mil. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Página inicial. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/mulheres-mil> Acesso em: 12 de fev. de 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 253, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Resolução nº 101, de 22 de outubro de 2019. **Aprova a Política Institucional de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (PIAS-IFRS)**. 22/10/2019.

Disponível em: https://ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2019/11/Resolucao_101_19_Politica_Alimentacao_Completa.pdf.

FALS BORDA, Orlando; MORA-OSEJO, Luis Eduardo. La superación del eurocentrismo. Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro sistema tropical. **Polis**. Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 2, num. 7, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HARAWAY Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.): **Tendências e impasses, o feminismo como crítica da cultura**, Rio de Janeiro: Ed.Rocco, 1994.

HOLGUÍN, Edson V. “Sentir, Pensar, Actuar, camino del científico social”. Fals Borda y la construcción del sujeto de la transformación. Medellín, v. 11, n. 2, jul-dec, 2019.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie**. Paris: La Découverte, 1999.

LATOURE, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: EDUSC. 2002.

LEVI, Carolina. Projetar novos mundos de coexistência. In: **Habitar o antropoceno**. Rio de Janeiro: BDMG Cultural / Cosmópolis, 2022. Disponível em: <http://www.geografiaportatil.org/index.php/habi'tar-o-antropoceno/>

MAESTRI, Mario. **O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1984.

MARGULIS, Lynn. **Symbiotic Planet: A new look at evolution**. Weidenfeld & Nicholson. London, 1998.

MARQUES, Pâmela. M. **“NOU LED, NOU LA!” “ESTAMOS FEIOS, MAS ESTAMOS AQUI!” Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

MARQUES, Pâmela M.; MACHADO Dayana C. M. **Pobreza e desenvolvimento: imaginários coloniais e insurgências. teóricas desde o Sul**. v.9, n.1, jan-abril 2021, p.15-35.

QUADROS, Milena [et al]. **Entre margens e ancestralidades: o processo de construção coletiva do Curso Técnico de Agroecologia do Instituto Federal da Restinga**. Cadernos de Agroecologia, Anais do II SNEA, Vol.12, Nº1. Jul. 2017.

RAMOS, Gislaïne B. **A presença negra em Viamão: Escravidão e liberdade nas últimas décadas do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS/IFCH [Dissertação de mestrado], 2008.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

TSING, Anna. **Las setas del fin del mundo**. Barcelona: Capitán Swing Editorial, 2015.

ANEXOS

Imagem 1: Estudantes do curso de Formação de lideranças para a gestão de hortas comunitárias agroecológicas na RMPOA. (arquivo próprio)



Imagem 2: Terreno transformado pelo coletivo de mulheres formadas no curso FIC de Formação de lideranças para a gestão de hortas comunitárias. Terreno anexo à Escola Walter Jobim, Morro Aparecida, Santa Isabel, Viamão. (arquivo próprio)



Imagem 3: Diversidade vegetal em cultivos agroecológicos. (arquivo próprio)



Famílias operárias: trajetórias de vida de trabalhadores da cidade de Garibaldi (1930-1960)

Samanta Trivilin Comiotto¹

Quanta riqueza de aprendizado histórico temos na multidão? Quantas histórias de vida individuais podemos conhecer em um passado coletivo? Como compreender a complexidade dos processos, das vivências e das escolhas realizadas por um sujeito ou por um grupo e dimensionar as relações estabelecidas por eles no espaço e no tempo? A história de vida de uma pessoa não revela apenas o que era singular para si, mas complexifica a junção de aspectos formadores da trama de relações interpessoais que os envolveu.

Ao iniciar um estudo de trajetórias, em que os indivíduos são o objeto central da análise, algumas perguntas surgem como norteadoras da pesquisa e direcionam o olhar para a leitura das fontes. Isto porque ao investigar trajetórias e as histórias de vida, também faz-se a reconstrução e o resgate do contexto histórico que cerceia o cotidiano de experiências vivenciadas por eles. Demonstrando assim, a complexidade de relações e as tramas sociais que envolvem os percursos pessoais e familiares dos indivíduos no espaço e tempo vivido por eles.

Nosso objeto de pesquisa está centrado nos trabalhadores da cidade de Garibaldi², em especial, os que foram contratados pela

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Técnica-administrativa em educação do IFRS – Campus Bento Gonçalves. Endereço eletrônico: samanta.comiotto@bento.ifrs.edu.br.

² Cidade da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul que foi fundada como um núcleo colonial para recebimento de imigrantes europeus a partir da década de 1870, denominada Conde d’Eu. Após sua emancipação política, ocorrida no ano de 1900, passa a ser chamada de Garibaldi em homenagem ao líder da Revolta dos Farrapos, Giuseppe Garibaldi.

vinícola Armando Peterlongo³ durante as primeiras décadas do século XX. Este recorte temporal foi delimitado devido ao período de contratações de operários, iniciado no ano de 1929 e, também por ser o período de tempo em que a fábrica alcança seus maiores índices de crescimento econômico, o que por consequência gera a contratação de um montante maior de operários.

O primeiro contato que tivemos com as fontes que nos levaram ao mapeamento e identificação do grupo de trabalhadores da vinícola ocorreu durante o curso de mestrado⁴ em História. Nesta oportunidade, foi possível perceber que dos anos 1929 até os anos 1960 em torno de 465 trabalhadores foram admitidos na fábrica. Alguns de forma permanente e outros temporários, especialmente nos períodos de colheita da uva e de maior produção das bebidas derivadas da fruta, em especial o champagne⁵. Também foi neste momento que, durante a leitura das fontes disponíveis no acervo particular da vinícola, percebemos que, diversos destes trabalhadores tinham vínculos familiares com outros operários admitidos pela fábrica, sendo entre pais e filhos, tios e sobrinhos, primos e irmãos. Com base nestes dados, nos apropriamos do cruzamento de fontes e da redução da escala de análise, para compreender as motivações que levaram esses indivíduos a procurar emprego na vinícola, a se deslocarem para a

³ Fundada no ano de 1915 como cantina familiar por Manoel Peterlongo Filho. A vinícola passa a ser administrada por seu filho Armando a partir de 1924. Na década de 1930, as instalações da fábrica são ampliadas e a admissão de trabalhadores inicia. Além do espaço da fábrica, o proprietário também tinha áreas de terra com plantio de parreirais e realizava a contratação de trabalhadores para desempenhar atividades de colheita de uva. A vinícola se destaca não apenas na cidade de Garibaldi, mas também a nível nacional e internacional, alcançando o mercado de exportação, especialmente durante as décadas de 1940 e 1950.

⁴ Dissertação defendida em maio de 2009 no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos com o título “A família operária: o processo de industrialização e a inserção da família no espaço industrial em Bento Gonçalves e Garibaldi (1915-1966).

⁵ A vinícola de Armando Peterlongo conquistou o direito de utilizar o termo ‘champagne’ para designar a bebida produzida.

área urbana da cidade e para incluir outros familiares no mesmo espaço produtivo. Este processo resultou na caracterização das famílias dos trabalhadores, inicialmente camponesas e que, paulatinamente, se tornaram famílias operárias e a compreensão da rotina laboral que vivenciaram na vinícola até os anos 1960.

Por que algumas famílias adotam a estratégia do emprego na vinícola? Como eram suas vidas antes do ingresso na fábrica? Por que alguns indivíduos optam por ingressar sozinhos no trabalho e outros têm familiares também no espaço laboral? Estas dúvidas nos motivaram a prosseguir com os estudos e ampliar a pesquisa para outras fontes documentais que pudessem nos auxiliar a compreender as dinâmicas familiares destes trabalhadores. Sob esta perspectiva, desenvolvemos durante o curso de doutorado em História, a análise de fontes paroquiais, cartoriais, fotografias e documentos do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi que nos conduziram à reconstrução das trajetórias de vida de indivíduos de quatro famílias de trabalhadores. Um destes percursos apresentaremos ao leitor neste texto.

* * * * *

O acervo particular da vinícola Peterlongo guarda documentos administrativos, fotografias, máquinas e registros dos trabalhadores que por ali passaram. Em meio a tantos arquivos é possível que histórias e momentos importantes das vivências neste espaço possam se “perder” ou ficar “esquecidos”. As existências, experiências e percursos de vida de homens e mulheres que atuaram na vinícola revelam as particularidades do cotidiano no interior da fábrica e as dinâmicas que orientavam a contratação e a passagem por ela. Neste sentido, é importante olhar ao microscópio⁶, atento as subjetividades, as escolhas individuais e as

⁶ GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. Revista *Quaderni Storici*, v.12, n.35, 1977, p. 506-520. Tradução de Henrique Espada Lima.

vozes como maneira de captar contextos variados e problemáticas não possíveis de serem percebidas através de outra perspectiva.

Como escreve Giovanni Levi,

é o isolamento abaixo da lupa do pesquisador e do leitor de uma peça, que para funcionar será encaixada no contexto global, mas que é movida, de forma experimental, no vácuo. De outro lado, o estudo de situações ou pessoas no próprio contexto, ou seja, na complexa relação de escolhas livres e de vínculos que indivíduos e grupos realizam nos interstícios da pluralidade contraditória dos sistemas normativos que os governam. (Levi, 2016, p. 23-24).

Para Levi, “o estudo de situações ou pessoas no próprio contexto, ou seja, na complexa relação de escolhas livres e de vínculos que indivíduos e grupos realizam nos interstícios da pluralidade contraditória dos sistemas normativos que os governam” (Levi, 2016, p. 23-24). Pensar em um processo global como o da imigração italiana para o Brasil no século XIX, por exemplo, como o contexto que antecede a história das famílias operárias e, também deixa marcas na vida de cada indivíduo, se torna de grande relevância. Isto porque, se visto em uma perspectiva micro, possibilita que o protagonismo dos indivíduos seja contemplado, bem como a complexidade do cenário histórico vivido. Para ele, “o normal e o cotidiano tornam-se protagonistas da história e as situações singulares assumem a intensidade de pontos de vista pelas quais explicam os funcionamentos sociais globais” (Levi, 2016, p. 24). Para isto é a micro-história o fio condutor da análise a que nos propusemos desenvolver.

A trajetória de vida de um indivíduo é constituída por múltiplas relações, ações e experiências vivenciadas em distintos momentos e locais pelos quais ele passa. Não apenas o do trabalho, neste caso da vinícola, mas também os espaços de sociabilidade fora dela, como o bairro da cidade em que vive, a igreja que frequenta, o local de lazer, enfim, o indivíduo age e produz de múltiplas formas e em variadas situações no decorrer da vida. Os papéis sociais desempenhados por uma pessoa se mesclam e se

complementam o tempo todo: o operário da vinícola também exerce a função de pai, de líder comunitário, de representante sindical, entre outros, de acordo com o momento que está vivenciando, de seus interesses pessoais ou mesmo coletivos, dependendo da prioridade. Assim, reconstruir a trajetória familiar ou individual se torna um processo complexo, já que diversas são as peças, como que de um quebra-cabeças, a serem consideradas e ponderadas a partir dos documentos consultados, fazendo uso do cruzamento de diferentes fontes históricas. Mariela Ceva escreve em seu artigo sobre trajetórias familiares que,

essas vidas não só mostram a migração familiar, mas também outro caminho da trama. Não a tapeçaria final, um produto pronto, mas os fios e pontos que só podem ser apreciados se os virarmos de cabeça para baixo e olharmos cuidadosamente para eles. Provavelmente, não será o mais agradável e o melhor, mas será aquele que nos permitirá perceber a família, os amigos, a partida, a reunião e uma nova conformação de sociabilidade que explica, em parte a sociedade contraditória do século XX nas Américas. (Ceva, 2023, p. 347-348)

Diversos são os desafios que se apresentam ao pesquisador no estudo de e sobre trajetórias, pois grande é a dinamicidade da vida humana. Sobre esse desafio, o historiador Maurizio Gribaudi escreve, “como apresentar e, sobretudo, como descrever percursos que se cruzam num espaço que se modifica a cada movimento?” (Gribaudi, 2021, p. 160). No decorrer dos anos de vida de um indivíduo, suas inúmeras decisões e ações diárias podem acarretar mudanças em sua realidade pessoal e podem influenciar as vivências de outros indivíduos ou mesmo de um grupo, seja ele familiar, laboral, social, político ou religioso. Levando, dessa forma, a frequentes modificações - que podem ser breves, duradouras, temporárias ou permanentes -, em um exercício que representa a complexidade do cenário que permeia a vida humana como um todo. Neste sentido, Maurizio Gribaudi escreve,

a ideia é que, a cada momento, a realidade surge como algo totalmente determinado pelo conjunto de atos que a precede, mas também como algo totalmente aberto, fruto instável do cruzamento de inúmeras ações realizadas intempestivamente, por seres totalmente imersos em um presente, composto por olhares e práticas que os acompanham. (Gribaudo, 2021, p.160)

A atenção dada aos casos particulares, individuais e suas especificidades não deixa de lado os contextos maiores que os envolvem. As estruturas e sistemas que organizam e regulam a vida em sociedade são também, objeto de análise na perspectiva micro histórica. Porém, são as “relevâncias invisíveis”⁷, como afirma Levi, que são o objeto central de análise. Ou seja, a mudança na escala de observação, leva o pesquisador a perceber os atores sociais como protagonistas de seu tempo, identificando-os como agentes ativos da construção dos espaços e da própria sistematização das macro estruturas sociais. Como afirma Gribaudo,

tomando o indivíduo e o contexto como duas entidades separadas, perde-se a possibilidade de considerar a natureza do espaço social através dos usos concretos feitos pelos indivíduos que o compõem. O indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, um sendo parte do outro. (Gribaudo, 2021, p. 161-162)

Os espaços são o resultado do conjunto de ações realizadas por indivíduos e sua coletividade. As evoluções, as permanências, as mudanças e os desequilíbrios a que estão suscetíveis e são perceptíveis no decorrer do tempo, se constituem fruto das mesmas modificações pelas quais passam os indivíduos. Isto porque, os percursos de vida se misturam com a produção das espacialidades. Numa dinâmica que movimenta tanto a sociedade como as estruturas nele edificadas. Como aponta Maíra Vendrame,

[...] a compreensão de que o espaço resulta de uma construção contínua por meio de fatos, escolhas e comportamentos daqueles que o usam, surge, portanto, como uma ideia que pode ser apreendida se lermos as fontes de maneira

⁷ Levi, 2020, p. 21

especializada, buscando perceber as intenções, sentidos e prerrogativas que decisões e fatos assumem localmente. (Vendrame, 2023, p. 211)

E neste contexto se encaixam os percursos de vida dos indivíduos que passam pelos espaços e suas comunidades locais. Maurizio Gribaudi escreve que,

uma vida, a evolução de um ser orgânico ao longo do tempo que contribui para construir com o próprio movimento e as próprias relações, “os pisos e as paredes da história”, reduz-se a algo único, duro e compacto, colocado como pedra fundamental da sociedade. (Gribaudi, 2021, p. 161)

Neste trecho, em especial, nos sensibiliza o termo “os pisos e as paredes da história” usado por Maurizio para descrever a relevância dos indivíduos no processo de construção histórica. Uma sociedade, uma comunidade ou mesmo um grupo familiar são a união dos ideais pessoais, dos sonhos e das ambições que juntas, caracterizam o coletivo. A demonstração do quanto é necessário deslocarmos nosso olhar de pesquisador para os sujeitos históricos. Colocarmos sob a lupa, sob o microscópio e reconhecermos o quanto a vivência de cada um, em seu tempo e espacialidade, contribui para o macro da experiência em sociedade. Quais são as trajetórias de vida dos trabalhadores da vinícola? Como são suas vivências no espaço laboral e fora dele? Suas decisões pessoais impactam outras pessoas? Como reconhecê-las em meio a tantas outras vidas que compuseram o grupo de operários?

Por meio da análise da vida de um sujeito, é possível compreendermos as dinâmicas e relações que tecem a vivência em sociedade. Como os poderes instituídos, sejam de ordem política, econômica, religiosa ou até mesmo familiar, as normas e regras delegadas aos grupos sociais, os acordos e desacordos resultantes da convivência coletiva e as mudanças que decorrem dos processos de evolução característicos das experiências sociais. Neste sentido, Maurizio escreve,

[...] Se nos concentramos sobre a vida de um operário de fábrica, podem-se observar os traços do impacto da totalidade da sociedade na qual viveu, e somos obrigados a reconstruir também as representações e as ideologias dos grupos dirigentes, dos intelectuais do momento e assim por diante. [...] (Vendrame; Gribaudi, 2020, p. 356)

Ainda sobre a importância da busca por compreender o cenário histórico que contextualiza a vida dos indivíduos, Fredrik Barth propõe,

se as pessoas, em virtude da sua posição social, refletem ideias e conhecimentos diferentes e, portanto, constroem a sua realidade dando-lhe significado, por meio destas ideias e estes conhecimentos, então, o contexto significativo para todas as suas ações será eternamente contingente [...]. Os contextos e as conexões devem ser cruciais para a nossa compreensão das intenções e do significado das ações. (Barth, 1993, p. 171)

Como se produz e define um contexto? Em que medida a sua produção pode ser influenciada pelos sujeitos? Ele é dinâmico ou estático? Bem, esse trecho de Fredrik Barth nos convida a pensar, de forma mais aprofundada, sobre a noção do contexto. Apresentando algumas formas de compreendê-lo e interpretá-lo. Centradas, ao que nos parece, no indivíduo que nele vive. Estas ideias oportunizam entender o contexto como um espaço permeado por elementos que continuamente se conectam e se modificam. E, também, a percepção que se faz dele pode variar de acordo com a perspectiva e o próprio conhecimento que cada sujeito ou cada grupo possui sobre ele. Isto porque, cada indivíduo passa por experiências únicas, estabelece vínculos diferentes e tipifica distintos princípios e valores sociais e culturais que norteiam suas práticas e sua própria vivência cotidiana. Creditando distintos significados para as ações e para as experiências que pratica durante o tempo que permanece em determinado espaço, seja da comunidade, do bairro ou da cidade em que vive. Dessa forma, o cenário que cerca os indivíduos se figura como o resultado do conjunto das práticas sociais nele protagonizadas.

Diante dessas problematizações historiográficas, nos voltamos para nossos personagens históricos e nos perguntamos: Quanta riqueza imaterial há nas trajetórias de vida dos operários da Peterlongo? Qual a sua herança imaterial? Como suas escolhas e estratégias de sobrevivência influenciaram seus percursos de vida, a formação e a modificação dos espaços pelos quais passaram? Segundo a historiadora Renata Ago, “a micro-história sugere colocar-se no nível individual e recolher o maior número possível de informações acerca da sua vida, das suas relações, etc., possibilitando inserir cada ação em seu exato contexto e lê-lo com maior proximidade à realidade”. (Ago, 2020, p. 148).

Guiada pela historiografia da micro-história é que analisamos as trajetórias de vida dos operários da vinícola Peterlongo. Buscando mostrar as dinâmicas que envolvem sua vida pessoal interligada a sua família e ao espaço da fábrica. Vendo o cenário da vinícola como ponto de partida para os conhecermos, mas não o único. Buscamos estender a percepção de suas atuações em diferentes momentos e espaços da cidade de Garibaldi a fim de, perceber seu protagonismo social e as relações interpessoais de sociabilidade entrelaçadas no decorrer de suas vivências cotidianas.

A trajetória de vida da ex-operária I.E⁸ e sua família

Esta senhora, quando entrevistada, tinha 84 anos de idade. Nos conhecemos em uma tarde nublada e fria, em sua casa, na cidade de Garibaldi, na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Com uma fala mansa e um olhar nostálgico cheio de entusiasmo pelas memórias do passado, fui recebida para nossa conversa. Foram horas muito agradáveis, de trocas recíprocas de

⁸ Realizei uma entrevista com a ex-operária I.E durante o curso de mestrado. A conversa é uma das principais fontes de pesquisa, pois a entrevistada revelou detalhes das atividades laborais da fábrica, o convívio com outros trabalhadores e dados sobre a trajetória de vida.

afeto e partilha de muitos momentos representativos que marcaram a vida dela e de sua família. Uma volta a um passado não muito distante, que pode ser reconstruído, em um exercício de encaixe de peças significativas, no cenário que cerceou o cotidiano do seu fazer social. Contexto este, em que ela e sua família, foram protagonistas em seu tempo.

Naquela tarde, por algumas horas, ela pode rememorar o seu passado, contando histórias das quais tinha participado e momentos importantes que marcaram sua vida no trabalho e fora dele. Por diversas vezes, seu olhar vagou distante, demonstrando que fazia um exercício de reviver este passado que estava trazendo para compartilhar comigo. Entre um assunto e outro, seu semblante trazia as diversas emoções pelas quais o passado que estava sendo contado fazia ela recordar. Sorrisos, olhos marejados pela emoção ao falar de algumas pessoas e de seus familiares, tristeza e até um certo tom de julgamento, foram expressões que sua memória a fez transparecer.

Dona I.E⁹, nos encantou. Não apenas pela receptividade carinhosa, mesmo sendo desconhecidas uma para a outra antes da entrevista, mas também porque sua forma de contar o que viveu, nos permitiu rememorar suas lembranças. Conversamos sobre sua origem familiar, sobre como o trabalho na vinícola Peterlongo chegou para ela, quais foram suas motivações e porque passou toda a sua vida laboral na referida empresa, como se tornou próxima da família Peterlongo e como foi sua saída, após tanto tempo de dedicação a uma mesma atividade. Ela identificou-se nas fotografias da vinícola, reconheceu seus colegas de trabalho e familiares, descrevendo com detalhes a rotina de atividades, as tarefas produtivas, as máquinas utilizadas e até as “fofocas” que circulavam entre os operários e as operárias. Toda essa experiência de recordar, de voltar ao seu passado e de verbalizá-lo com outra

⁹ Como estratégia de conduta ética, optamos por utilizar apenas as letras iniciais dos nomes das pessoas e das famílias citadas no texto.

peessoa, em um jogo de lembranças e esquecimentos, nos remete ao que Pierre Nora escreveu sobre a memória,

[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (Nora, 1993, p. 9).

Com base nisso, tomamos como pressuposto que os relatos orais são imbuídos de intencionalidade. Seja emocional, sentimental, do que se quer recordar, do que se quer esquecer e até mesmo do que se quer compartilhar destas lembranças. A partir disso, nos munimos deste tipo de fonte porque ela traz particularidades, detalhes que muitas vezes, o documento escrito não nos fornece. Conhecer as histórias cotidianas, os sucessos e os insucessos experienciados por alguém em seu passado, possibilita ao historiador, em seu exercício investigativo, cruzar informações entre diferentes fontes para que a reconstrução dos acontecimentos do passado aconteça da forma mais precisa possível. Este é o nosso objetivo ao tomar o relato da dona I.E como nossa fonte histórica. Sua fala evidenciou informações que os documentos administrativos não mostraram. E, para nós, que queremos compreender as ações que caracterizam trajetórias de vida, o uso de fontes diversas se torna de grande relevância.

Mas como conhecemos a dona I.E?

A fonte histórica foi nosso elo de contato. É um livro de registro de operários da Vinícola Armando Peterlongo, encontrado no acervo particular da empresa. Nele constam os primeiros cadastros de trabalhadores da vinícola, datados de 1929. O acesso às informações administrativas descritas no documento, nos encaminharam para a compreensão da existência de um entrelaçamento entre as trajetórias de vida dos operários registrados. O que nos levou a dona I. E e a outros trabalhadores que percebemos ter percursos de vida semelhantes.

Fizemos o contato com cada um deles. Mas por receio de conversar com uma pesquisadora que não conheciam e falar sobre suas vidas e o trabalho na fábrica, não aceitaram nosso convite. Atualmente, Garibaldi é uma cidade pequena, com pouco mais de 35 mil habitantes, onde muitos dos ex-operários da vinícola ainda estão vivos e familiares próximos ainda vivem no lugar. Ao aceitarem ser entrevistados, mesmo que, para um estudo acadêmico, se sentem desconfortáveis com as consequências que suas falas podem acarretar. Assim, conseguimos conversar com a dona I.E, apenas. Mas, foi uma conversa riquíssima, repleta de informações importantes.

I.E nasceu na cidade de Garibaldi, em 1925. Sua avó paterna era uma das imigrantes italianas que chegaram à região no início do século XX. Nascida numa família de agricultores, tinha seis irmãos. Aos dezessete anos, foi admitida como operária na vinícola Armando Peterlongo, juntamente com sua irmã gêmea H. E. Antes da contratação das irmãs, seu pai já estava empregado, desde 1932, na função de zelador dos vinhedos. E ele foi o elo que as trouxe para o interior da fábrica, assim como todos os seus irmãos também.

* * * * *

O percurso de sua família encontra o da família Peterlongo a partir da trajetória de vida de seu pai, R.O.E. Nascido em 8 de setembro de 1896 na cidade de Garibaldi, é filho de uma imigrante italiana, A.S. - que chega com sua família no final do século XIX na região - com um rapaz nascido em Garibaldi, J.E. Casou-se com F.S. em 22 de junho de 1921 e juntos tiveram sete filhos. Cinco deles, três filhas e dois meninos se tornaram operários da vinícola. Eles foram batizados com os nomes de O.E, a primogênita, depois nasceram as filhas gêmeas I.E e H.E. e os filhos V.E e A.E. Assim como o pai, todos os filhos também foram contratados pela vinícola Peterlongo.

R.O.E é um dos primeiros operários contratados por Armando Peterlongo em 03 de janeiro de 1932 na função de zelador dos vinhedos. Quando ingressa na vinícola, tem a idade de 49 anos. Antes de sua contratação, exercia a profissão de taxista. Sua esposa permaneceu exercendo as atividades domésticas enquanto seus filhos têm a permissão do pai para iniciar seu trabalho na vinícola. São contratados por Armando ainda jovens.

Ao que nos indicam as fontes consultadas na fábrica, o patriarca da família R.O.E permaneceu trabalhando na vinícola até sua aposentadoria. Ao longo dos anos em que esteve vinculado à vinícola de Armando Peterlongo, R.O.E exerceu funções de liderança dentro e fora da fábrica, especialmente, com as atividades que envolvem os parreirais particulares da vinícola.

Ao sair da empresa em 1952, as fontes mostram que R.O.E passou a trabalhar em casa. Isto porque no mês de maio de 1952¹⁰ é protocolado o projeto para construção de uma oficina em sua propriedade. Pelo projeto, é uma edificação simples, de madeira e que comportaria a execução de trabalhos de pequena complexidade.

O patriarca da família R.O.E faleceu em 10 de janeiro de 1980, com a idade de 83 anos.

A primeira filha a ingressar no trabalho foi a primogênita do casal, O.E. Nascida em 27 de dezembro de 1921, é registrada na fábrica em 08 de março de 1939 na função de “operário-servente” com remuneração de “565 réis a hora”. Na época, com a idade de 18 anos. De acordo com o livro de registros, O.E deixou a vinícola em 30 de abril de 1942. Sua irmã conta que a saída foi motivada pelo casamento que ocorreu dia 20 de maio de 1942 com o jovem J.M., na época com a idade de 23 anos.

A segunda filha a se tornar operária foi I.E. Como ela mesma relata na conversa que tivemos, sua entrada foi para ocupar a vaga da irmã mais velha que saiu depois de seu casamento. I.E tem uma

¹⁰ O projeto arquitetônico está no acervo documental do Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

irmã gêmea, chamada H.E. A contratação das duas tem alguns meses de diferença, apenas. As irmãs nasceram em 30 de julho de 1925, na cidade de Garibaldi. O registro de contratação de I.E data de 01 de julho de 1942 e sua irmã, H.E. ingressou em 01 de novembro de 1942. As duas são contratadas com 17 anos de idade.

Mesmo que a trajetória das duas irmãs seja semelhante dentro da vinícola, ao menos nos primeiros anos de trabalho, na vida pessoal ela se distancia e diferencia em certos aspectos. O primeiro deles se refere ao tempo de permanência nas funções laborais da fábrica. Enquanto I.E ingressa na juventude e continua trabalhando na vinícola até a sua aposentadoria, sua irmã H.E fica apenas por alguns anos.

Com relação ao tempo de permanência no trabalho fabril, os registros trabalhistas de H.E se encerram no ano de 1947. Apesar de não constar a informação de sua demissão ou saída espontânea, as fontes nos indicam, como mencionado anteriormente, que a motivação para o encerramento de suas atividades na vinícola foi o matrimônio. Outro dado interessante em seu percurso de trabalho, é a ocorrência de um acidente de trabalho em 1946. De acordo com as anotações documentais, H.E teria se machucado com caco de vidro.

Infelizmente, não localizei os dados sobre o casamento, número de filhos e o óbito de H.E. nos livros paroquiais da cidade de Garibaldi. O que deixa uma lacuna na compreensão de parte de sua trajetória, pelo menos relacionada a sua vida fora das paredes da fábrica. Casou-se em outra cidade? Teria mudado de cidade para o casamento? Gerou filhos ou não? Quantos? Que atividades desempenhou depois de sair da vinícola? Dúvidas que ficam sem resposta, pelo menos até esse momento de pesquisa.

Por sua vez, nossa entrevistada mantém seu vínculo empregatício com a vinícola até meados da década de 1970, momento que obtém a aposentadoria. No decorrer dos anos, sua dedicação ao trabalho fez com que ela mudasse suas funções na fábrica e assumisse cargos de liderança. Apesar de não termos

obtido esse registro de mudança de funções, a ex-operária nos relatou seu cotidiano na fábrica ao longo dos anos.

O segundo aspecto que diferencia a trajetória de vida das irmãs gêmeas I.E e H.E é o matrimônio. A decisão ou escolha por casar-se mudou o percurso de vida destas jovens. Isto porque, enquanto para O. e H. a união conjugal influenciou suas vidas profissionais e as fez saírem da fábrica para dedicarem-se exclusivamente às atividades domésticas, I. não se casou e permaneceu trabalhando na vinícola. Teria sido mesmo uma escolha? Sua ambição individual era de fato abrir mão de sua carreira profissional para a dedicação aos afazeres domésticos? Ou seria apenas para cumprir com padrões sociais? Questões difíceis de serem respondidas a partir de dados empresariais apenas. Na fala da nossa entrevistada, o tema foi tratado de forma corriqueira, sem nenhuma problematização sobre isso. Mas, o que de fato guardaria em suas memórias? Qual o peso de ser a única das irmãs que permaneceu solteira? Dedicar-se à vida profissional foi mesmo sua primeira opção de vida? Ou a ausência do matrimônio a direcionou para essa prática? Respostas que a ex-operária guardou para si e na sua fala optou por não comunicar.

Cabe pensar sobre essa questão da mulher solteira e o peso que representa não se unir em matrimônio na primeira década do século XX. Especialmente as diferenças de significado para homens e mulheres. Já que, os padrões sociais da época compreendiam a condição de solteirice para os homens com mais de 20 anos, mas para as jovens moças o julgamento popular tinha outra conotação. Como escreve Ipojucan Campos,

então, a este respeito, se por um lado as bodas eram interpretadas pela sociedade ou por parte dela como código de disciplina às mulheres, por outro, via-se no solteirismo [das mulheres] o mal a ser combatido e higienizado. O solteirismo e a reprodução dos seus sentidos jamais foram tratados somente como problemas da mulher e do homem diretamente envolvidos, mas igualmente como inconveniências à sociedade. Deve-se dizer que eles [os homens] nunca eram vistos como solteirões aos 20 anos e até mesmo arriscavam-se a propagandear as vantagens do estado de

celibatário, como tão bem é anunciado em uma das epígrafes. Todavia, às mulheres chegar à segunda década de vida sem a companhia de um esposo ou pretendente soava como enfrentamento ao que era dito ser a própria natureza feminina: casamento-esposo-filhos-casa. (Campos, 2014, p. 34-35)

Arelado às mulheres estava sua condição primeira de casar-se para gerar filhos. O matrimônio poderia representar a continuidade da família e o cumprimento de seu dever social neste período. Deixar de seguir a prerrogativa do casamento e permanecer solteira, vivendo na casa dos pais poderia gerar julgamentos e um peso social a ser carregado pelas jovens moças. O que teria sentido a ex-operária I.E?

Possivelmente, o tempo de permanência no trabalho e a forma de execução das atividades tenham possibilitado a ela experienciar este diferentes setores e níveis hierárquicos na vinícola. Também neste tempo, se aproximou da família Peterlongo e manteve relações pessoais com as filhas do patrão. O que possibilitou a ela conviver com mais intimidade com a família empresária. Na adolescência, relata que brincava com as filhas de Armando nos finais de semana e que posteriormente, após o casamento delas, era chamada por elas para tomar conta de seus filhos.

Na sequência de nossa conversa, a ex-operária comenta sobre as mudanças que ocorreram na sua trajetória de vida após a aposentadoria na vinícola. Quais foram suas escolhas pessoais, os novos aprendizados e o convívio com os pais e familiares. Nesse momento, ela conta que foi por sua decisão que o convívio próximo com os familiares do ex-patrão chegou ao fim. Mesmo que, sua trajetória tenha sido constantemente influenciada pelas redes interpessoais que estabelece com este núcleo familiar.

Depois disso, em virtude de sua aposentadoria ter sido ainda jovem, com a idade de 49 anos, ela decide aprender uma nova profissão e mudar de cidade. Passando de ex-operária para empreendedora. Alcançando a condição de proprietária de um salão de beleza. Teria sido essa uma estratégia para, de fato, encerrar o ciclo de suas relações com a vinícola? Ou a concretização

de um sonho que guardou durante muitos anos de sua vida até conseguir conquistá-lo de fato? O trabalho na fábrica teria sido um caminho para que pudesse ter o dinheiro necessário para a concretização do seu negócio? Mais uma vez, as fontes não revelaram essas respostas.

Mas, a nova profissão não foi por muito tempo desempenhada. I.E conta que o falecimento de sua mãe e depois do pai foram fatores importantes para que ela não continuasse com o negócio próprio. Optando por seguir com seus familiares para residir na cidade de Chapecó, em Santa Catarina. Da mesma forma como ela não nos conta os motivos que a levaram a vender o que tinha e mudar de residência, ela também não comenta o porquê da sua volta para Garibaldi.

Os dois irmãos mais novos de I.E também passaram pelo espaço da vinícola Peterlongo como operários.

V.E nasceu no dia 08 de junho de 1936, na cidade de Garibaldi. De acordo com os registros da vinícola, foi contratado em 23 de novembro de 1953 para exercer a função de “operário-servente”¹¹. Na época da contratação, tinha 17 anos de idade. V.E tem sua trajetória na fábrica muito semelhante à das irmãs O. e H. Ocupa a mesma jornada laboral e permanece por alguns anos apenas trabalhando ali. Sua dispensa é datada de 28 de junho de 1956. Não constam informações sobre os motivos de sua saída. Também ingressa no trabalho com a mesma idade das irmãs mais velhas. I.E conta que o irmão mora em Santa Catarina com sua família.

O último dos irmãos a ser empregado na vinícola foi A.E. Ele nasceu em 07 de setembro de 1944, também na cidade de Garibaldi. Ingressou na Peterlongo em 22 de agosto de 1962, na mesma função dos demais irmãos. Não há informações sobre a data ou motivo de sua saída da vinícola. I.E conta que seu irmão já é falecido. E ela mora no primeiro andar da casa das sobrinhas.

¹¹ Informação da função exercida pelo trabalhador no livro de registros de contratação dos operários da vinícola.

Além destes integrantes da família que mencionamos, também foram operários na Peterlongo o tio V.S e duas primas, filhas de outros tios de I.E. A trajetória dessa senhora mostra a importância que a fábrica teve em sua vida. Além do fator econômico, o trabalho influenciou sua rede de sociabilidade e a aproximou da família empresária. Moldando suas relações no decorrer dos anos em que manteve o vínculo empregatício e indicando como o contexto que cerca a vida de cada indivíduo pode infundir as decisões e estratégias adotadas em seu percurso.

Referências:

AGO, Renata. A herança móvel. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 143- 160.

BARTH, Fredrik. *Balinese Worlds*. Chicago-London: The University of Chicago Press, 1993.

CAMPOS, Ipojucan Dias. Solteirismo e tempo matrimonial, Belém (1916-1925). **Revista Cordis**. Mulheres na história, v. 2, São Paulo, n. 13, p. 33-48, jul./dez. 2014.

CEVA, Mariela. Trajetórias de trabalhadores italianos: redes sociais familiares em contextos transnacionais (1895-1960). In: VENDRAME, Máira I; KARSBURG, Alexandre (Org). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023, p. 347-374.

CEVA, Mariela. Inmigración y familia. Una mirada desde las redes de inmigrantes italianos en la Argentina. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). **Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 269- 291.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. **Revista Quaderni Storici**, v.12, n.35, 1977, p. 506-520. Tradução de Henrique Espada Lima.

GRIBAUDI, Maurizio. Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira; VENDRAME, Maíra Ines. **Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana**. Rio de Janeiro: FGV, 2021, p. 160-197.

GRIBAUDI, Maurizio. Forma, tensão e movimento: A plasticidade da história. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 49 - 68.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). **Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 18-31.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020, p. 19 a 34.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, 10, p. 7-28, dez. 1993.

VENDRAME, Maíra I. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre (Org). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023.

VENDRAME, Maíra I. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre (Org). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023, p. 187-222.

VENDRAME, Maíra I. Entrevista com Maurizio Gribaudi. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra&Voz, 2020, p. 351-362.

VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra&Voz, 2020.

VENDRAME, Maíra I; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). **Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016.

VENDRAME, Maíra I. O “paraíso terrestre”: alimentação como propaganda e construção da identidade italiana no sul do Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, vol.10, nº 20, Julho - Dezembro de 2018.

O Historiador Local e a escrita da história da imigração a partir da obra de Armindo Lauffer

Sandra Donner¹

A história da imigração no Rio Grande do Sul tem sido escrita por muitas mãos. Nos bancos universitários, sobretudo nos Trabalhos de Conclusão de Curso, em obras monográficas, nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, nos trabalhos dos professores e professoras em suas Linhas de Pesquisa nos PPGs (cada vez mais escassos), mas, também, massivamente, pelas mãos dos historiadores amadores, memorialistas, cronistas. O artigo apresentado aqui, e comunicado no Seminário Internacional "História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil" e XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização, é parte de uma dissertação de mestrado, com o título: "Um museu local e seu historiador: memória e história no Museu Armindo Lauffer de Três Coroas, RS", defendida no PPG-Muspa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2022 sob orientação da professora doutora Leticia Julião. Nesta pesquisa, foi analisada a empreitada de construção de um museu de história municipal por Armindo Lauffer, um historiador amador da cidade de Três Coroas. O museu, que consagrou o trabalho "escrita" da História, é uma parte de sua pesquisa. Ao lado desta instituição foram encontrados centenas de páginas manuscritas e datilografadas, pacientemente copiadas e encadernadas por outro

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996), Mestra em Teologia e História pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação e em Museologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa de Teoria da História e Historiografia. Técnica em Assuntos Educacionais no IFRS-Campus Canoas. Endereço eletrônico: sandra.donner@canoas.ifrs.edu.br

historiador local, Erni Guilherme Engelmann. É sobre este trabalho laborioso, o de coletor de histórias orais, pesquisador de arquivos, que queremos tratar neste pequeno artigo.

Armindo Lauffer nasceu em um distrito de Taquara, que agora pertence ao município de Três Coroas no ano de 1915. Morador da pequena localidade de Sander, não teve acesso aos altos estudos. Em sua autobiografia ele explica que frequentou a escola local, junto à paróquia luterana, nos cinco primeiros anos, tendo concluído com adiantamento, fez um curso para ser “guarda livros”, em um curso de contabilidade e posteriormente seguiu aulas de desenho e pintura, também não concluídas por questões alheias a ele e, por fim, indicou ter cursado alemão no Instituto Cultural Brasileiro Alemão (Lauffer, 2003). Quando jovem, trabalhou no comércio e, posteriormente, mudou-se para Porto Alegre onde atuou como desenhista em uma empresa, entre outros empreendimentos pessoais. Suas atividades profissionais variaram, o que parecia perene era seu interesse pelo passado, demonstrado no seu ímpeto o foco de colecionamento.

Flanando pelos sebos da Rua da Praia ele iniciou sua biblioteca, adquirindo livros, periódicos e revistas e sempre procurando exemplares raros. Em sua autobiografia, Lauffer indica que desde a escola dava preferência aos assuntos de História e Geografia. O seu primeiro livro adquirido, no que viraria sua coleção, teria sido “um belo álbum do Brasil no ano de 1913, e que pertenceu ao historiador Gastão Haslocher Mazon, e que custou 100\$000 (cem mil réis), quase um terço de meu ordenado mensal” (Lauffer, 2006, p.6). Quando escreveu esse texto, ele indicava possuir cerca de 2500 volumes de livros, além de periódicos, jornais e revistas.

As duas autoras, que o biografaram em um artigo no livro “Nossas Raízes II- Três Coroas”, Duarte e Deecken, explicam sua veia colecionista:

Autodidata, Armindo Lauffer se dedicou durante anos, a recolher o acervo para o seu sonhado museu e a pesquisar sobre a história do vale do Rio

Santa Maria na região taquarente, zona onde Tristão Monteiro fundou em 1846, a Colônia Mundo Novo. (Deecken e Duarte, 2008, p. 344).

A partir dessa chave, a memória e história de sua região de nascimento, Lauffer percorria o interior da antiga colônia buscando acervo para o seu museu. Além dos objetos, recolhia memórias e, segundo o artigo, escreveu a história da região pulverizada em anotações que estão no museu e na colaboração com outros historiadores da região. Era reconhecido como historiador local. E, por isso, foi convidado pela prefeitura para fazer o projeto da bandeira e do brasão municipal de Três Coroas. Segundo as biografias o trabalho no campo da história estava relacionado às seguintes temáticas:

Como se não bastasse, o historiador realizou ainda o estudo genealógico de várias famílias da região. Escreveu a história da paróquia Evangélica de Três Coroas, em homenagem ao seu cinquentenário, sendo essa sua única obra publicada. Realizou um estudo biográfico dos vultos históricos do Vale, o que permitiu a substituição da nomenclatura das ruas de Três Coroas por nomes ligados à sua história. Escreveu também o histórico da “Casa de Pedra”, que ajudou a evitar a demolição daquele patrimônio histórico. (Deecken e Duarte, 2008, p. 345)

O papel destes historiadores autodidatas, ou amadores, ou locais, como preferimos utilizar neste estudo, reside no reconhecimento da sociedade em que estão inseridos e também dos demais intelectuais de seu círculo. Estes autores tornam-se importantes figuras na região, eles situam-se em um espaço vago e não ocupado pelos acadêmicos, encarregando-se da coleta de memórias e histórias locais. Lauffer indica, em diversas passagens de seus escritos, que se dedica ao estudo da história de sua terra pela falta de outros historiadores “mais competentes” a terem tomado como objeto.

Para compreendermos o papel de Lauffer dentro do município de Três Coroas, utilizaremos o conceito de “intelectual mediador” desenvolvido por Gomes (1993) em seus estudos sobre elite intelectual. Nele a autora apresenta esses personagens, não como

meros reprodutores da alta cultura ou tradutores para o grande público, mas como criadores e ativos. O conceito em si, intelectual mediador, indica um sujeito agente, que atua em conexão com outros atores sociais, e promove ações culturais e políticas.

Gomes e Hansen (2016), na coletânea de artigos em que apresentam o trabalho de intelectuais mediadores nos mais diversos campos, apontam dois processos culturais nos quais essas pessoas se encontram envolvidas. Uma das esferas diz respeito à atuação com a criação e a produção de bens culturais, que se dá na “alta cultura”, mas também pode estar integrada aos movimentos de vanguarda. A segunda esfera envolve os processos de recepção e acesso dos bens culturais, quando os intelectuais atuam como tradutores, divulgadores e mediadores. Em ambos os casos, os intelectuais mediadores mobilizam um público, mas também podem criar o público através de sua atuação (Gomes, 2016).

Sendo assim, a atuação destes mediadores se dá em rede, tecendo conexões, cavando espaços e estabelecendo parcerias através das sociabilidades. Gomes detalha esse processo da seguinte forma:

Trabalhar com o meio intelectual é procurar mapear um espaço que a noção de sociabilidade reveste de um duplo sentido. O primeiro, contido na ideia de rede, remete às estruturas organizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que têm como ponto nodal o fato de se constituírem nos *loci* de aprendizagem e trocas intelectuais. Salões, cafés, casas editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais são lugares preciosos para a análise do movimento de fermentação e circulação de ideias. Como se formam e sobre que elementos se estruturam são questões que, quando respondidas, muito podem esclarecer a respeito da vitalidade de um conjunto de ideias e de sua transformação em ideias hegemônicas no meio intelectual mais amplo e até na sociedade. A postulação de Agulhon de que a sociabilidade moderna é política em seu senso amplo, fica potencializada para o exame do meio intelectual e das relações entre ideias e ideologias políticas. (Gomes, 1996, p.65)

A ação cultural é sempre uma ação política, no sentido amplo dado acima, por isso, na segunda acepção da noção, Gomes também apresenta esses contatos entre intelectuais como presentes em “microclimas”, com aproximações e afinidades, mas também com disputas. O historiador local, o personagem Armindo Lauffer agiram como um intelectual mediador na medida que mobilizou a cena cultural de sua cidade, Três Coroas, conectando pessoas e se engajando em um discurso de memória e história local. Sua atuação, ainda que focada no passado de Santa Maria do Mundo Novo - Três Coroas, se dava também em rede com outros pensadores. Em diversos documentos há menção de contato entre Lauffer e os intelectuais da região. Em um texto sobre “Personalidades de Santa do Mundo Novo”, no jornal RS 115, de 19 de maio de 2000, há a indicação de que ele era próximo do Padre Rambo, de São Leopoldo, com quem trocava informações sobre a flora e a geografia da região, mas também Adelmo Trott, fundador do Museu Histórico de Taquara, com quem Lauffer compartilhava informações sobre documentos. A rede de contatos fica exposta no final do artigo, quando, mencionando as cerimônias de sepultamento, há a seguinte descrição: “O féretro saiu de Porto Alegre na manhã seguinte, passando por São Leopoldo, onde se incorporaram ao cortejo, amigos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e daí seguiram para Três Coroas, onde grande multidão os aguardava.” (RS115, 19 de maio de 2020, p.9). Ao final da solenidade, outro historiador, Leandro Teles realizou o discurso final, com um apanhado sobre a atuação de Lauffer.

Por fim, uma das vertentes de mediação cultural explorada por Gomes e Hansen, diz respeito à mobilização do passado. Neste caso, pessoas que se colocam como “guardiões da memória” da família ou da comunidade produzem relatos e documentos, sistematizam essa memória familiar ou regional:

Isso pode ocorrer igualmente em grupos sociais de várias naturezas, nos quais indivíduos se dedicam a “coleccionar” objetos e a produzir relatos memoriais, escritos ou registrados em outro suporte, com alguma circulação

entre o grupo, além de certa permanência no tempo. Outros mediadores culturais podem ser identificados nos leitores, contadores de histórias, guias de instituições, pais e outros agentes educadores encarregados da socialização de crianças e jovens em diversas situações. Tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual. (Gomes e Hansen, 2016, p. 9)

Se por um lado as publicações de Lauffer são pouquíssimas, por outro encontramos uma profusão de documentos e escritos avulsos. Textos que não vieram a público, mas que era sabido, entre a comunidade e os intelectuais da região, que existiam. Acreditamos que ele percebia a importância de publicizar suas pesquisas. Na autobiografia, de punho, há o seguinte trecho, referindo-se ao seu trabalho de escrita da História:

Até o momento não tenho nenhum trabalho publicado a não sendo (sic) um livreto sobre a história da Paróquia Evangélica de Três Coroas no seu Cinquentenário.

Estão para sair no 6º volume da coleção “Subsídios genealógicos das Famílias de Origem Germânica” alguns trabalhos genealógicos, assunto ao qual me dedico há vários anos.

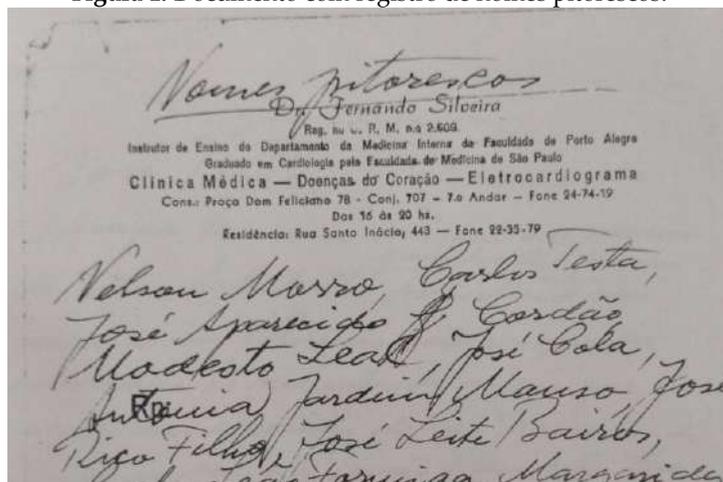
Tenho alguns pequenos e modestos trabalhos, escritos mas não publicados como biografias de vultos históricos do vale, um estudo histórico e biográfico que institui a nomenclatura das ruas da cidade de Três Coroas; um estudo completo do plano diretor em execução em Três Coroas; um relatório sobre a preservação das Florestas Naturais e da natureza em geral, sínteses históricas dos municípios de Três Coroas, Igrejinha; Histórico da Casa de Pedra! e que ajudou evitar a sua demolição no ano passado, como deve estar do conhecimento de muitos, e o modesto trabalho sobre a contribuição dos nobres germânicos no progresso brasileiro apresentado no simpósio histórico no ano passado; estudo, projeto e desenho do Brasão de Armas de Três Coroas; projeto e desenho da Bandeira Municipal de Três Coroas, e que foram ambas instituídas oficialmente como símbolos do município; o projeto da Bandeira da Escola dos Excepcionais de Três Coroas, adotada por esta escola. (Lauffer, 2006, v. 6, p. 10-11)

Na listagem acima, fica bastante claro o quanto esse historiador local se dedicava a recolher e escrever sobre o passado da região. Na coleção, *Memórias de Armino Lauffer*, que apensou os

manuscritos dele, apenas com o tema genealogia há quatro volumes com cerca de 150 páginas cada um, que listam nomes de famílias de imigrantes, seus filhos, netos e bisnetos, bem como situam estas pessoas no espaço original da cidade (distrito ou linha²). É um meticoloso trabalho de rastreio e identificação, sem indicação de fontes, ou de referências de pesquisa.

Ao lado das listas genealógicas há espaço também para curiosidades sobre as famílias, e o ímpeto de registro o compelia a utilizar o material que estivesse à disposição, como na imagem abaixo, em que utiliza um receituário médico para fazer suas anotações:

Figura 1: Documento com registro de nomes pitorescos.



Fonte: LAUFFER, 2006, v. 6, p. 18.

Se podemos dizer que seus trabalhos se ocupavam do genealógico, do pitoresco e dos causos, que poderiam estar no campo da crônica cotidiana, também ele, como indicado acima, foi encarregado pela prefeitura de estabelecer os símbolos municipais. Sabemos que, em um município nascente e, talvez, em povoados

² Linhas são estradas onde eram distribuídos os terrenos nos loteamentos vendidos aos imigrantes.

menores, ser encarregado desta empreitada é fruto de agência e prestígio político, denota autoridade e leva o nome do idealizador à frente. Lauffer foi encarregado desta tarefa. Todos os entrevistados mencionaram este feito, o ex-prefeito (Alexandre Behs), as ex-diretoras do Museu (Maria Mercedes de Quadros Foscarini e Elaine Aparecida Duarte), a colega historiadora local (Clarise Moeller), e também a neta (Luana Lauffer). Ao elaborar o Brasão e a Bandeira, ele estava marcando e justificando as escolhas através de uma escrita “simbólica” da história de forma perene, já que uma vez instituídos, os símbolos municipais dificilmente seriam modificados.

Na imagem abaixo, retirada do site da prefeitura, vemos o brasão em cores. Na documentação que estamos investigando encontramos apenas a cópia em preto e branco, fotocópia de um original que estava junto aos textos de Lauffer.

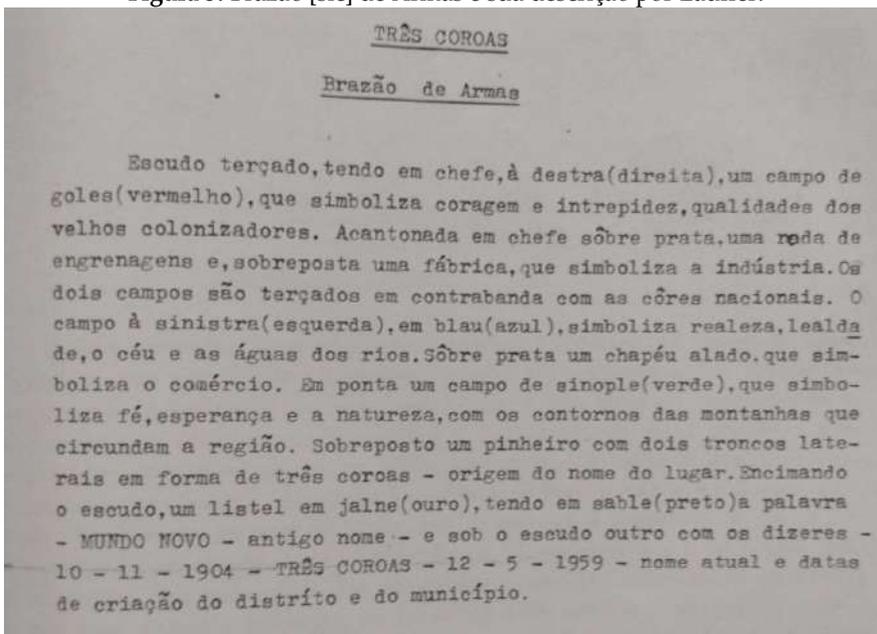
Figura 2: Brasão de Três Coroas.



Fonte: <https://www.trescoroas.rs.gov.br/> (acesso 21/11/2022)

A escolha das imagens não foi aleatória. Na descrição do historiador local pode-se perceber o seu conhecimento de heráldica e também dos símbolos populares (Araucária de três copas) e sociais da região:

Figura 3: Braço [sic] de Armas e sua descrição por Lauffer.

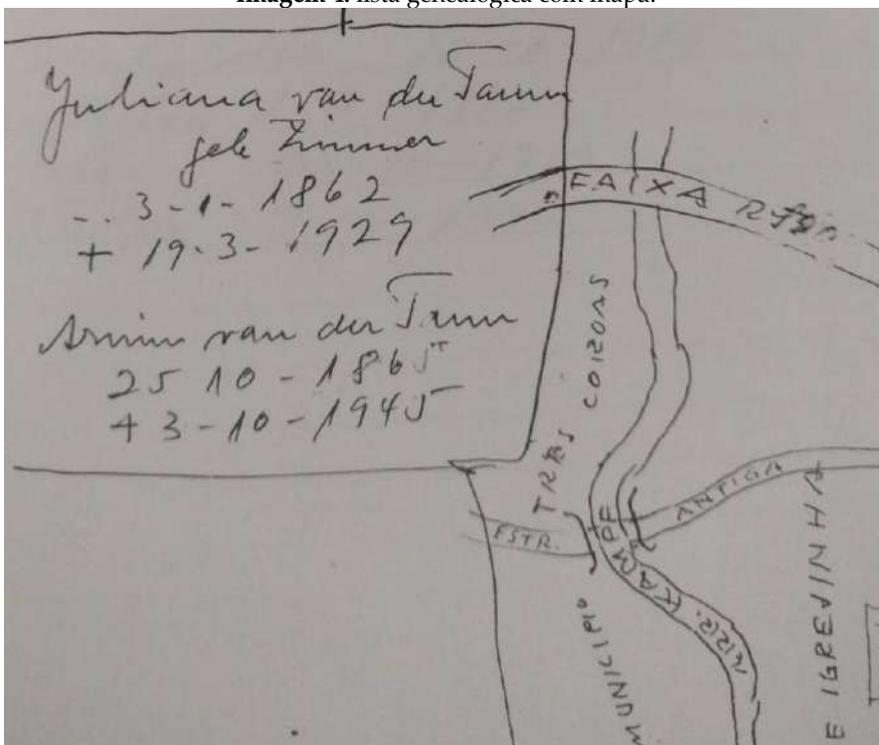


Fonte: Lauffer, 2006, v. 2, p.51.

O trabalho de escrita da história da região por Lauffer passa também pela publicação da história da Paróquia de Três Coroas, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sua primeira impressão de circulação. Neste texto, no formato de livreto, com apenas 35 páginas, ele detalha tanto a criação da paróquia como a evolução e as ações dos diversos departamentos, como o de ensino, o de senhoras (OASE), os esforços para a construção da igreja e a lista dos pastores que ocuparam o cargo. O pequeno livro foi editado em 1975, período em que Lauffer já estava com o seu museu situado na Casa de Pedra. O autor conclui o relato desta maneira: “Encerramos aqui esta crônica, modesta e incompleta, na qual tencionamos relatar com sinceridade a história do cinquentenário da paróquia evangélica de Três Coroas.” (Lauffer, 2006, v. 1, p.46). Não temos nenhum relato ou indicação sobre onde Lauffer teria colhido as informações para escrever o livreto, mas podemos inferir que boa parte se deu pelo

depoimento, em visita às casas dos moradores, mas também nos arquivos visitados por ele, seja na paróquia, seja junto a outros historiadores locais.

Imagem 4: lista genealógica com mapa.



Fonte: LAUFFER, 2006, v. 9, p. 86.

A escrita da história, nas ações deste intelectual, seguia lado a lado com sua verve colecionista. Colecionar e escrever eram “trabalhos”, relatados por Luana Lauffer (2022), que disse ouvir da avó que ele, o avô, estaria trabalhando, e ela, ao descer para o seu gabinete/biblioteca, sempre o encontrava lendo, escrevendo, organizando livros. Quando percebemos o volume de manuscritos que foram compilados e organizados por Engelmann, 13 tomos, há em vários textos reescritas e rasuras, com sobreposição, o que demonstrava que o autor ia pensando informações novas à

medida que as descobria, mas também trocava palavras ou melhorava a redação.

Um dos temas com maior número de versões é o da história de Santa Maria do Mundo Novo, atual Três Coroas. Há pedaços dele espalhados, ora com um ou dois tópicos juntos, ora o texto todo. Encontramos uma versão completa, que se encontrava dividida entre os assuntos: aspectos gerais, sinais do passado, prédios e lugares históricos e pitorescos, síntese histórica, turismo, brasão de armas, vida política (Lauffer, 2006, v.2). Esse material está datilografado e assinado por Lauffer, contudo, entre os manuscritos há textos complementares sobre a vida social, as ruas, os esportes, a vida escolar e figuras ilustres. Encontramos cerca de duas a três versões sobre cada texto na compilação.

Nesta narrativa datilografada, chamada de “síntese histórica”, o autor inicia por uma delimitação territorial, descrevendo não apenas os limites físicos, mas também o documento de posse da sesmaria, indicando o ano, o número do livro e a folha, e o local em que pode ser encontrado: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, Lauffer vai apresentando as divisões e adesões territoriais que foram ocorrendo ao longo do século XIX e XX, bem como a listagem dos primeiros moradores, em um trabalho minucioso que ele descreveu da seguinte forma:

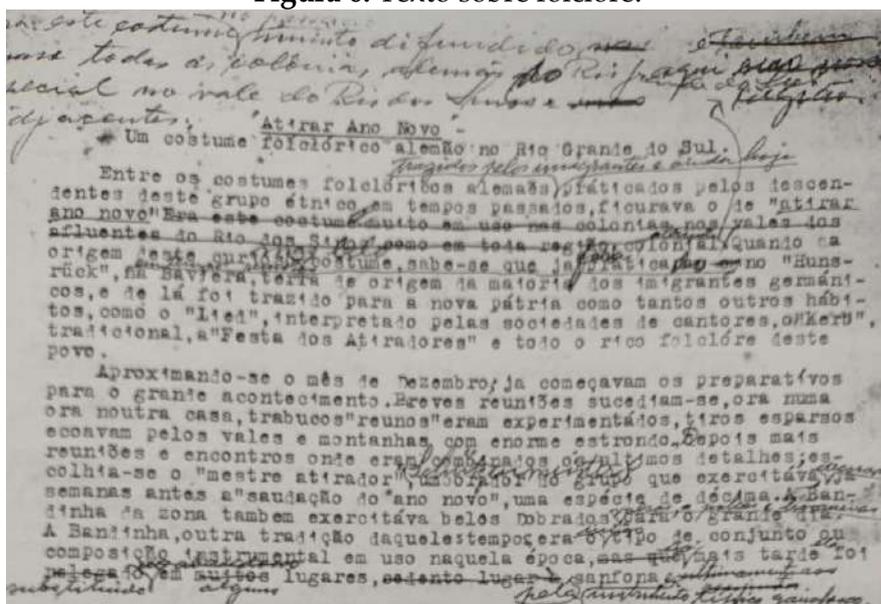
São estes os nomes dos antigos moradores, nossos antepassados, os fundadores de Três Coroas ou da Histórica Santa Maria do Mundo Novo. São os nomes conseguidos até hoje, e certamente mais nomes surgirão no futuro. Devemos reverenciar com respeito e admiração estes heróicos pioneiros. (Lauffer, 2006, v. 2, p. 36).

diversos ofícios, pois eram oriundos das nascentes indústrias da época feudal da Alemanha" (Lauffer, 2006, v.2, p. 38).

O tópico seguinte, desenvolvido pelo autor, diz respeito à vida social. O intelectual então aponta as diversas organizações sociais e culturais que surgiram na região, indicando suas datas e localização, sempre destacando o papel de manutenção da memória, como no caso do clube de atiradores, dos clubes de canto: "Uma atividade cultural e folclórica tão própria dos alemães e de seus descendentes" (Lauffer, 2006, v.2, p. 39). Em outro texto, manuscrito, o assunto "vida social" está mais detalhado. Nele o autor fala dos Kerbs³ e há uma listagem bastante extensa de cervejarias da região. Também apresenta o costume de "Atirar ano novo", descrito por ele como típico da região e de origem bávara em que grupos organizados de homens, no dia de ano novo, iam de casa em casa recitando votos de um bom ano, seguidos de uma bandinha e concluíam dando tiros ao alto. No final, todos eram convidados a entrarem para comer e beber com a família visitada (Lauffer, 2006, v.6).

³ Festas típicas da comunidade teuto-brasileira que duram, em geral, mais de dois dias.

Figura 6: Texto sobre folclore.



Fonte: LAUFFER, 2006, v. 6, p. 94.

No tema sobre a vida política, há um longo relato acerca das disputas entre federalistas e maragatos, que inclusive envolveram o Casarão de Águas Brancas, onde se situa o Museu Armino Lauffer. Ele detalha os planos e trâmites de emancipação, sem entrar em méritos políticos ou partidários, apenas com uma listagem corrida de prefeitos que se sucederam no governo municipal.

Ensino, Religião e Turismo são os últimos tópicos tratados no texto, buscando um panorama geral, bastante mais resumido do que a publicação sobre a Igreja Evangélica Luterana, já citado aqui, mas apresentando informações básicas e especialmente conectando-as com o passado de imigração. É possível vermos neste excerto sobre turismo:

Ainda como atração turística, no que diz respeito a arquitetura [sic] colonial antiga, há dezenas de velhos prédios, todos verdadeiros marcos vivos de nossa história. São estas construções os mostruários da velha arquitetura

colonial de estilo germânico, trazidos pelos imigrantes das diversas regiões da Alemanha, especialmente das zonas do Hunsrück, Sarre e da Floresta Negra. (Lauffer, 2006, v.2, p.45)

Por fim, o último aspecto do trabalho de historiador local desenvolvido por Lauffer, ao lado de seu colecionismo, foi mapear a região. Em um folheto de divulgação do Museu, publicado pela prefeitura por ocasião da reabertura do espaço após ter sido encampado pela municipalidade, há a menção de que o intelectual em suas caminhadas pela zona rural palmilhou os municípios de Taquara, Igrejinha, Rolante, Parobé e até mesmo São Francisco de Paula, além de sua cidade, claro. Eles indicam assim a sua atuação: “Esse trabalho artesanal é de grande precisão. A aerofotogrametria realizada na área confirmou a excelência de seu trabalho. Dessa maneira, coleta de peças para o museu e cartografia andam juntas.” (Prefeitura Municipal de Três Coroas, arquivo do Museu Armindo Lauffer).

Contíguo ao trabalho de desenho dos mapas era feito um detalhamento histórico e geográfico. Ao longo de 61 páginas datilografadas, o intelectual local indica as localidades situando-as geograficamente (ao lado do rio, na margem esquerda da rodovia, na zona norte, por exemplo) e também dá breves detalhes históricos e patrimoniais sobre o sítio. Nos mapas encontrados na compilação de Engelmann não há a imagem referida pelo texto da prefeitura, as imagens produzidas por Lauffer estão apensadas no volume 11 e são rascunhos com maior ou menor precisão e detalhamento em que busca indicar os caminhos, acidentes geográficos, e sobretudo anotações sobre casario antigo e famílias moradoras atuais e anteriores dos locais visitados.

O intelectual local e historiador amador Armindo Lauffer deixou uma massa documental que chegou à posteridade através de outro intelectual local e historiador amador, Engelmann. Este, ciente da importância de seu colega e antecessor para a escrita sobre o passado da região, coletou e organizou os escritos deste historiador/colecionador/geógrafo. Em nossas buscas junto ao museu Armindo Lauffer encontramos também alguns documentos, mas talvez pela falta da “mão” de um colega de área e vocação, não estavam organizados e, portanto, inacessíveis, exceção de apenas alguns golpes de sorte ao achar uma escritura ou uma fotografia por parte desta pesquisadora.

O empreendimento da escrita da história e da memória da região, já que Lauffer extrapolava a fronteira da cidade e alcançava uma fronteira afetiva, estendida à vida rural e aos descendentes germânicos, ficou, em grande parte, desconhecido. Como já foi mencionado, foram pouquíssimas publicações de circulação; os escritos ficaram guardados em casa ou no seu museu. Todavia, na cidade ele é o historiador da região. Possivelmente, sem seu colecionamento e seu empreendimento de criar um museu talvez ele já estivesse sido esquecido e sua documentação perdida. O museu, na escolha e organização dos objetos, mostrou-se uma escrita da história mais perene.

Com isso, à guisa de conclusão, fica o chamado para um olhar atento da academia ao trabalho dos historiadores locais, que, como Lauffer, colecionam histórias e documentos. Sem eles, uma parte importante da história da imigração ficaria perdida, contudo, cabe aos acadêmicos avançar a partir destes trabalhos com as ferramentas de criticidade que são caras ao ofício do historiador.

Referências

ALMEIDA, Cícero A. F. O "coleccionismo ilustrado" na gênese dos museus contemporâneos. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, n. 33, 2001. p. 123-140.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o "desejo de museu". In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, 2012. p. 183-200.

ARTIERÈS, Philippe. Arquivar a própria vida. In: Arquivos Pessoais. **Revista Estudos Históricos**, FGV. v. 11 n. 21 (1998).

BLOM, Philipp. **Ter e manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: NORA, Pierre. LE GOFF, Jacques **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

COSTA, Karina Martins. Alfredo Ferreira Lage: O colecionador mineiro e a nostalgia do passado. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro, BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). **Coleções e colecionadores a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

DEEKEN, Lorena Pedrinha, DUARTE, Elaine Aparecida. Um sonhador e seu sonho- Armindo Lauffer e o Museu. In: Moeller, Clarise E., Deecken, Lorena P. (org.). **Nossas Raízes II**: Três Coroas. Três Coroas: Editora Prefeitura Municipal de Três Coroas, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio - os intelectuais cariocas e o modernismo. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. II, 1993.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HEYMANN, Luciana. Se arquivar: arquivos pessoais como escrita de si?. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro, BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). **Coleções e colecionadores a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

LAUFFER, Armindo. Compilado de documentos por Erni Engelmann. Igreja, 2006, Arquivo Histórico e Laboratório de Ensino de História, FACCAT.

LAUFFER, Luana Lauffer. Entrevista realizada em: 05 de dezembro de 2022. Três Coroas, Rio Grande do Sul.

LIMA, Solange Ferraz, CARVALHO, Vânia Carneiro. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

As coisas do mundo: a produção de presença enquanto categoria patrimonial

Tatiane Dumerqui Kuczkowski¹

Eliana Relat²

Hoje é dia de festa/comemoração. Ontem, bom, de esperança; anteontem, de limpeza (das furnas) - A noite foi longa - angustiante - encontra-se sinais de cristal na última detonação do dia, é sempre assim. Amanhã, bem, dia de planejamento, expectativa - valores, qual o tamanho, peso, rendimento? Qual será a parte de cada um (garimpeiro, dono do garimpo, comprador, artesão ou lojista) o que fazer com o dinheiro (alimentar sonhos)? Opa! Mas não era isso que se fazia antes de começar, a cada dia, na hora de acordar e às vezes dormindo? Voltamos ao início! Recomeçamos!
Cláudio Kuczkowski (À sombra da uvaieira)

A presente análise aborda a teoria de produção de presença, instituída pelo historiador e filósofo Hans Ulrich Gumbrecht (2010), que reflete sobre o como as “coisas do mundo” afetam o homem, partindo do pressuposto de que a percepção humana é, antes de tudo, mediada pelos objetos³. O autor utiliza-se do termo

¹ Graduada em História (UCS), Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social (FEEVALE), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (UCS); Técnica Administrativa (Reitoria/IFRS); Endereço eletrônico: tatiane.kuczkowski@ifrs.edu.br

² Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação e História na Universidade de Caxias do Sul (UCS); Endereço eletrônico: erela@ucs.br

³ Em uma leitura direcionada à autonomia dos símbolos e sua consequente função na criação cultural, Roy Wagner aprofunda o elemento da percepção, como no extrato: “O sentido é uma percepção no espaço de valor simbólico; o tropo é o eliciador e o veículo da percepção. Mas a própria percepção é, pode-se argumentar, a mais potente das qualidades humanas: não apenas as grandes sinfonias e as obras

“produção” (do latim *producere*) apoiado em sua raiz etimológica, significando o ato de “‘trazer para diante’ um objeto no espaço”, afastando-se assim, da acepção que a aproxima da “fabricação de artefatos ou de material industrial”. No que se refere ao vocábulo “presente”, constata que “uma coisa ‘presente’ deve ser tangível por mãos humanas - o que implica, inversamente, que pode ter impacto imediato em corpos humanos”. Dessa relação, infere-se que “todos os objetos disponíveis ‘em presença’” constituem “as coisas do mundo”, uma vez que, “‘produção de presença’ aponta para todos os tipos de eventos e processos nos quais se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos ‘presentes’ sobre corpos humanos” (Gumbrecht, 2010, p.13).

A proximidade com Heidegger é evidente e o próprio Gumbrecht o anuncia. A marca de confluência destaca o rompimento entre a dualidade “sujeito e objeto” - o ser não está separado do mundo - ser-no-mundo (Heidegger, 2015) - e estabelece relações na vivência cotidiana com as “coisas do mundo”. As sensações que somos capazes de experimentar não necessariamente prescindem de interpretação, ou seja, algumas dessas sensibilidades/emoções em geral não passam pela constituição de um sentido necessariamente volitivo ou consciente, subordinado ao racional. Por conseguinte,

(...) presença refere-se, em primeiro lugar, às coisas [*res extensae*] que, estando à nossa frente, ocupam espaço, são tangíveis aos nossos corpos e não apreensíveis exclusiva e necessariamente, por uma relação de sentido. Uma ária de Mozart, o golpe do boxeador, um quadro de Edward Hopper (...) fenômenos privilegiados para uma análise da presença, daquilo que podemos experimentar, primordialmente, fora da linguagem (...) pois a linguagem pode ser, ela também, produtora de presença. O ritmo ou o volume de um poema, por exemplo, ativam os sentidos de um modo que não se deve confundir com a atividade hermenêutica que atribui significados culturais

de artes visuais são essencialmente percepções, mas também nossa tecnologia não é nada mais que um conjunto de percepções detalhadas, consistentes e pragmáticas, e a percepção reside no âmago de nossas armas mais letais e de nossos mais impressionantes trunfos especulativos”. (Wagner, 2017, p. 17)

determinados ao que tal poesia diz, assim como a vibração das cordas de um violino atinge os nossos corpos a despeito do que possamos interpretar acerca da melodia em execução (Gumbrecht, 2010, p. 9).

Os argumentos de Gumbrecht em defesa da produção de presença não suprimem a constituição de sentido. O alerta se faz ao domínio/excessividade das tópicas relacionadas com o sentido, levando ao afastamento de todas as outras formas de fenômenos e matérias. Para o autor, esses conceitos não estão em tensão, oscilam entre momentos/culturas de presença ou momentos/culturas de sentido. O primeiro, com as lentes da experiência de modo não interpretativo e nem exclusivamente uma “relação temporal”, mas sim “relação espacial”; o segundo, atribuindo uma explicação racional para aquilo que se faz.

No que tange à constituição de sentido, a considerar uma definição advinda da semiótica, em um primeiro momento chega a ser considerado indefinível e, em uma segunda acepção, reputada intuitiva ou ingênua, “como aquilo que fundamenta a atividade humana enquanto intencionalidade” (Greimas, Courtés, 2016, p. 456-457). O entendimento logo indica a complexidade envolvida no uso do termo. A fim de tornar a ideia de sentido operacional e direcionada ao campo da história, a opção orientadora do exame converge para as reflexões do professor Jörn Rüsen (2014, 2015), autor para quem “sentido é um produto do espírito humano, mediante o qual o mundo em que o homem vive adquire um significado viabilizador da vida” (2015, p.42). O historiador e filósofo pensa sentido enquanto “sensibilidade do homem como porta de entrada da experiência” e na condição de integrador dessa “experiência do mundo no horizonte da determinação intelectual do agir e do sofrimento humanos”. Na compreensão de Jörn Rüsen,

No íntimo do homem, sentido é o critério fundamental, com o qual o homem tanto regula sua relação para consigo mesmo e para com os outros, quanto decide sobre suas intenções e sobre a intencionalidade de sua vontade. Sentido torna possível a orientação. Ele situa a vida humana no horizonte das interpretações; torna o homem e o mundo compreensíveis; possui uma

função explicativa; forma a subjetividade humana no construto coerente de um 'eu' (pessoal e social); torna o sofrimento suportável e fomenta o agir pelas intenções. Enfim, o sentido torna possível a comunicação como processo do entendimento intra-humano (Rüsen, 2015, p.42)

Na propositura de Rüsen, sentido é a conexão interna entre quatro momentos - percepção (experiência), interpretação, orientação (externa: práxis; interna: identidade) e motivação. No autor, a unidade articulada desses estágios pelo sentido (operações mentais) “equivale ao desempenho da cultura na vida humana” (Rüsen, 2015, p.43). Essa organização auxilia no entendimento do processo em termos racionais. O pressuposto é o de que existam carências de orientação e essas advenham de rupturas temporais.

(...) os envolvidos devem (...) interpretar o evento temporal do seu próprio mundo e de si mesmos para poderem efetuar em vida a sua própria temporalidade e apropriar-se dela. Eles precisam dar-lhe um sentido com o qual se relacionam com ele. Isso é tão elementar quanto a tripartição do tempo em passado, presente e futuro. *O sentido é a quarta dimensão do tempo, sem a qual as outras três não podem ser humanamente vividas* (Rüsen, 2014, p. 256)

Em um primeiro momento, a acepção de sentido parece contrária à proposta de produção de presença desenvolvida por Gumbrecht. No entanto, elas ocupam estágios temporais distintos, de modo que a produção de presença antecede a constituição de sentido, quer seja permanecendo presença, quer ganhando significação, sentido (transformada). A etapa da interpretação, imprescindível para Rüsen, ao que parece, encontra-se disponível em Gumbrecht. Uma questão a ser verificada seria a de saber em qual medida os fatores interpretação e orientação, advindos da tipologia rüseniana, são decisivos em se tratando do fenômeno da produção de presença. De outro modo, caberia aventar a possibilidade de experienciar a mudança temporal e, a partir desta, transferir-se, sem mediação intencional, às motivações para o agir humano.

A produção de presença pode ser uma das provocadoras da ruptura temporal. Em linha reta tem-se: produção de presença -

ruptura temporal - percepção/experiência - interpretação - orientação - motivação. Duas seriam as possibilidades diante desse esquema: 1^a) a ocorrência da percepção da presença produzida e consequentes explicativos ou, 2^a) a permanência da presença produzida na condição de “coisas tangíveis aos nossos corpos”, na substancialidade do ser, na expressão gumbrechtiana, sem alcançar o estatuto da universalidade da interpretação.

Na estratégia de Gumbrecht, a observação do mundo dá-se de duas formas distintas: a) pelos conceitos - denominada experiência e, b) pelos sentidos - designada percepção. Atente-se para a diferença em relação à Rūsen, autor para quem percepção e experiência são sinonimizadas, representando um mesmo ato no tempo. A separação é importante porque, a fim de atender as demandas da análise, embora sem a supressão dos efeitos de sentido, averigua-se particularmente os efeitos de presença, isto é, a observação do mundo por meio da percepção.

O campo da gemologia parece privilegiado para a compreensão dos processos de produção de presença e constituição de sentido. Na diversidade de atividades materiais envolvidas nesse domínio, desde a extração até a comercialização das gemas, passando pelos mais variados processos artesanais, estruturam-se relações sensíveis (de diferentes intensidades) entre os seres humanos, as gemas e seus ambientes correlatos, “independentes dos movimentos do pensamento humano” (Gumbrecht, 2010, p.39). Isso é perceptível/identificável em uma série de ações que, no mínimo, representam oscilações entre efeitos de presença e efeitos de sentido.

Nos rastros dos componentes teóricos até então apresentados, e para além dos documentos formais sobre a atividade gemológica, dois casos isolados e contendo características de produção muito específicas podem ilustrar alguns aspectos indicativos dos efeitos de presença, objeto da compreensão ora perseguida.

A primeira situação nos é apresentada por um texto publicado pelo jornalista Fábio Lamarchia Carvalho (2002) que, conquanto

desprovido de estrutura e propósitos acadêmicos, contribui à demonstração de circunstâncias próprias ao espaço do garimpo. O livro intitulado “Sonho Verde” relata a experiência do escritor em um garimpo de esmeralda, na Serra da Caranaíba (Bahia), desvelando a existência de peculiaridades de um local de mineração. Dentre as características destacadas na obra, algumas intrínsecas à faina com as gemas, estão, por exemplo, a existência de vocabulário exclusivo entre os garimpeiros, o “garimpês”⁴; a permanente expectativa do enriquecimento imediato; a constância de uma “magia do garimpo” e a concentração das conversas em três assuntos (esmeraldas, mulheres e cornos).

No decorrer da descrição aparecem evidências de uma espécie de cosmologia do garimpo. A expressão referida é a de “mundo das pedras preciosas”. Em um excerto, Carvalho retrata a ocasião na qual foram encontradas esmeraldas e, de forma descontraída, reproduz um episódio envolvendo o personagem identificado como “Xavier, o homem da lâmpada”:

(...) segura aberto o saco que o homem da lâmpada já começava a encher de pedras preciosas, nos mostrando com extrema felicidade as mais belas reluzentes esmeraldas que estavam saindo da parede da galeria. Beijava-as, esfregava-as no rosto, dizendo: - Eu sou foda, eu sinto o cheiro d’oceis!

(...) não parava nem um instante de se comunicar com as pedras, enquanto a gente de todas as formas segurava as risadas. Rodolfo tentou falar algo para Xavier, mas ele não ouvia. Estava numa espécie de estado de transe e, a cada batida na parede, se contorcia tentando captar as mensagens da natureza. - Tá mais pra lá, tá mais pra lá. Vai, zóio de lula, esquenta o aço! (Carvalho, 2002, p. 47)

⁴ Em um extrato do texto apresenta-se ao leitor um glossário da Caranaíba, ou seja, significados de palavras utilizadas no garimpo, tais como: bater água - secar o porão com o uso de bombas ou caçambas (tonéis) próprias para tal; boi - rocha que fica pendurada nas paredes ou teto das grunas, podendo pesar dezenas de toneladas; cama - lugar visível na canga, onde “dormia” uma pedra, contendo o formato da pedra preciosa que ali estava um dia. (CARVALHO, 2002, p. 15-19, passim).

A inteligência do autor do texto é continuamente anunciada, como na passagem na qual discorre sobre a vida dessas pessoas modestas, que vivem embaixo da terra e, que todos os dias se alimentam de esperança. Nada obstante o enfoque a esse respeito, o relato propicia explorar o fenômeno da produção de presença em determinadas dimensões. As marcas encontram-se assinaladas nas relações entre o garimpo e o garimpeiro, as manifestações concernentes ao entorno (local, espaço, comunidade, entre outros), vivências com o objeto (pedras) - encantamento, magia e esperança - sensações relativas ao corpo, mas, no que diz respeito ao sentido, de caráter contingente.

Uma segunda composição ilustrativa de certas dimensões da presença dos objetos na atividade gemológica pode ser percebida na reportagem transmitida pelo programa Globo Repórter, intitulada “Pedras Preciosas” (2021). A matéria, de característica prioritariamente visual, segue os protocolos discursivos produzidos por meio de imagens e movimentos e, a fim de atingir um público específico, naturalmente sofre reiteradas edições. Uma vez consideradas essas propriedades, a narrativa proporciona leituras múltiplas dentre as quais é possível perceber elementos afeitos ao tema aqui discutido, conforme o demonstra a própria chamada da reportagem: “Brasil das pedras preciosas, beleza e fascínio”.

A matéria jornalística inicia enfocando o valor monetário das pedras preciosas, o encantamento e os efeitos de ornamento provocados por esses minerais. Após destacar a existência de turmalinas paraíba na realeza britânica, a redação centra-se no topázio imperial, assim nomeado por ter sido presenteado ao casal imperial brasileiro (D. Pedro II e Tereza Cristina) quando em visita a cidade de Ouro Preto. O texto se torna instigante no momento em que começam a ser entrevistados protagonistas da atividade gemológica, como o caso de Carlos Henrique, que outrora fora garimpeiro e hoje comercializa pedras. A atenção se volta para o fato de portar no pescoço uma pedra que encontrou há vinte anos. O repórter pergunta-lhe: - O senhor vende? A resposta é rápida: -

Essa pedra não tem preço. É meu amuleto, não tem valor, não tem preço, não vendo. O repórter insiste: - Mas tem um valor no mercado? Em resposta: - Sim, mas eu não vendo ela porque eu acho que se eu vender ela estou tirando uma parte de mim!

Em conversa com o professor César Mendonça, da Universidade Federal de Ouro Preto, o entrevistador quer saber o que torna uma pedra preciosa a ponto de as pessoas pagarem uma fortuna por elas. Na pergunta, de certa forma tentando antecipar a resposta, o jornalista indaga: - O que dá valor à pedra, é a raridade, a cor, ou o conjunto que torna essa pedra valiosa? O gemólogo responde: - A vaidade humana! Enquanto o ser humano for vaidoso ele vai querer usar coisas que o distingua de outras pessoas, e nada melhor que uma pedra lapidada.

Antônio foi garimpeiro, lapidário e agora comerciante. - Eu vim para Ouro Preto por causa dessa pedra. Estou aqui por causa dessa pedra. Cheguei em 1970 e estou agarrado aqui até hoje. Diante da exposição do conjunto de pedras brutas, o repórter questiona: - O senhor guarda as pedras assim? A explicação: - Eu jamais vou guardar uma pedra lapidada. Eu vou guardar uma pedra bruta, uma gema seria o caso. Insiste-se no questionamento: - Por que? Uma vez mais o desenlace é taxativo: - Tem mais sentido por essa natureza. Não ser mexida. Ninguém fez nada nela. Ela nasceu assim! E, em complemento, reitera: - Eu prefiro ter minhas pedras do que ter dinheiro, mas preciso ter dinheiro para sobreviver. Mas prefiro ter minhas pedras! Reformula-se a questão: - Então tem pedra que o senhor nem vende? Reafirma-se a convicção: - Eu prefiro nem vender. Eu vendo quando tenho necessidade, para ter as coisas. Mas se eu não tivesse necessidade, não venderia. Ficaria tudo para mim!

A cada chamamento para um novo bloco o programa reporta algum tipo de sensação. No terceiro bloco repete-se a mensagem: "O topázio imperial é uma pedra que mexe com as emoções, até dos profissionais mais experientes". Marcelo, especialista em serrar pedras há mais de trinta anos, ao ser questionado sobre se é mesmo

uma sensação diferente a cada pedra, responde categoricamente de maneira positiva. O designer Everton diz: - Quando você tem um topázio imperial a coisa mexe diferente aqui dentro. Até hoje, se eu tiver a chance de fazer com outra (pedra), será outra emoção.

Na sequência, em seguida a uma demonstração de apego do professor César em relação a um anel com seiscentas facetas, simbolizando o amor, a chamada sintetiza muito do concernente ao que se está tentando evidenciar na reportagem e nos propósitos da reflexão aqui desenvolvida. O texto anuncia: “Fascínio, beleza e encantamento. Pedras evocam sentimentos para muitos difíceis de entender, mas muito bem guardados lá no fundo da alma humana”. As interações ultrapassam os veios do garimpo. Na fala da repórter, “a esperança se espalha ao redor das minas”.

A equipe de reportagem desloca-se até o garimpo de esmeraldas no município de Pindobaçu, interior da Bahia. O entrevistado da vez é o geólogo Osmar, quem teve o primeiro contato com as pedras aos quatorze anos de idade, acompanhando o tio na procura de esmeraldas. A trajetória é descrita objetivamente nos seguintes termos: “De caçador de esmeraldas a geólogo e estudioso do garimpo”. Ao adentrarem (descerem) sessenta metros de profundidade, a repórter destaca suas sensações: “Agoniante, vai ficando abafado, um cheiro forte, mas a expectativa é achar as famosas verdinhas. Para tentar chegar até elas, o trabalho é pesado e a batida das pedras é sem fim”. Na fala do engenheiro de minas que a acompanha, o reforço das ideias que permeiam o ambiente: “O garimpeiro é da esperança. A esperança do garimpeiro, acho que é mais do que de todo mundo. É hoje, é amanhã, ninguém sabe. Só sabe o Homem lá de cima! Mas uma hora encontra. A repórter, ao ser presenteadas com pedaços de pedra, simbolicamente exibe-se para a câmera e pronuncia: “Essa é minha!”.

Érica, de vinte e nove anos, vive a rotina das pedras desde os onze anos de idade, juntamente com outras moradoras da região - apelidadas de quijilas - tem a missão de lavar o cascalho para tentar encontrar pequenas pedras. Na expressão da jornalista,

“olhar atento, qualquer sinalzinho verde acende o sinal da esperança”. A entrevistada leva uma vida humilde nos arredores do garimpo. Destaca suas conquistas, a exemplo da casa própria - com a cor da esmeralda -, porém, ao tratar da filha, remete a um futuro diferente. A fala resumida pela reportagem afirma que Érica aceitou conviver com a saudade e deixou a filha viver com o pai em Goiás, em busca de uma vida melhor.

O último bloco do programa ocupa-se do município de Ametista do Sul. A comunicação exhibe: “Existe um lugar no sul do Brasil em que os tesouros debaixo da terra mudaram o destino de uma cidade inteira”. O tempo dedicado às atividades gemológicas na região é reduzido e a notícia concisa. O destaque da cobertura é para a igreja e um restaurante subterrâneo. No tangente à primeira, trata das quarenta toneladas de pedras que revestem a igreja, a pedra que forma a base da mesa do altar, a pia batismal formada por um geodo e a explicação do padre Gilberto envolvendo a questão religiosa das promessas, como a de batizar o filho no local caso a graça de engravidar seja atingida. No que se refere ao restaurante, mostra as adaptações do ambiente (furna - mina desativada) para a utilização em outras funções, tais quais a de hotel e atividade comercial para refeições em comum.

Independentemente dos níveis de trato aplicados pelo programa televisivo, importa perceber, no conjunto, traços indicativos dos elementos a serem explorados pela investigação sobre os efeitos de presença provocados pelas pedras preciosas. A produção de presença é reconhecível nos diferentes grupos humanos que com as pedras preciosas labutam, seja na extração, no artesanato ou na comercialização, seja naqueles indivíduos por elas tocados de alguma maneira, a exemplo do padre e membros da comunidade religiosa ao optarem pelo revestimento do espaço de culto com pedras ametistas e na decisão de construir a torre principal com uma cúpula de vidro representando a pedra símbolo do local, a ametista.

Em consonância com os efeitos provocados pelos exemplos citados por Gumbrecht - o garimpo e as subseqüentes preparações das pedras preciosas, o cheiro da furna, o som da detonação, o colorido das gemas, o ato de apego ao guardar “lembranças” de pedras, a opção pela serra ou lapidação e conseqüente forma de uso (joias, enfeites, coleções, atribuição de qualidades mágicas, significados místicos) ou a alocação do material para ambientes por si só já portadores de simbologias, até a cor escolhida para a pintura da casa própria denotam a existência de fatores que ultrapassam, ou melhor, antecedem quaisquer manifestações hermenêuticas.

Na prática, há uma proposição de inovação na classificação das espécies de patrimônio. Se, atualmente, as convenções regem-se pela estrutura material (tangível) e imaterial (intangível), o estudo propõe a inserção de uma nova dimensão de patrimônio-patrimônio de presença - preambular a própria noção de patrimônio. O tipo de patrimônio representado é o do efeito das coisas sobre o humano. A validade dessa natureza se torna evidenciável quando é capaz de influenciar decisivamente o quadro cultural de um grupo humano. Na narrativa de um garimpeiro, lapidário ou comerciante é possível perceber elementos de profunda subjetividade, muito particulares à hipótese de elas serem resultantes do trabalho específico com pedras preciosas e, em grande medida, desprovidas de elementos interpretativos, de onde intuir-se não necessariamente significadas, elaboradas mentalmente a ponto de constituírem sentido.

Na esteira do que explica Gumbrecht o sentido existe, importa, está presente, mas é insuficiente na explicação de certos fenômenos. Por vezes é comum que esteja presente nas ações humanas como etapa subseqüente a um processo de produção de presença. Assim, na tradição, o patrimônio, independente de classificações (tangível/intangível) é composto por bens significados, aos quais já foi atribuído sentido (humano). No patrimônio de presença, ou seja, nessa nova dimensão de

patrimônio que se ressalta a força dos objetos na constituição humana, independentemente do estabelecimento de sentido.

Referências

CARVALHO, Fábio Lamarchi. **Sonho Verde**. Aventura num garimpo de esmeraldas. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**. O que o sentido não consegue transmitir. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2010.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. Trad. Vários. São Paulo: Contexto, 2016.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

Produção Rede Globo de Televisão. **Pedras Preciosas**. São Paulo: Globo Repórter, 27/08/2021. Vídeo (40 min). Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9808543/>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Trad. Nélcio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Trad. Estevão Chaves de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015

WAGNER, Roy. **Símbolos que representam a si mesmos**. Trad. Priscila Santos da Costa. São Paulo: UNESP, 2017.

Obras de apoio

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. 2ª ed., Londrina, PR: EDUEL, 2016.

ASSIS, Arthur Alfaix. **A teoria da história de Jörn Rüsen**. Uma introdução. Goiás: Editora UFG, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **A construção da teoria nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha ao quadro teórico**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade: teoria do conhecimento**. 4ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, 1994.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. **A constituição da História como ciência:** de Ranke a Braudel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos.** 3ª ed. São Paulo: Herder, 1970.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias.** Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

CADIOU, François et. al. **Como se faz a história:** historiografia, método e pesquisa. Trad. Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente.** São Paulo: Programa de Pós-Graduação de Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso:** modos de organização. Coord. equipe trad. Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Trad. Cristina Antunes. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio.** Trad. Luciano Vieira Machado. 6ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da Memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama.** Reflexões sobre o Tempo e a História. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

Os textos que integram esta coletânea têm por intuito dar visibilidade à produção científica feita por historiadoras que atuam no Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, em diferentes campi, procurando demonstrar a relevância da área no estímulo à reflexão e ao pensamento crítico.

